

DIVERSIFICA+

Projecto de
Aceleração da
Diversificação
Económica
e Criação
de Emprego



GOVERNO DE
ANGOLA

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
E PLANEAMENTO

PLANO DE ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS
(PEPI)

Versão draft: (4): 18-05-2024

ACRÓNIMOS

DIVERSIFICA+: Projecto de Aceleração da Diversificação Económica e Criação de Emprego

AES: Abuso e Exploração Sexual

AGT: Autoridade Geral Tributária

ARCCLA: Agência Reguladora de Certificação de Carga e Logística de Angola

AS: Assédio Sexual

BDA: Banco de Desenvolvimento Angolano

BM: Banco Mundial

BNA: Banco Nacional de Angola

CFB: Caminhos de Ferro de Benguela

CMAS: Conselhos Municipais de Auscultação Social

CNFC: Comité Nacional de Facilitação do Comércio

DEI: Desenvolvimento Económico Integrado

FACRA: Fundo Activo de Capital de Risco Angolano

FADA: Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário

FGC: Fundo de Garantia de Crédito

GP: Gabinete Provincial

GPPP: Gabinete de Parcerias Público-Privadas

IGCA: Instituto Geográfico e Cadastral de Angola

IMA: Instituto de Modernização Administrativa

INAPEM: Instituto Nacional de Apoio as Micro, Pequenas e Médias Empresas

MAT: Ministério da Administração Territorial e Reforma do Estado

MAPTSS: Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social

MASFAMU: Ministério da Inclusão Social, Família e Promoção da Mulher

MEP: Ministério do Planeamento

MINAGRIF: Ministério da Agricultura e Florestas

MINJDH: Ministério da Justiça e Direitos Humanos

MINAMB: Ministério do Ambiente

MINDCOM: Ministério da Indústria e Comércio

MINFIN: Ministério das Finanças

MPME:	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MSGR:	Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações
NAS:	Norma Ambiental e Social
ONG:	Organização Não Governamental
OPI:	Outras partes interessadas
PAP:	Partes Afectadas pelo Projecto
PCAS:	Plano de Compromisso Ambiental e Social
PEPI:	Plano de Envolvimento de Partes Interessadas
PI:	Partes Interessadas
PIPA:	Partes Interessadas e Potencialmente Afectadas
PPP:	Parceria Público-Privado
QGAS:	Quadro de Gestão Ambiental e Social
QPR:	Quadro de Política de Reassentamento
QGAS:	Quadro de Gestão Ambiental e Social
UNIP:	Unidade Nacional de Implementação do Projecto
VGB:	Violência Baseada no Género

ÍNDICE

ACRÓNIMOS.....	2
ÍNDICE DE TABELAS.....	6
ÍNDICE DE FIGURAS.....	8
GLOSSÁRIO	9
1. INTRODUÇÃO.....	10
2. DESCRIÇÃO DO PROJECTO.....	14
2.1. Descrição geral.....	14
2.2. Fases do projecto	18
2.3. Impactes previstos	19
3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	22
3.1. Legislação nacional	22
3.2. Normas internacionais	23
3.3. Lacunas normativas.....	24
4. PARTES INTERESSADAS NO PROJECTO	27
4.1. Critérios de identificação de partes interessadas	27
4.2. Consulta inicial a partes interessadas	28
4.3. Identificação e análise de partes interessadas.....	46
4.3. Estratégia para a integração de Indivíduos ou Grupos Desfavorecidos/ Vulneráveis.....	53
5. ESTRATÉGIA DE ENVOLVIMENTO DE PI.....	60
5.1. Abordagens de envolvimento.....	60
5.2. Princípios de envolvimento	62
5.3. Avaliação de Partes Interessadas.....	63
5.4. Divulgação da Informação	65
5.5. Análise de Informação	66
6. MODELO DE EXECUÇÃO	67
6.1. Aplicação da estratégia de envolvimento.....	67
6.2. Recursos e disponibilidades	68
7. SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES.....	70
7.1. Objectivos.....	71
7.2. Destinatários.....	71
7.3. Etapas	72
7.4. Canais	73
7.5 Responsáveis	74

8. RESPONSABILIDADES	75
8.1. Recursos	75
8.2. Responsabilidades.....	75
9. AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO	77
9.1. Avaliação	77
9.2. Monitorização	77
10. REFERÊNCIAS	82
11. ANEXOS.....	84
Anexo 1 – Resumo do feedback da consulta de pi realizada na Província de Benguela.....	84
Anexo 2 – Resumo do feedback da consulta de PI realizada na Província de Moxico.....	90
Anexo 3 – Resumo do feedback da consulta de PI realizada na Província de Luanda	102
Anexo 4 – Resumo do feedback da consulta de PI realizada na Província do Bié	104
Anexo 5 – Resumo do feedback da consulta de PI realizada na Província do Huambo.....	112
Anexo 6 – Formulário de reclamação	121
Anexo 7 – Exemplo de dados chaves a registar	122
Anexo 8 – Formulário de Rastreo e Encerramento de Reclamações	123
Anexo 9 – Anexo Fotográfico da Consulta de PI no Luena	125
Anexo 10 – Anexo Fotográfico da Consulta de PI em Benguela	126
Anexo 11 – Anexo Fotográfico da Consulta de PI em Luanda	129
Anexo 12 – Anexo Fotográfico da Consulta de PI no Cuito.....	131
Anexo 13 – Anexo Fotográfico da Consulta de PI no Huambo.....	133
Anexo 14 – Anexo Fotográfico da Consulta às comunidades locais (residentes e lideranças).....	135
Anexo 15 – Identificação de partes interessadas para as consultas	136
Anexo 16 – Resumo das Normas Ambientais e Sociais do BM e sua aplicabilidade	139

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo das Normas Ambientais e Sociais do BM activadas no projecto DIVERSIFICA+	11
Tabela 2 – Componentes e subcomponentes do Projecto DIVERSIFICA+	14
Tabela 3 – Localização das infra-estruturas produtivas do Projecto DIVERSIFICA+	17
Tabela 4 – Impactes positivos identificados no âmbito do GGAS do Projecto DIVERSIFICA+	19
Tabela 5 – Impactes negativos identificados no âmbito do GGAS do Projecto DIVERSIFICA+	20
Tabela 6 – Comparação entre a legislação nacional e a do Banco Mundial.....	24
Tabela 7 – Consultas de partes interessadas realizadas na fase institucional e sectorial na fase de concepção do projecto DIVERSIFICA+.....	30
Tabela 8 – Resumo dos riscos e constrangimentos identificados nas consultas de partes interessadas institucionais/sectoriais	34
Tabela 9 – Resumo dos pontos fortes e pontos fracos identificados nas consultas de partes interessadas institucionais/sectoriais	39
Tabela 10 - Consultas de partes interessadas realizadas na fase local e comunitária (segunda fase) do projecto DIVERSIFICA+	43
Tabela 11 – Identificação das PIPA do projecto DIVERSIFICA+ – Província de Luanda (fase de concepção – institucional e sectorial).....	47
Tabela 12 – Identificação das PIPA do projecto DIVERSIFICA+ – Província de Benguela (fase de concepção – institucional e sectorial).....	49
Tabela 13 – Identificação das PIPA do projecto DIVERSIFICA+ – Província do Moxico (fase de concepção – institucional e sectorial).....	50
Tabela 14 – Identificação das PIPA do projecto DIVERSIFICA+ – Província do Bié (fase de concepção – institucional e sectorial).....	51
Tabela 15 – Identificação das PIPA do projecto DIVERSIFICA+ – Província do Huambo (fase de concepção – institucional e sectorial).....	52
Tabela 16 – Estratégia para integração dos grupos desfavorecidos/ vulneráveis	54
Tabela 17 – Classificação das partes interessadas identificadas	55
Tabela 18 – Abordagens de envolvimento com partes interessadas.....	61
Tabela 19 – Avaliação dos Critérios de Posição	63
Tabela 20 – Critério de Avaliação de Interesse.....	64

Tabela 21 – Critérios de Avaliação de Influência	64
Tabela 22 – Estratégia de disseminação	65
Tabela 23 – Modo de execução do PEPI na fase de pré-construção (número de eventos)	67
Tabela 24 – Modo de execução do PEPI na fase de construção (número de eventos).....	67
Tabela 25 – Modo de execução do PEPI na fase de pós-construção (número de eventos).....	68
Tabela 26 – Estimativa para a execução do PEPI do DIVERSIFICA+	68
Tabela 27 – Etapas do MSGR	72
Tabela 28 – Indicadores de Desempenho-Chave	78
Tabela 29 – Avaliação e Monitorização de PAPI ao longo do projecto DIVERSIFICA+	79

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Províncias abrangidas pelo projecto	17
Figura 2 – Proposta de organigrama para o Projecto DIVERSIFICA+.....	18
Figura 3 – Temas com mais contribuições nas consultas de partes interessadas institucionais/sectoriais realizadas na fase de concepção.....	32

GLOSSÁRIO

Beneficiários: São indivíduos que directa ou indirectamente vão usufruir dos benefícios/vantagens do projecto.

Desenvolvimento: Refere-se a toda acção ou efeito relacionado com o processo de crescimento e evolução.

Desvantagem ou vulnerabilidade: Refere-se àqueles que podem ser mais susceptíveis de serem adversamente afectados pelos impactos do projecto e/ou mais limitados do que outros na sua capacidade de tirar partido dos benefícios de um projecto. Esse indivíduo/grupo tem também mais probabilidades de ser excluído/incapaz de participar plenamente no processo de consulta principal e, como tal, pode exigir medidas e/ou assistência específicas para o fazer. Isto terá em conta considerações relacionadas com a idade, incluindo os idosos e os menores, e inclusive em circunstâncias em que possam ser separados da sua família, da comunidade ou de outros indivíduos dos quais dependam.

Envolvimento: Refere-se ao comprometimento de um indivíduo com o projecto.

Impactos Cumulativos: São aqueles que se acumulam no tempo ou no espaço, resultando de uma combinação de efeitos decorrentes de uma ou diversas acções.

Legislação Nacional: Refere-se às leis, regulamentos, regras e regulamentos nacionais e procedimentos.

Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações: Descreve o processo a ser adoptado para garantir uma resolução de uma questão ou queixa de forma oportuna, independente e efectiva.

Mutuário: É uma das partes em um contracto de mútuo, isto é, de empréstimo. O mutuário é a parte que recebe o empréstimo.

Partes Interessadas: São indivíduos ou grupos com benefício para o desenvolvimento do projecto em termos gerais (partes interessadas), por serem afectados ou susceptíveis (partes afectadas pelo projecto) ou por terem um interesse no projecto (outras partes interessadas). As partes interessadas de um projecto variam em função dos detalhes do projecto. Podem incluir comunidades locais, autoridades nacionais e locais, projectos vizinhos e organizações não governamentais.

Partes Afectadas pelo Projecto: São indivíduos afectados ou susceptíveis de serem afectados directamente pelo projecto ao longo do seu ciclo de desenvolvimento.

Projecto: Refere-se às actividades para as quais o Banco procura apoiar através do Financiamento de Projectos de Investimento pelo Mutuário e tal como definido no acordo legal do projecto entre o Mutuário e o Banco.

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Envolvimento de Partes Interessadas (PEPI) do Projecto de Aceleração da Diversificação Económica e Criação de Emprego (DIVERSIFICA+) apresenta o compromisso e as responsabilidades do Ministério do Planeamento (MEP) em relação à gestão de partes afectadas e interessadas, particularmente no que diz respeito à sua identificação e análise e à estratégia de envolvimento a seguir ao longo do projecto.

O Projecto DIVERSIFICA+ tem como objectivo aumentar o investimento privado e o crescimento de micro, pequenas e médias empresas (MPME) em cadeias de valor não petrolíferas, particularmente no corredor do Lobito. Este Projecto pretende apoiar o desenvolvimento do sector privado i) para promover a diversificação económica de uma forma sustentável e geograficamente mais equilibrada; e ii) para criar mais empregos no sector privado através da redução de barreiras ao investimento e crescimento das empresas.

O DIVERSIFICA+ é promovido pelo Ministério do Planeamento (MEP) e conta com um investimento orçado em 300 milhões de dólares americanos a ser executado num horizonte de 6 anos (2024 – 2029).

O projecto DIVERSIFICA+ contempla quatro componentes:

- Componente 1: Ambiente propício ao comércio, financiamento e investimento;
- Componente 2: Investimentos catalíticos em infra-estruturas produtivas;
- Componente 3: Reforço das capacidades e acesso ao financiamento das empresas;
- Componente 4: Gestão de Projecto e Monitorização & Avaliação.

A Componente 1 visa reforçar o ambiente regulamentar e institucional para o comércio, criação, entrada e operação de empresas, e financiamento, especialmente de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) através de assistência técnica e capacitação para investimentos no desenvolvimento de sistemas e equipamentos informáticos e pequenas obras.

A Componente 2 tem como objectivo apoiar melhorias na infra-estrutura produtiva, através da construção de plataformas logísticas e polos industriais.

A Componente 3 tem em vista o financiamento de investimentos e serviços de desenvolvimento empresarial para melhorar o crescimento, a produtividade e o acesso ao mercado por parte das MPME, especialmente as empresas detidas por mulheres.

Por último, a componente 4, pretende apoiar técnica e financeiramente a implementação do Projecto e medir resultados.

O projecto DIVERSIFICA+ abrange 23 municípios das Províncias de Benguela, Bié, Huambo e Moxico¹ que circundam o Caminho de Ferro de Benguela, corredor económico escolhido para o desenvolvimento do projecto, e considera a realização de dois tipos de actividades: serviços e obras de construção.

Na altura de elaboração do presente documento, o projecto DIVERSIFICA+ encontra-se numa fase inicial de concepção, razão pela qual, a identificação das partes interessadas foi realizada

¹ Municípios abrangidos pelo projecto DIVERSIFICA+ - Província de Benguela: Lobito, Benguela, Caimbambo, Cubal, Ganda. Província do Huambo: Tchindjenje, Ukuma, Longonjo, Caála, Huambo, Tchicala-Tcholoanga, Catchiungo. Província do Bié: Chinguar, Cunhinga, Cuito, Catabola, Camacupa, Cuemba. Província do Moxico: Moxico, Léua, Cameia, Luacano e Luau.

com base nos documentos disponíveis e na realização de consultas preliminares a partes interessadas ao nível central, provincial e local.

O MINPLAN reconhece que o PEPI é um documento dinâmico e deve ser actualizado com o detalhamento das várias fases.

Angola não dispõe de um quadro normativo específico para o envolvimento de partes interessadas em projectos. A referência a este tipo de pessoas ou grupos encontra-se dispersa por vários diplomas, alguns associados a operações de expropriação, outros a arranjos institucionais que pretendem acautelar interesses multisectoriais e reduzir o risco de execução dos projectos. O diploma nacional mais directamente associado às partes interessadas refere-se à realização de consultas públicas no âmbito dos estudos de impacte ambiental e social².

Desta forma, o MINPLAN considerou fundamental seguir as orientações do Banco Mundial (BM) no que diz respeito às Norma Ambientais e Sociais (NAS), mais especificamente à NAS 10 - Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações.

De ter em conta que no âmbito do Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) do projecto, o MINPLAN considera ainda outras NAS, conforme indicado na Tabela 1 e no Anexo 15.

Tabela 1 – Resumo das Normas Ambientais e Sociais do BM activadas no projecto DIVERSIFICA+

NAS	Instrumentos a aplicar no projecto
NAS 1. Avaliação e Gestão dos Riscos e Impactes Ambientais e Sociais	EIA; PGAS; PEPI, QGAS e PGMO, Manual de Boas Práticas Ambientais.
NAS 2. Condições de trabalho e Mão de Obra	QGAS, PGMO, PSSO, Código de Conduta.
NAS 3. Eficiência dos Recursos e Prevenção da Poluição	EIAS, QGAS; Manual de Boas Práticas Ambientais e Sociais e PGAS.
NAS 4. Saúde, Segurança e Protecção da Comunidade	EIAS, PGAS, QGAS; Plano de Acção para Mitigação dos Riscos de Exploração e Abuso sexual e Assédio sexual (SEA/SH), Plano de Gestão de Risco de Comunidades Locais Desfavorecidas e Grupos Vulneráveis.
NAS 5. Aquisição e Repovoamento Involuntário de Terras	QPR; PEPI; EIAS.
NAS 6. Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos	EIAS, PGB, PGP, PGAS, Manual de Boas Práticas de Gestão Ambiental e Social.
NAS 8. Património Cultural	Plano de Gestão do Património Cultural (incluindo Achados Fortuitos), PEPI.
NAS 9. Intermediários Financeiros (IF)	PEPI; EIAS; Boas Práticas.

² Decreto Executivo n.º 87/12 de 24 de Fevereiro – Regulamento sobre Consultas Públicas dos projectos sujeitos à Avaliação de Impacto Ambiental.

NAS	Instrumentos a aplicar no projecto
NAS 10. Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações	PEPI; PGAS.

Para os devidos efeitos, o termo partes interessadas refere-se a indivíduos ou grupos que: (a) são afectados ou susceptíveis de serem afectados pelo projecto (partes afectadas pelo projecto); (b) podem ter um interesse no projecto (outras partes interessadas).

O PEPI do projecto DIVERSIFICA+:

- a) Identifica e analisa as partes interessadas;
- b) Apresenta a estratégia de envolvimento das partes interessadas ao longo do projecto, bem como a estratégia de integração de grupos vulneráveis;
- c) Sistematiza o plano de comunicação e divulgação de informação;
- d) Apresenta os recursos e as responsabilidades;
- e) Integra o cronograma de implementação e
- f) Aborda os procedimentos de monitorização e reporting.

Na fase de concepção do projecto, a consulta das partes interessadas foi realizada com base numa estratégia faseada que considerou dois momentos:

- a) A fase institucional e sectorial (primeira fase), que inclui partes afectadas pelo projecto, sobretudo em termos do desenvolvimento de actividades críticas para a governança e sustentabilidade do projecto nas quatro componentes do projecto, e outras partes interessadas;
- b) A fase local e comunitária (segunda fase), que inclui partes afectadas pelo projecto, sobretudo em termos de riscos e impactes ambientais e sociais associados a obras de construção e reabilitação, e outras partes interessadas.

A consulta das partes interessadas da fase institucional e sectorial iniciou simultaneamente nas Províncias de Benguela (2 de Março de 2023) e do Moxico (2 de Março de 2023), e posteriormente, na Província de Luanda (7 de Março de 2023), do Bié (27 de Março de 2023) e do Huambo (28 de Março de 2023), com base em sessões de consulta pública que envolveram 242 participantes.

A consulta das partes interessadas da fase local e comunitária focou-se no local e na área de influência onde as componentes do projecto vão ser desenvolvidas, particularmente na componente 2, pelo efeito catalisador que terá a nível regional, e foi realizada com base em grupos de discussão com a população afectada pelo projecto. Na fase de concepção do projecto foram realizados no total 17 grupos de discussão, envolvendo 252 participantes. Esta consulta decorreu de 15 de Março de 2023 a 23 de Novembro de 2023.

As conclusões das consultas às partes interessadas e afectadas encontram-se patentes no subcapítulo 4.2.

Na identificação de partes interessadas para consulta na fase de concepção do projecto (Anexo 14), para além das entidades provinciais e instituições responsáveis pela implementação do Projecto, considerou-se como partes interessadas, entre outras, os beneficiários directos (MPME, sobretudo as lideradas por mulheres e entidades públicas beneficiárias de capacitação institucional), as comunidades existentes nas áreas de influência dos projectos, os seus empreiteiros, prestadores de serviços, empresas subcontratadas e fornecedores que exerçam actividades no âmbito da fase de construção e implementação.

A consulta a partes interessadas terá continuidade nas restantes fases do projecto, nomeadamente na fase de Pré-Construção, Construção e Pós-Construção, conforme plano incluído no PEPI.

O PEPI está estruturado da seguinte forma:

- Secção 1: Introdução, âmbito e estrutura do Plano;
- Secção 2: Descrição do projecto;
- Secção 3: Análise do quadro legal aplicável ao Projecto do ponto de vista dos requisitos angolanos e internacionais (Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial) e as principais lacunas normativas;
- Secção 4: Identificação e caracterização das partes interessadas para determinar as formas adequadas de envolvimento;
- Secção 5: Apresentação das actividades de envolvimento das partes interessadas e os mecanismos de comunicação;
- Secção 6: Apresentação do mecanismo de sugestões e gestão de reclamações, objectivos, destinatários e processo;
- Secção 7: Definição dos recursos, tarefas e responsabilidades da execução do PEPI;
- Secção 8: Definição do acompanhamento e avaliação do processo de envolvimento das partes interessadas e os principais indicadores de desempenho;
- Secção 9: Apresentação das referências usadas na elaboração do Plano.

2. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

2.1. DESCRIÇÃO GERAL

O DIVERSIFICA+ tem como objectivo aumentar o investimento privado e o crescimento resiliente ao clima de micro, pequenas e médias empresas (MPME) em cadeias de valor não petrolíferas, particularmente no corredor do Lobito.

O princípio orientador do Projecto é apoiar o desenvolvimento do sector privado i) para promover a diversificação económica de uma forma sustentável e geograficamente mais equilibrada; e ii) para criar mais empregos no sector privado através da redução de barreiras ao investimento e crescimento das empresas.

O Projecto procura mobilizar capital privado para infra-estruturas produtivas a fim de desbloquear o investimento em cadeias de valor (especialmente segmentos subdesenvolvidos, tais como logística e processamento), alavancando investimentos em infra-estruturas e aumentos na produção agrícola. Apoiará também o crescimento dos mercados de serviços financeiros e de apoio às empresas, com enfoque nas MPMEs, e especialmente nas MPMEs detidas/dirigidas por mulheres.

O Projecto centrar-se-á no desenvolvimento do corredor económico e comercial do Lobito, que se liga aos países vizinhos. O corredor do Lobito foi seleccionado tendo em conta a experiência com políticas espaciais, que mostra como a existência de fundamentos e alicerces económicos é uma condição necessária para a sua eficácia.

O Projecto, com investimento previsto de 300 milhões de dólares americanos e um horizonte de execução de 6 anos (2024 – 2029) considera quatro componentes, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Componentes e subcomponentes do Projecto DIVERSIFICA+

Componente	Objectivo	Medidas /Subcomponentes
<p>C1:</p> <p>Ambiente propício ao comércio, financiamento e investimento.</p> <p>Montante de investimento previsto: 40 milhões de dólares.</p>	<p>Reforçar o ambiente regulamentar e institucional para o comércio, criação, entrada e operação de empresas, e financiamento (especialmente para MPMEs) através de assistência técnica e capacitação para investimentos no desenvolvimento de sistemas e equipamentos informáticos e pequenas obras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1(a) <i>Melhorar a facilitação do comércio.</i> Apoio à racionalização e automatização dos procedimentos de importação/exportação/trânsito, reforço dos sistemas de gestão de riscos e um regime simplificado para os pequenos comerciantes transfronteiriços, com especial incidência na resolução dos constrangimentos enfrentados pelas mulheres comerciantes. ▪ 1(b) <i>Melhorar o ambiente para a entrada e operações de empresas.</i> Apoio para simplificar o registo e procedimentos administrativos específicos para operar empresas (por exemplo, registo de empresas e licenciamento, procedimentos para registar terrenos, etc.) com foco nas províncias do corredor de Lobito. ▪ 1(c) <i>Fortalecimento da infra-estrutura e abrangência do sector financeiro.</i> Facilitação do acesso ao financiamento (por exemplo, assistência técnica para melhoria das regulações e reforço das capacidades, incluindo desenvolvimento de

Componente	Objectivo	Medidas /Subcomponentes
<p>C2: Investimentos catalíticos em infra-estruturas produtivas.</p> <p>Montante de investimento previsto: 130 milhões de dólares.</p>	<p>Apoiar melhorias na infra-estrutura produtiva (por exemplo, plataformas logísticas e polos industriais).</p>	<p>plataformas electrónicas como a Central de Registo de Garantias Mobiliárias).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2(a) <i>Reforço da capacidade governamental para desenvolver infra-estruturas produtivas através de parcerias público-privadas (PPPs)</i> (por exemplo estudos sobre o potencial do corredor de Lobito, formações, workshops, etc.) ▪ 2(b) <i>Due diligence</i> de PPPs para infra-estruturas produtivas. Apoio ao desenvolvimento de algumas transacções de PPP "pioneiras" que satisfaçam os critérios de selecção do projecto e o estabelecimento de um fundo de preparação de projectos (PPF). ▪ 2(c) <i>Investimento público para infra-estruturas de última milha resilientes às alterações climáticas.</i> Financiamento de investimentos públicos em infra-estruturas de última milha para apoiar melhorias em infra-estruturas produtivas, tais como plataformas logísticas (PL) e polos de desenvolvimento industrial (PDI) através de PPP.
<p>C3: Reforço das capacidades e acesso ao financiamento das empresas.</p> <p>Montante de investimento previsto: 115 milhões de dólares.</p>	<p>Financiamento de investimentos e serviços de desenvolvimento empresarial para melhorar o crescimento, a produtividade e o acesso ao mercado por parte das MPME, especialmente as empresas detidas por mulheres.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 3(a) <i>Fortalecimento da capacidade das empresas e adopção de tecnologia.</i> Esta subcomponente abordará os principais obstáculos às práticas de gestão e à adopção de tecnologias, nomeadamente a falta de capacidades e de financiamento. Para alcançar este objectivo, esta subcomponente terá uma forte incidência no desenvolvimento de soluções digitais para as empresas, incluindo serviços financeiros digitais e plataformas digitais. ▪ 3(b) <i>Partilha de riscos para promover empréstimos a empresas solventes.</i> Criação de uma janela específica no âmbito do Fundo de Garantia de Crédito para reduzir os riscos e promover a concessão de empréstimos bancários às MPME.
<p>C4: Gestão de Projecto e Monitorização & Avaliação.</p> <p>Montante de investimento previsto: 15 milhões de dólares.</p>	<p>Apoiar técnica e financeiramente a implementação do Projecto e medir resultados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão do Projecto. ▪ Salvaguardas ambientais e sociais (instrumentos para mitigar riscos e impactos ambientais e sociais). ▪ Aprovisionamento e gestão financeira. ▪ Monitorização e avaliação (recolha de dados e sistemas para acompanhar os resultados do Projecto). ▪ Reforçar as capacidades das entidades implementadoras do Projecto.

Outras infra-estruturas que não estejam incluídas na Tabela 2 são consideradas como infra-estruturas associadas³ e não são abrangidas pelo financiamento associado ao Projecto, embora sejam consideradas na estratégia de monitorização de riscos e impactos ambientais e sociais.

São consideradas infra-estruturas financiadas pelo Projecto:

- a) Na subcomponente 1(a): pequenas obras para os postos fronteiriços do Luvo e Luau e reabilitação das principais infra-estruturas fronteiriças, tais como instalações de inspecção e escritórios, incluindo o fornecimento de internet e energia;
- b) Na subcomponente 1(b): reabilitação do espaço de escritório dedicado a tarefas de *back-office* e áreas de atendimento ao cliente, incluindo o equipamento de novos escritórios do GUE;
- c) Na subcomponente 2(c):
 - a. obras como preparação e desenvolvimento de terrenos, reabilitação de estradas de acesso, sistemas de esgoto, linhas de distribuição de energia, linhas de abastecimento de água, edifícios, apeadeiros ferroviários, vedações, centrais de tratamento de efluentes, fornecimento de energia e purificação de água;
 - b. reabilitação de conexões de última milha⁴ de até 10 km de trechos de estradas, interconexões de energia e água, telecomunicações, bem como outras infra-estruturas de pequena escala direccionadas para conectar investimentos públicos e privados em torno de oportunidades económicas tanto para o agronegócio quanto para os pequenos produtores.

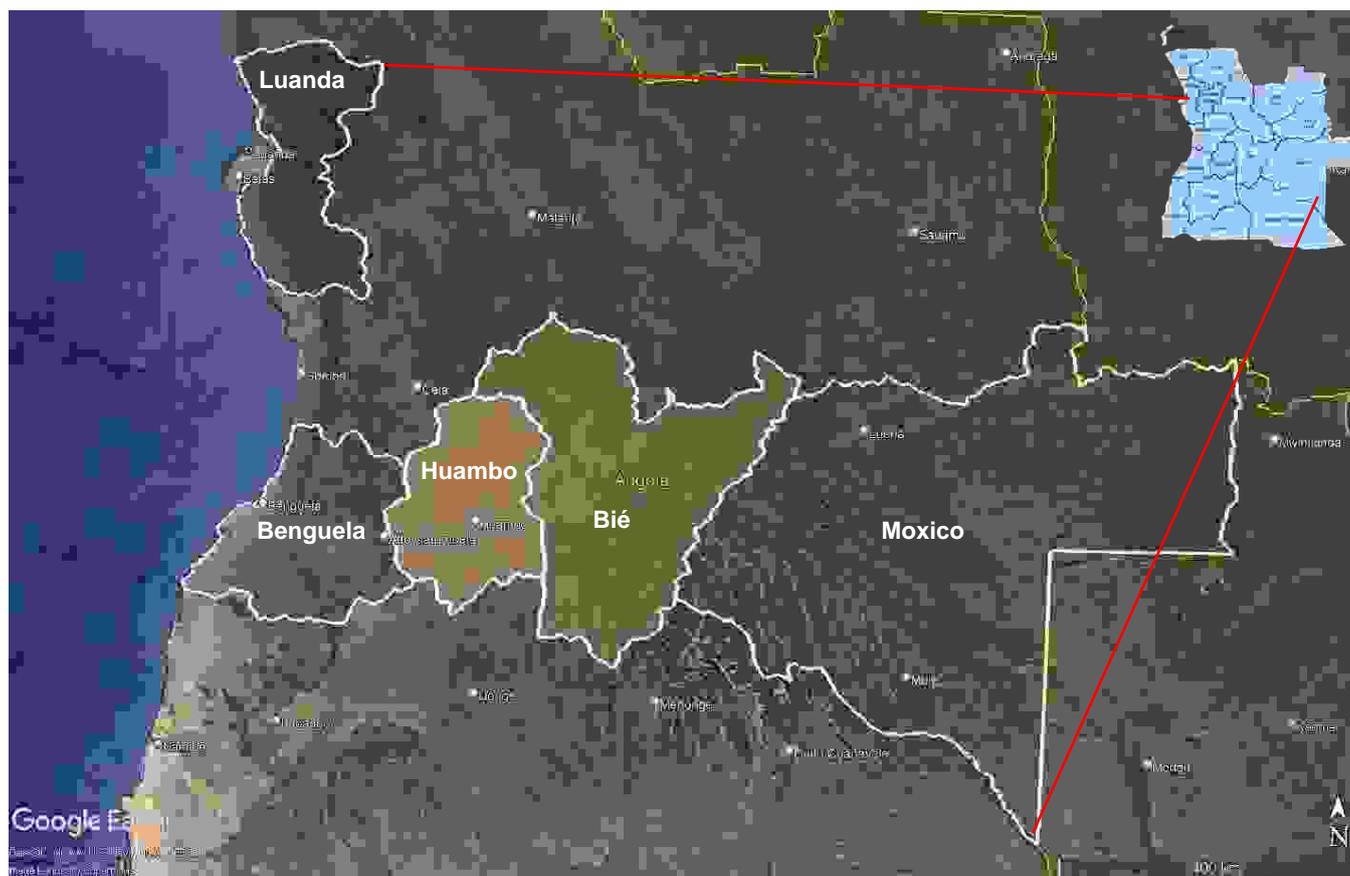
Prevê-se que as actividades financiadas pelo Projecto resultem em riscos e impactos ambientais e sociais, tipicamente gerados por obras de construção (previstas nas componentes 1 e 2 para a reabilitação/renovação de infra-estruturas e edifícios existentes e construção de infra-estruturas de última milha), impactos ambientais directos e indirectos relacionados com o funcionamento das MPME (incluindo riscos ambientais a montante e impactos relacionados com algumas cadeias de abastecimento sectoriais, como a agrícola ou a silvicultura) e implicações ambientais a jusante das actividades de assistência técnica (em especial estudos de viabilidade de PPP).

O Projecto será desenvolvido sobretudo ao longo do corredor do Lobito, incluindo, de modo genérico, 23 municípios e 23 comunas da Província de Benguela, Bié, Huambo e Moxico (Figura 1).

³ Considera-se infra-estruturas associadas as que, sendo significativas, planeadas ou necessárias, não são financiadas pelo Projecto.

⁴ Consideram-se infra-estruturas de última milha: i) obras de preparação e desenvolvimento de terras, reabilitação de estradas de acesso, rede de esgoto, rede de distribuição de energia, rede de abastecimento de água, edifícios, apeadeiros ferroviários, vedações, centrais de tratamento de efluentes, fornecimento de energia e purificação de água; ii) reabilitação de estradas (até 10 km), iii) interligações de redes de energia e água, telecomunicações e iv) infra-estruturas de pequena escala.

Figura 1 - Províncias abrangidas pelo projecto



As infra-estruturas produtivas especificamente associadas à Componente 2 vão estar localizadas nas comunas e municípios assinados na Tabela 3.

Tabela 3 – Localização das infra-estruturas produtivas do Projecto DIVERSIFICA+

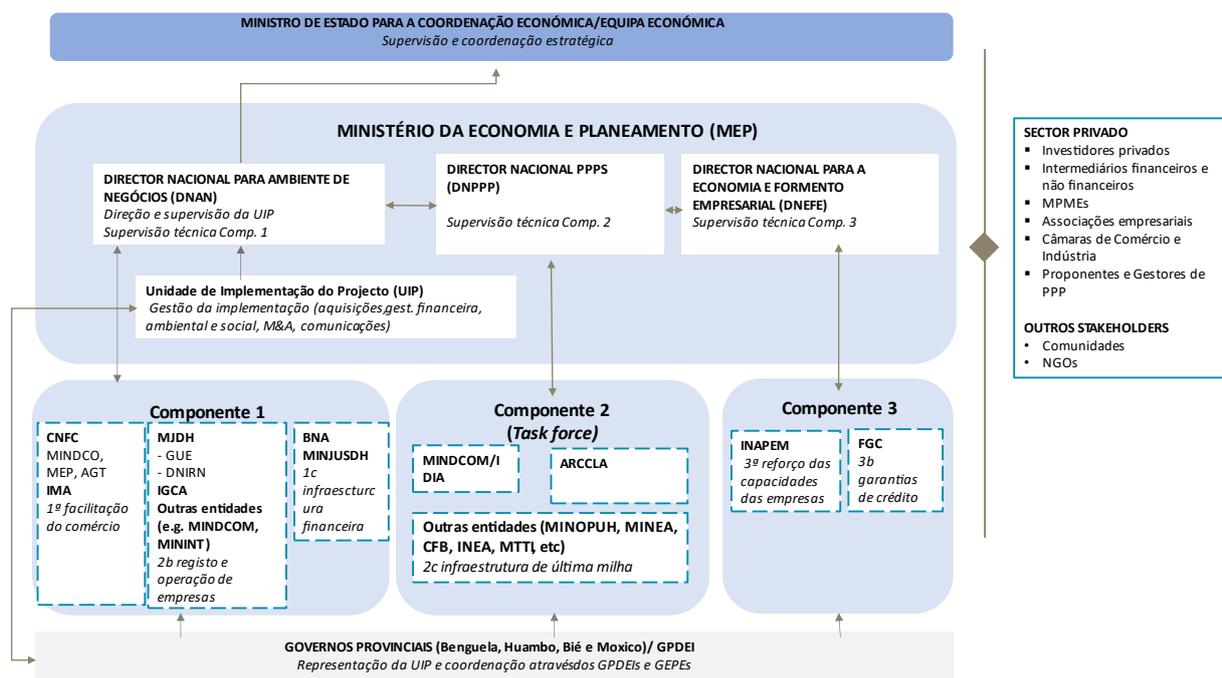
Província	Município	Comuna	Infra-estrutura produtiva
Benguela	Catumbela	Catumbela	Polo Industrial da Catumbela (expansão)
Bié	Kuito	Cunje	Polo Industrial do Cunje
Huambo	Caála	Caála	Plataforma Logística da Caála Pólo de Desenvolvimento Industrial da Caála
Moxico	Luau	Luau	Plataforma Logística do Luau

São beneficiários directos do Projecto:

- MPME, sobretudo as lideradas por mulheres;
- Entidades públicas beneficiárias de capacitação institucional.

A execução do Projecto terá em conta o organigrama proposto na Figura 2.

Figura 2 – Proposta de organigrama para o Projecto DIVERSIFICA+



Sob a coordenação global do MEP, a implementação envolverá entidades específicas por componente e a coordenação de actividades entre as partes interessadas exigirá acordos específicos. A nível técnico, a UIP promoverá a coordenação através da nomeação de pontos focais técnicos nas instituições envolvidas em cada actividade do projecto e da elaboração de relatórios mensais sobre o progresso da implementação. A UNIP será a entidade coordenadora das actividades de facilitação do comércio no âmbito da componente 1. Será criada uma *task force* dedicada ao apoio da Componente 2 aos subprojectos de infra-estruturas produtivas, sob a coordenação da DNPPP e com representantes da (Agência Reguladora de Certificação de Carga e Logística de Angola) ARCCLA, (Ministério da Indústria e Comércio) MINDCOM/IDIA, governos provinciais, e pontos focais dos ministérios de linha e entidades responsáveis por obras públicas, energia e água, transportes.

O Instituto Nacional de Apoio as Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) será a entidade técnica que implementará o apoio às capacidades da empresa no âmbito do subcomponente 3 (a), com responsabilidades fiduciárias da UIP, enquanto o Fundo de Garantia de Crédito (FGC) implementará o Sistemas de Garantia de Crédito (CGS).

Nas quatro províncias do corredor do Lobito, os representantes da UIP integrarão os gabinetes integrados de desenvolvimento económico (GPDEIs) nos governos provinciais para facilitar a coordenação e o envolvimento do sector privado local e outros intervenientes.

As instituições públicas com mandato sobre (e que beneficiam de) actividades de projecto serão responsáveis por participar no planeamento anual, preparar os termos de referência, participar nos comités de avaliação, supervisionar a gestão de contratos, e fornecer informações à UIP sobre o progresso da implementação.

2.2. FASES DO PROJECTO

O projecto será executado de acordo com três fases:

- a) Fase de concepção: fase dedicada à formalização de instrumentos, processos, procedimentos e planos que visam a concretização dos objectivos do projecto. Incluem-se neste domínio, entre outros, a elaboração de documentos de projecto, de quadros regulamentares e institucionais de apoio, a definição de processos e a elaboração de planos de gestão e formação e projectos de construção e supervisão;
- b) Fase de implementação: fase focada na construção e reabilitação de componentes físicas do projecto;
- c) Fase de operação: fase orientada para a monitorização do funcionamento, incluindo, avaliações e manutenções, visando a autonomização final do projecto.

2.3. IMPACTES PREVISTOS

O projecto DIVERSIFICA+ contempla basicamente dois tipos de actividades:

- a) Actividades relacionadas com serviços (e.g., formação e capacitação, assistência, gestão e optimização de processos e procedimentos, desenvolvimento e implementação de tecnologia e gestão de projecto);
- b) Actividades relacionadas com construção que envolvem pequenas obras em infra-estruturas existentes, reabilitação de espaços de escritório, obras e reabilitação de infra-estruturas de última milha.

Em termos de impactes positivos, o Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) do Projecto DIVERSIFICA+ identificou benefícios ao nível da economia e emprego, terra e modos de vida, saúde e segurança dos trabalhadores e da comunidade e no fortalecimento dos actores envolvidos nos arranjos institucionais e na assistência técnica, conforme patente na Tabela 4.

Tabela 4 – Impactes positivos identificados no âmbito do GGAS do Projecto DIVERSIFICA+

Variável Ambiental e Social	Impactes do Projecto	Componentes
Economia e Emprego	Oportunidades de emprego, directos e indirectos, a nível local, regional e nacional, reforço de capacidades e desenvolvimento económico (a maior parte das oportunidades serão dadas aos jovens locais).	C2 e C3
	Desenvolvimento económico e diversificação (aquisição de bens e serviços durante a fase de construção, em particular para abastecimento de água, instalações de gestão de resíduos, produtos alimentares ou serviços de restauração, serviços de telecomunicações e segurança para os campos de trabalhadores, etc.).	C2 e C3
	Oportunidades de emprego directos e indirectos, a nível local, regional e nacional, a médio/longo prazo para trabalhadores associados às bases logísticas e pólos industriais.	C2 e C3
	Melhoria na capacidade de produção, armazenamento e distribuição, a nível local, regional e nacional, provenientes dos serviços prestados pelas bases logísticas e polos industriais.	C2 e C3
Terra e Modos de Vida	Melhoria das vias de acesso nas áreas intervencionadas e adjacentes.	C1, C2 e C3
	Valorização imobiliária das áreas, e adjacentes, a serem intervencionadas no âmbito do projecto.	C1, C2 e C3

Variável Ambiental e Social	Impactes do Projecto	Componentes
Saúde e Segurança dos Trabalhadores e da Comunidade	Melhoria das condições da segurança comunitária fruto da melhoria das condições e infra-estruturas a serem intervencionadas pelo projecto.	C2 e C3
Actores Envolvidos nos Arranjos Institucionais e Assistência Técnica	Fortalecimento de todas as Instituições envolvidas no projecto em matéria de planeamento, gestão, monitorização e operacionalização.	C1 e C4

Em termos de impactes negativos, o QGAS do Projecto DIVERSIFICA+ identificou riscos ao nível da geologia e geomorfologia, solos, recursos hídricos, paisagem, qualidade do ar, ruído e vibração, geração de resíduos, habitats, vegetação e flora, fauna, terra e modos de vida, saúde e segurança dos trabalhadores e comunidade, derrames e incêndios, conforme patente na Tabela 5.

Tabela 5 – Impactes negativos identificados no âmbito do GGAS do Projecto DIVERSIFICA+

Variável Ambiental e Social	Impactes do Projecto	Componente
Geologia e Geomorfologia	Pequenas alterações superficiais na geomorfologia dentro das áreas de construção e áreas de apoio.	C2
Solos	Perda de recursos do solo devido à erosão e à limpeza da vegetação.	C2
	Contaminação do solo por derrames acidentais de hidrocarbonetos de veículos de manutenção, geradores de reserva, e maquinaria.	C2
Recursos Hídricos	Disponibilidade e Qualidade dos Recursos Hídricos (como resultado da limpeza da vegetação e escavação de fundações perto de massas de água superficiais). Utilização destes recursos para os trabalhos de demolição, construção e recuperação de infra-estruturas.	C2
Paisagem	Impacte visual (alteração do contexto paisagístico actual).	C2 e C3
	Impacte visual (presença infra-estruturas remodeladas e novas).	C2 e C3
Qualidade do Ar	Emissões de escape do tráfego rodoviário, nomeadamente: emissões de óxidos de azoto (NO ₂), monóxido de carbono (CO), dióxido de carbono (CO ₂) e dióxido de enxofre (SO ₂), e poeiras e partículas em suspensão (como PM _{2,5} e PM ₁₀).	C2
	Poeira e PM ₁₀ de actividades de construção (remoção de vegetação, terraplanagem, escavação, modelação de solos, e áreas de empréstimo).	C2
Ruído e Vibração	Ruído das actividades de construção que afectam as comunidades mais próximas (por exemplo, desminagem, terraplanagens e limpeza da vegetação, etc.).	C2 e C3
	Emissões sonoras resultantes das actividades de operação das novas infra-estruturas (bases logísticas, pólos industriais e vias de acesso)	C2
Geração de Resíduos	Nas actividades de demolição, construção e reabilitação diversos tipos de resíduos serão produzidos, nomeadamente, líquidos, sólidos e gasosos, perigosos e não perigosos, resíduos orgânicos e inorgânicos. A gestão inadequada dos resíduos produzidos, particularmente os perigosos, constituem um potencial de contaminação do ambiente (solos, recursos hídricos,	C2 e C3

Variável Ambiental e Social	Impactes do Projecto	Componente
	qualidade do ar, paisagem), resultando igualmente em potenciais riscos para a saúde humana (tanto trabalhadores como comunidades na envolvente)	
Habitats, Vegetação e Flora	Perturbação da vegetação e perda de habitat nas áreas intervencionadas e adjacentes.	C2
	Perturbação da vegetação e potencial crescimento de espécies invasoras como resultado dos trabalhos e movimentação de pessoal e maquinaria.	C2
Fauna	Perturbação da fauna nas áreas intervencionadas e adjacentes.	C2
Terra e Modos de Vida	Alteração dos acessos e das condições actuais, nas áreas a serem intervencionadas no âmbito do projecto.	C2
Saúde e Segurança dos Trabalhadores e da Comunidade	Alteração das condições actuais da segurança fruto das actividades de demolição, construção e reabilitação.	C2 e C3
	Alteração das condições de segurança rodoviária actual.	C2
	Aumento do risco de contrair doenças, Risco das Comunidade e Coesão Social e Saúde e Segurança dos Trabalhadores.	C1, C2, C3 e C4
	Potencial de ocorrência de acções/actos de abusos, exploração e violência baseada no género, de discriminação, particularmente sobre grupos vulneráveis, durante as actividades do projecto. Isto poderá ocorrer entre os trabalhadores e/ou entre trabalhadores e as comunidades locais nas áreas afectas ao projecto.	C1, C2, C3 e C4
Eventos Não Planeados – Derrames e Incêndios	Redução da qualidade do solo local e dos cursos de água (potencial para derrames de combustíveis e óleos durante actividades de construção, abastecimento de combustível, manutenção de máquinas e veículos).	C2
Eventos Não Planeados – Saúde e Segurança da Comunidade	Risco associados às actividades de demolição, construção, reabilitação e presença máquinas e equipamentos.	C2 e C3
	Falha nos equipamentos instalados e/ou violação das regras/sinalização de segurança resultando em ferimentos ou fatalidades.	C2 e C3

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este plano tem em conta a legislação angolana relativa aos níveis e modelos de participação das partes interessadas e afectadas por projectos e a Norma Ambiental e Social do Banco Mundial relativa ao Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações.

3.1. LEGISLAÇÃO NACIONAL

A figura de Plano de Envolvimento das Partes Interessadas não consta concretamente da legislação angolana, associado a um quadro regulamentar específico. O envolvimento de partes interessadas surge referenciado em alguns diplomas nacionais como parte das consultas públicas associadas à avaliação de impactes ambientais e sociais.

De acordo com a Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 5/98 de 19 de Junho), o Decreto sobre Consulta Pública (Decreto Executivo n.º 87/12 de 24 de Fevereiro), o Regulamento da Avaliação de Impacte Ambiental e o Procedimento de Licenciamento Ambiental (Decreto Presidencial n.º 117/20 de 22 de Abril) e outra legislação aplicável, o processo de consulta pública é um procedimento abrangido pela participação pública que visa recolher opiniões, sugestões e outras contribuições do público interessado sobre o projecto.

O Decreto Executivo n.º 87/12, de 24 de Fevereiro de 2012, fornece uma explicação mais detalhada e extensa dos objectivos e requisitos para a consulta pública. O objectivo é recolher opiniões e sugestões relevantes das partes interessadas sobre projectos sujeitos ao processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e assegurar que estas sejam tidas em consideração no processo de tomada de decisão realizado pelo Ministério do Ambiente (MINAMB).

O MINAMB tem a responsabilidade de presidir às actividades de consulta (Artigo 4, Parágrafo 3). Para assegurar a participação das partes interessadas, o decreto estipula que a consulta deve ser publicitada no Jornal de Angola e noutros meios de comunicação social relevantes (Artigo 7). Os requisitos de divulgação de informação são detalhados no Artigo 8. Inclui pormenores administrativos tais como o prazo para a consulta, que deve ter lugar em 5-10 dias. O decreto também detalha a necessidade de apresentar um relatório da consulta pública.

O Decreto Executivo n.º 87/12, de 24 de Fevereiro de 2012, centra-se na consulta durante o processo de AIA e, após o relatório final da AIA, será apresentado às autoridades competentes. Não existem requisitos explícitos para a consulta contínua das partes interessadas durante a construção ou operação de projectos na legislação angolana.

O Decreto Presidencial n.º 117/20 de 22 de Abril completa a Lei de Bases do Ambiente e estabelece um conjunto de procedimentos a serem seguidos na realização de AIA. O artigo 16º do Decreto Presidencial também prevê que a consulta pública seja organizada pela autoridade licenciadora, mas, para além de especificar a publicação de um resumo não técnico, não especifica a forma de consulta.

As partes interessadas a envolver na consulta pública para licenciamento ambiental associado especificamente às infra-estruturas produtivas do projecto DIVERSIFICA+ (componente 2) são:

- Pessoas afectadas pelo projecto;
- Ministério do Planeamento (Proponente do Projecto);
- Ministério do Ambiente (responsável pelo licenciamento ambiental);

- Ministério da Indústria e Comércio (responsável pela Rede Nacional de Pólos de Desenvolvimento Industrial);
- Ministério dos Transportes/ ARCCLA (responsável pela implantação e gestão de plataformas logísticas a nível nacional);
- Governos provinciais (responsável pela gestão do território a nível provincial);
- Administrações municipais (responsável pela gestão do território a nível local).

Para tal, a consulta de partes interessadas será conduzida em conformidade com os requisitos do Decreto sobre Consulta Pública (Decreto Executivo n.º 87/12) que apela à utilização de todas as formas de consulta e envolvimento das partes interessadas e também em conformidade com os requisitos do BM, como estipulados nas NAS 10.

3.2. NORMAS INTERNACIONAIS

A NAS 10 do BM reconhece a importância de um processo de envolvimento aberto e transparente das partes interessadas como elemento essencial das boas práticas internacionais. Segundo esta norma, o envolvimento eficaz das partes interessadas pode melhorar a sustentabilidade ambiental e social dos projectos, melhorar a aceitação e oferecer contribuições significativas para a concepção e implementação eficaz do projecto.

A NAS 10 aplica-se a todos os projectos apoiados pelo BM pelo financiamento do projecto. Segundo esta Norma os implementadores de projectos deverão consultar as partes interessadas, como parte fundamental do processo de avaliação ambiental e social e de implementação do projecto. Para além da NAS 10 todas as outras Normas Ambientais foram activadas pelo projecto conforme apresentado no Anexo 15.

Conforme estabelecido na NAS 10 o processo de envolvimento de pessoas interessadas inclui:

- Identificação das partes interessadas e potencialmente afectadas;
- Avaliação do nível de suporte das partes interessadas pelo projecto;
- Planeamento do envolvimento das partes interessadas, promovendo e fornecendo mecanismos para que as considerações das partes interessadas sejam consideradas no desenho do projecto e no desempenho ambiental e social do projecto;
- O envolvimento efectivo e inclusivo das partes interessadas, incluindo sempre as partes com necessidades especiais (pessoas e grupos vulneráveis);
- Divulgação da informação sobre os riscos e impactos ambientais e sociais e respectivas medidas de mitigação as partes interessadas e afectadas de forma atempada e acessível;
- A consulta de partes interessadas;
- A promoção de um mecanismo de diálogo e reclamações;
- A divulgação dos resultados.

Segundo esta Norma a consulta é um processo de duas vias que tem as seguintes características:

- Começa no estágio inicial do processo de planeamento do projecto para receber opiniões iniciais sobre a proposta do projecto e informar a concepção do projecto;
- Incentiva os comentários das partes interessadas, especialmente, como uma forma de prestar informações sobre a concepção do projecto e o envolvimento das partes interessadas na identificação e mitigação de riscos e impactos socioambientais;
- Continua de forma ininterrupta à medida que surjam riscos e impactos;

- Baseia-se na divulgação e disseminação prévia de informações relevantes, transparentes, objectivas, significativas e de fácil acesso num prazo que possibilite consultas relevantes com as partes interessadas e em um formato culturalmente apropriado, em idioma(s) local relevante e compreensível para as partes interessadas;
- Analisa e responde aos comentários;
- Apoia o envolvimento activo e inclusivo das partes afectadas pelo projecto.

3.3. LACUNAS NORMATIVAS

Nos Termos da legislação angolana não existe obrigatoriedade do envolvimento das partes interessadas nas fases iniciais da concepção do projecto. Segundo o Decreto Presidencial n.º 117/20 de 22 de Abril - Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental - o processo de consulta pública é uma actividade obrigatória para todos os projectos das Categorias A, B e C, mas realizada apenas no final do processo de licenciamento ambiental.

A NAS 10 do BM estabelece que o Mutuário tem de envolver as partes interessadas como parte integrante da avaliação ambiental e social de um projecto e da concepção e implementação do projecto, no decurso da elaboração do projecto e em fase de licenciamento ambiental.

Uma vez que o regulamento nacional não exige o estabelecimento de um mecanismo de resolução de reclamações é recomendada a aplicação das normas ambientais e sociais do BM que exigem a realização de encontros de auscultação / consultas públicas desde o início do projecto (concepção) até à sua conclusão (implementação e acompanhamento).

A natureza, o âmbito e a frequência do compromisso devem ser proporcionais à natureza e à escala do Projecto. As consultas com as partes interessadas e afectadas têm de ser significativas e basear-se na identificação e análise das partes interessadas e afectadas, nos planos sobre como envolver as mesmas, na divulgação de informação, nas consultas reais, bem como nas respostas às reclamações das PIPA, e nos relatórios as PIPA.

A legislação angolana menciona a necessidade de participação, obrigatoriedade em alguns processos, como mencionado acima, mas não de forma estruturada onde, por exemplo, a das PIPA e principalmente a atenção que deve ser dada aos grupos vulneráveis é fundamental.

O Decreto Presidencial n.º 117/20 não exige o estabelecimento de um mecanismo de resolução de reclamações. Então, deve-se seguir o processo da legislação nacional para o processo de licenciamento ambiental, e para os casos da implementação do projecto deve-se seguir o plasmando na NAS 10.

Na Tabela 6 é apresentado um resumo comparativo da legislação nacional com a do BM em matéria de consultas públicas. De um modo geral, não existem lacunas significativas entre a legislação ambiental Angolana e a NAS 10. Em diversos aspectos as normas nacionais e as normas do Banco Mundial, estão alinhadas. No entanto, existem áreas onde o projecto deverá ser guiado pela NAS 10 do BM para reforçar os princípios de envolvimento e comunicação.

Tabela 6 – Comparação entre a legislação nacional e a do Banco Mundial

Tópico	Legislação Nacional	NAS 10 do Banco Mundial	Lacunas
Envolvimento das Partes Interessadas	Exige consultas às partes interessadas e afectadas durante as	Os mutuários consultarão as partes interessadas durante todo o ciclo de vida	A legislação nacional apenas prevê engajamento com as

Tópico	Legislação Nacional	NAS 10 do Banco Mundial	Lacunas
	<p>fases de planeamento do projecto (durante a elaboração do EPDA e o EIA).</p> <p>As consultas públicas devem durar no mínimo 10 dias.</p>	<p>do projecto, começando assim que possível durante o processo de desenvolvimento e dentro de um prazo que possibilite consultas relevantes às partes interessadas sobre a concepção do projecto. A natureza, o alcance e a frequência do envolvimento das partes interessadas serão proporcionais à natureza e à dimensão do projecto, bem como aos seus possíveis riscos e impactos.</p>	<p>partes durante a elaboração do EIA e EPDA e não durante a operação e o encerramento do projecto, como o exigido pela NAS10.</p>
Identificação e análise das partes interessadas	<p>No processo de elaboração dos Termos de Referência para os EIA devem ser identificadas as partes interessadas e definido o processo de consulta pública a seguir.</p>	<p>O Mutuário identificará as diferentes partes interessadas, as partes afectadas pelo projecto e outras partes interessadas.</p>	<p>Não existem lacunas significativas ou conflitos entre a Legislação Angolana e a NAS 10 do BM.</p>
Plano de envolvimento das partes interessados	<p>Não exige a elaboração de um PEPI mas solicita a definição do processo de consulta pública a seguir.</p>	<p>Em consulta com o Banco, o Mutuário desenvolverá e implementará um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) proporcional à natureza e à dimensão do projecto e dos seus riscos e impactos potenciais.</p>	<p>Não existem lacunas significativas ou conflitos entre a Legislação Angolana e a NAS 10 do BM.</p>
Divulgação de informações	<p>O aviso da consulta pública deve ser divulgado no Jornal de Angola. Um Resumo Não Técnico deve ser distribuído aos participantes. O relatório do EIA deve estar disponível para consulta do público.</p>	<p>O Mutuário divulgará informações sobre o projecto para permitir que as partes interessadas compreendam os riscos e impactos e as possíveis oportunidades do mesmo.</p>	<p>Não existem lacunas significativas ou conflitos entre a Legislação Angolana e a NAS 10 do BM.</p>
Consulta relevante	<p>Nos levantamentos ambientais e sociais para os EIA as partes interessadas devem ser consultadas de forma formal (encontros de</p>	<p>O Mutuário iniciará um processo de consulta relevante de forma a fornecer às partes interessadas oportunidades para expressar as suas opiniões</p>	<p>Não existem lacunas significativas ou conflitos entre a Legislação Angolana e a NAS 10 do BM.</p>

Tópico	Legislação Nacional	NAS 10 do Banco Mundial	Lacunas
	auscultação) ou informal (por meio de entrevistas).	sobre os riscos, impactos e medidas de mitigação, e que lhe permita considerá-las e respondê-las. A consulta relevante será realizada de maneira contínua, na medida em que a natureza dos problemas, impactos e oportunidades evoluam.	Após o licenciamento ambiental a participação das partes interessadas é reduzida.
Envolvimento durante a implementação de projectos e divulgação externa	A legislação exige a elaboração de relatórios de desempenho ambiental e auditorias ambientais. Podem ser exigidas auditorias públicas para projectos com elevados impactes ambientais e sociais.	O Mutuário continuará a consultar e fornecer informações às partes afectadas pelo projecto, bem como outras partes interessadas durante todo o ciclo de vida do projecto de forma adequada à natureza dos seus interesses e aos possíveis riscos e impactos ambientais e sociais do projecto.	Após o licenciamento ambiental a participação das partes interessadas é reduzida.
Mecanismo de queixa	A legislação não exige o estabelecimento de um mecanismo de resolução de reclamações	O Mutuário responderá às perguntas e queixas das partes afectadas pelo projecto relacionadas com o desempenho ambiental e social do projecto de maneira oportuna. Para esse fim, o Mutuário proporá e implementará um mecanismo de queixa para receber e facilitar a resolução de tais dúvidas e queixas.	Deve-se seguir o processo da legislação nacional para o processo de licenciamento ambiental e para os casos da implementação do projecto.
Capacidade e envolvimento organizacional	A definição das responsabilidades pela execução das medidas de mitigação é feita na respectiva licença ambiental.	O Mutuário definirá funções, responsabilidades e autoridades claras, bem como designará funcionários específicos para serem responsáveis pela execução e acompanhamento das actividades de envolvimento das partes interessadas e do cumprimento desta NAS.	Não existem lacunas significativas ou conflitos entre a Legislação Angolana e a NAS 10 do BM.

4. PARTES INTERESSADAS NO PROJECTO

Esta secção identifica as principais partes interessadas e afectadas que serão informadas e consultadas sobre as actividades do projecto.

4.1. CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO DE PARTES INTERESSADAS

Para efeitos de envolvimento eficaz as partes interessadas e afectadas foram divididas nas seguintes categorias principais:

- **Partes Interessadas (PI)** - Indivíduos/grupos/entidades que podem não sofrer os impactos directos das acções do projecto, mas que consideram ou percebem que os seus interesses são afectados, positivamente ou negativamente, pelo projecto e/ou que podem afectar o projecto e o processo da sua implementação de alguma forma;
- **Partes Afectadas pelo Projecto (PA)** - Pessoas, grupos e outras entidades dentro da Área de Influência do Projecto que são directamente influenciadas (efectiva ou potencialmente) pelo projecto e que foram identificadas como mais susceptíveis a mudanças associadas ao projecto, e que precisam de estar estreitamente envolvidas na identificação dos impactos e do seu significado, bem como na tomada de decisões sobre as respectivas medidas de mitigação e de gestão;
- **Outras Partes Interessadas (OPI)** - Pessoas ou grupos que não se enquadram nos dois anteriores e que, ainda assim, podem ter um interesse no projecto.

Deste modo, constituem partes interessadas e afectadas do projecto, todas as pessoas e grupos de pessoas com interesse no projecto e/ou com capacidade para influenciar os resultados do projecto, instituições, organizações que são directas ou indirectamente afectadas pela intervenção que irá ocorrer no âmbito da implementação do projecto.

No caso do projecto DIVERSIFICA+, a identificação das partes interessadas e afectadas relevantes foi realizada com base nas quatro componentes do projecto tendo em conta todos os aspectos anteriormente referidos.

A estratégia de identificação e envolvimento das partes interessadas decorre da necessidade de conhecer as preocupações mais relevantes das partes interessadas que devem ser consideradas aquando da implementação do projecto.

A identificação de todas as partes interessadas teve em conta os seguintes critérios:

- Sejam actores-chave na criação das condições necessárias a concretização dos objectivos do projecto, no âmbito dos arranjos institucionais a realizar;
- Sejam directa ou indirectamente afectados pela construção do Projecto (comunidades, comerciantes locais, áreas sob gestão pública ou privada, entre outras) e outras infra-estruturas instaladas nas proximidades do Projecto (por exemplo, habitação, escolas, locais de lazer, supermercado, pequenas lojas, actividades agro-pecuária, etc.);
- Participam directamente no planeamento e gestão regional, nos sectores de comércio, na gestão de resíduos e na preservação do ambiente;

- Comunidades ou organizações, residentes ou sediadas na área de influência do Projecto, com ênfase nas residentes nos municípios atribuídos ao Projecto e que são susceptíveis de serem afectadas pelas actividades do Projecto;
- Desempenhem um papel significativo como fornecedores de dados e informações básicas (públicas ou privadas), incluindo organizações não governamentais (ONGs), organizações de base comunitária e organizações de direitos humanos; e
- As partes interessadas que participam nos eventos de consulta durante as visitas aos municípios ou que contactem directamente com perguntas ou preocupações ao longo de todo o processo.

4.2. CONSULTA INICIAL A PARTES INTERESSADAS

Na fase de concepção, a identificação das partes interessadas e das partes afectadas (PIPA) foi feita com base:

- Na consulta de documentos do projecto;
- Na experiência e conhecimento do MINPLAN e dos consultores;
- Em consultas de partes interessadas de âmbito institucional e sectorial nas Províncias de Benguela, Moxico, Luanda, Bié e Huambo;
- Nas consultas de partes interessadas de âmbito local e comunitário nas Províncias do Huambo, Bié, Benguela e Moxico.

A participação de partes interessadas na fase de concepção do projecto é um pressuposto da NAS 10. O envolvimento de partes interessadas no início do projecto apoia a fundamentação de decisões e contribui para a análise prévia de riscos e impactos, bem como, para a identificação de possíveis medidas de mitigação.

Tendo em conta a estratégia faseada de envolvimento de partes interessadas referenciada anteriormente, elegeu-se como método de envolvimento para a fase institucional e sectorial a consulta alargada de partes interessadas pelas seguintes razões:

- É um método previsto na legislação nacional para avaliação de riscos e impactes;
- Permite difundir a informação a um grupo alargado e obter feedback através da partilha de visões multidisciplinares;
- Permite reunir uma multiplicidade de partes interessadas com diferentes perspectivas sobre o projecto;
- É essencial para criar o contexto adequado aos arranjos institucionais a realizar no âmbito do projecto.

A identificação de partes interessadas para as consultas realizadas na fase de concepção do projecto consta do Anexo 15.

A estratégia usada na identificação de participantes para as consultas de partes interessadas da fase institucional e sectorial considerou a relevância da cada parte interessada para o projecto, designadamente:

- Representatividade do contexto nacional, provincial, municipal e local;
- Experiência e conhecimento que possuem da realidade;
- Afectação que terão ao projecto;
- Papel que desempenham:
 - Na salvaguarda de direitos, especialmente de grupos vulneráveis como jovens, mulheres, mães solteiras, viúvas, pessoas portadoras de deficiência e idosos;

- Na salvaguarda de questões ambientais e sociais;
- Na promoção do empreendedorismo local;
- No acesso ao crédito;
- Na formação de micro, pequenas e médias empresas;
- Na divulgação e comunicação do projecto;
- Influência que podem exercer na boa execução do projecto.

Para a fase local e comunitária das consultas de partes interessadas aplicou-se a mesma estratégia, acrescentando-se mais dois critérios:

- Riscos e impactes do projecto;
- Impactos em pessoas afectadas pelo projecto.

A fase local e comunitária contemplou:

- Residentes locais (homens e mulheres);
- Lideranças comunitárias;
- Comerciantes (formais e informais).

As contribuições obtidas nas consultas de partes interessadas realizadas na fase de concepção do projecto encontram-se resumidas nos Anexos 1, 2, 3, 4 e 5.

Fase institucional e sectorial

A consulta das partes da fase institucional e sectorial iniciou simultaneamente na Província de Benguela (2 de Março de 2023) e do Moxico (2 de Março de 2023), e posteriormente na Província de Luanda (7 de Março de 2023), do Bié (27 de Março de 2023) e do Huambo (28 de Março de 2023) (Tabela 7). As sessões de consulta pública da fase institucional e sectorial envolveram no total 242 participantes.

A escolha inicial de três províncias para as primeiras consultas das partes interessadas está associada à representação dos diferentes contextos socioeconómicos:

- A Província de Luanda é a capital do país e congrega maior capacidade de gestão e recursos humanos e financeiros, bem como, os principais centros de decisão política e económica;
- A Província de Benguela destaca-se pelo desenvolvimento empresarial e industrial associado ao início da linha do Caminho de Ferro de Benguela para o interior, ao Porto do Lobito e ao desenvolvimento do Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela;
- A Província do Moxico é das províncias que se localiza mais a leste do país e lida com desafios associados à interioridade e ao distanciamento de centros de decisão e de desenvolvimento empresarial e industrial regionais que possam funcionar como *hubs* económicos.

Posteriormente foram realizadas consultas de partes interessadas às outras duas províncias, nomeadamente Bié e Huambo.

A província do Bié destaca-se pelo facto de ter um potencial importante do ponto de vista da agricultura, condições climáticas importantes e espaço para o estabelecimento de unidades industriais no Cunje junto aos Caminhos de Ferro e na Cunhinga. O Huambo destaca-se pelo facto de possuir uma importante rede viária, infra-estruturas industriais importantes para o desenvolvimento regional incluindo do Pólo de Desenvolvimento Industrial da Caála e outras como

é o caso do Centro Logístico de Distribuição (CLOD) dos Produtos do Campo na comuna da Calenga.

Nas consultas de partes interessadas de âmbito institucional/sectorial de Benguela, Moxico, Luanda, Bié e Huambo participaram 242 pessoas, das quais 56 (23%) mulheres. A província com maior participação feminina foi a província do Huambo (33%).

A baixa percentagem de mulheres nas consultas de partes interessadas deriva da incipiente participação das mulheres na vida activa em Angola. O Governo de Angola tem desenvolvido estratégias para melhorar o quadro actual⁵ no que concerne à representatividade das mulheres na sociedade, mas ainda assim, ainda não é totalmente notório.

Tabela 7 – Consultas de partes interessadas realizadas na fase institucional e sectorial na fase de concepção do projecto DIVERSIFICA+

Data	Local	Participantes			Moderação
		Total	M	F	
02/03/2023	Monumento à Paz (Luena)	51	37	14	Rute Saraiva (Consultor) Moniz João (MP) Leandra Nunes (MEP) Jeremias Ntyamba (Consultor)
02/03/2023	Auditório da Universidade Katyavala Bwila (Benguela)	50	39	11	Vladimir Russo (Consultor) Osvaldo Victoriano (MEP)
07/03/2023	Sala de Reuniões do Ministério do Planeamento (Luanda)	57	50	7	Rute Saraiva (Consultor) Vladimir Russo (Consultor) Osvaldo Victoriano (MEP) Laércio Cândido (MEP) Cláudio Gomes (MEP)
27/03/2023	Auditório da Direcção Provincial da Educação (Cuito)	33	26	7	Vladimir Russo (Consultor) Cláudio Gomes (MEP) Jeremias Ntyamba (Consultor)
28/03/2023	Auditório da Governo Provincial do Huambo (Huambo)	51	34	17	Vladimir Russo (Consultor) Cláudio Gomes (MEP) Jeremias Ntyamba (Consultor)

Para a primeira fase das consultas de partes interessadas da fase institucional e sectorial foi elaborada uma lista preliminar de pessoas interessadas no projecto, a partir da qual foram remetidos convites (Anexo 14). Os convites foram endereçados pelos Governos Provinciais para o caso do Moxico e de Benguela e pelo Ministério do Planeamento para o caso de Luanda.

As consultas de partes interessadas realizadas na primeira fase tiveram em conta a seguinte agenda:

- Componentes do projecto e as actividades associadas;
- Referências Ambientais e Sociais do Banco Mundial;
- Identificação de Potenciais Riscos e Impactes;

⁵ Vide: Decreto Presidencial nº 222/13, que aprova a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género.

- Identificação dos Pontos Fortes e Fracos:
- Recomendações para o Desenho e Implementação do Projecto.

As consultas de partes interessadas foram presididas por representantes dos Governos Provinciais e representantes do MEP, designadamente:

- Moxico: Sr. Vice-Governador Dr. Vitor Silva (Governo da Província do Moxico) e Dra. Leandra Nunes (MEP);
- Benguela: Sr. Director Provincial do Desenvolvimento Económico Integrado (DEI) do Governo da Província de Benguela, Dr. Samuel Maleze e Dr. Osvaldo Victoriano (MEP);
- Luanda: Dr. Laércio Cândido (MEP);
- Bié: Sr. Director Provincial do Desenvolvimento Económico Integrado (DEI) do Governo da Província de Bié, Dr. Figueiredo Numbi e Dr. Cláudio Gomes (MEP);
- Huambo: Sr. Vice-Governador Dr. Angelino Elavoco (Governo da Província do Huambo) e Dr. Cláudio Gomes (MEP).

As apresentações e moderação das consultas de partes interessadas da fase institucional e sectorial estiveram a cargo dos consultores do projecto.

Das questões e contribuições recebidas ao nível institucional e sectorial constata-se que as cinco principais estão relacionadas com o próprio projecto DIVERSIFICA+ (o que releva a necessidade de preparação de mais informação para comunicação às partes interessada no âmbito das actividades preparatórias do projecto e adicional às consultas públicas), infra-estruturas (água, energia, estradas⁶), financiamento (acesso ao crédito), recursos humanos (formação e qualificação) e assimetrias regionais (Figura 3).

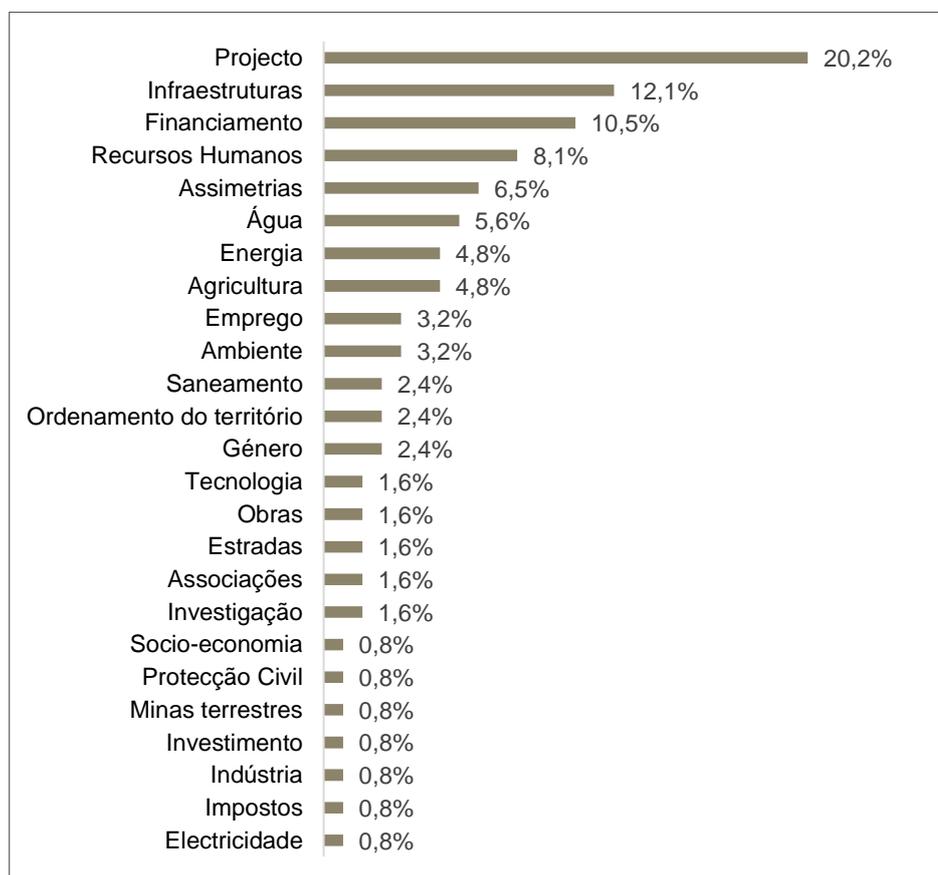
De um modo geral as partes interessadas da Província de Benguela manifestam grande preocupação em relação a infra-estruturas de base (energia e água), vias de acesso para escoamento dos produtos, falta de capacidade para escoar a produção, falta de indústrias transformadoras, baixos níveis de empregabilidade devido à falta de oferta de emprego, grandes obstáculos na obtenção de crédito, melhor ambiente para investidores estrangeiros e níveis de decisão muito centralizados que não promovem autonomia a nível local. O Polo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela (PDIC), particularmente na fase 2, tem alguma disponibilidade de terra que com um adequado zoneamento poderá concorrer para a não expropriação de terrenos aos populares que se encontram implantados na área com zonas residenciais.

Por seu turno, as partes interessadas da Província do Moxico, sentem-se marginais em relação ao desenvolvimento empresarial nacional pelo facto de não terem tido capacidade de desenvolver no passado uma classe empresarial sólida como, por exemplo, Benguela. De acordo com as partes interessadas consultadas há um grande défice de pessoas qualificadas (em quantidade e qualidade), pelo que é essencial que o projecto aposte na formação. A burocracia dos processos e a falta de acesso a serviços de apoio mais rápidos e acessíveis na constituição de empresas, bem como, as dificuldades do acesso ao crédito, são entraves ao desenvolvimento empresarial local. No que concerne à localização da infra-estrutura produtiva é fundamental que se intervenha em quatro aspectos: estradas para escoamento de produtos, energia, água e telecomunicações. De ter em conta que qualquer projecto que envolva obras na província terá de se ter em conta o risco de minas terrestres. Em relação a grupos vulneráveis, foi mencionado que há abusos de

⁶ Em relação às estradas, são enfatizadas pelas pessoas interessadas picadas para escoamento dos produtos agrícolas.

mulheres por parte de trabalhadores oriundos fora das comunidades, que deixam muitas vezes as jovens grávidas, sem assumir a paternidade. Ainda em relação à vulnerabilidade, foi mencionado que devido à gravidez e paternidade precoce, muitos jovens são obrigados a trabalhar com 14 anos, para conseguir algum sustento.

Figura 3 – Temas com mais contribuições nas consultas de partes interessadas institucionais/sectoriais realizadas na fase de concepção



Na província de Luanda as partes interessadas enfatizaram a importância do acesso ao crédito, de estradas (picadas) para escoamento de produtos, do fortalecimento das cooperativas para o sector agrícola e a necessidade de executar bem os projectos, de modo a criar valor para a população mais carenciada em termos económicos e sociais.

Para a província do Bié foi realçada a fraca capacidade financeira dos empresários locais associada as dificuldades de acesso ao crédito por conta da elevada burocracia e altas taxas de juro. Foi recomendada a necessidade de formação dos empresários particularmente para aqueles que estão a deixar a informalidade. A existência de terras aráveis e para a produção animal, longos períodos de chuva e posição geográfica (centro de Angola) e que facilita o escoamento foram dados com sendo pontos positivos. Há uma preocupação com a invasão de terras por conta dos inúmeros atrasos na implantação de infra-estruturas em terrenos reservados.

No Huambo foi destacada a necessidade de transferência de *know how* e competências para o empresariado e governo local assim como a necessidade da descentralização de determinados processos de atribuição de terrenos. Nesta província, para além das estruturas propostas para o projecto existem infra-estruturas construídas no âmbito do Centro Logístico de Distribuição (CLOD) e do Programa de Aquisição de Produtos Agropecuário (PAPAGRO) que poderão

concorrer para o sucesso o projecto com base nas lições aprendidas e criar potenciais sinergias com o DIVERSIFICA+.

Ainda durante as primeiras consultas institucionais e sectoriais foi possível obter informação sobre riscos e constrangimentos, bem como, pontos fortes e fracos do projecto para as Províncias de abrangidas pelo projecto. Esta informação encontra-se resumida na Tabela 8 e 9.

Em termos de riscos e constrangimentos foram identificados unanimemente, para todas as províncias, 11 aspectos:

- a) Na componente Ambiente propício ao comércio, financiamento e investimento:
 - Comparticipação obrigatória por parte dos empresários nacionais de 10 a 20% do financiamento necessária para solicitações de financiamento não havendo capacidade para satisfazer esta necessidade (MPME descapitalizadas);
 - Excesso de directrizes ou normas para fornecimento do financiamento por parte dos Bancos comerciais/ muitas barreiras no acesso ao crédito (burocracia e garantias);
 - Dificuldades em usar terrenos/terras como garantia para financiamento;
 - Custos altos em assessoria, na maior parte das vezes após término da assessoria os projectos não têm continuidade;
- b) Na componente Investimentos catalíticos em infra-estruturas produtivas:
 - Reduzidas oportunidades de emprego associadas à falta de mão-de-obra qualificada, debilidades no ensino e população nas zonas rurais sem documentos de identificação;
- c) Na componente Reforço das capacidades e acesso ao financiamento das empresas:
 - Excesso de burocracia para a criação de empresas e para acesso à financiamento;
 - Baixa literacia digital e débil funcionamento das plataformas digitais;
 - Baixa formação dos técnicos das micro, pequenas e médias empresas;
 - Falta de investimento nos negócios e empresas geridas por mulheres;
- d) Na componente Gestão de Projectos e Monitorização & Avaliação:
 - Baixa literacia digital;
 - Poucos técnicos com conhecimentos e experiência sobre salvaguardas ambientais e sociais.

Ao nível dos pontos fortes é consensual para todas as províncias o bom ambiente de negócios e a disponibilidade de mão-de-obra, particularmente na área da agricultura, construção civil e serviços. No que tange aos pontos fracos, destaca-se para todas as províncias os baixos índices de empregabilidade e deficientes serviços digitais.

As principais oportunidades identificadas são: potencialização das fazendas e investimento na agro-pecuária; criação de polos de desenvolvimento agro-pecuário e outras infra-estruturas afins; ligação Lobito-Luau-Congo Democrático para escoar alguns produtos produzidos em solo Angolano e crescimento e modernização dos Caminhos de Ferro de Benguela. Em termos de fraquezas, destaca-se: baixa maturidade empresarial das micro, pequenas e médias empresas locais; falta de serviços de apoio aos empresários (físicos e digitais) e de aconselhamento; mecanismos de acesso ao crédito são complexos e muito burocráticos; insuficiências no ambiente logístico e de infra-estruturas de alguns polos industriais e plataformas logísticas e problemas relacionados com os acessos havendo apenas projectos para estradas nacionais e pouco apoio para a construção de estradas com baixo custo de construção e manutenção (picadas).

Tabela 8 – Resumo dos riscos e constrangimentos identificados nas consultas de partes interessadas institucionais/sectoriais

Componente	Risco / Constrangimento	Luanda	Benguela	Huambo	Bié	Moxico
1. Ambiente propício ao comércio, financiamento e investimento	▪ Falta de técnicos capacitados para dar continuidade ao projecto e acções que requeiram mão-de-obra especializadas		X	X	X	X
	▪ Comparticipação obrigatória por parte dos empresários nacionais de 10 a 20% do financiamento necessária para solicitações de financiamento não havendo capacidade para satisfazer esta necessidade (MPME descapitalizadas)	X	X	X	X	X
	▪ Empresas que recebem espaços dentro de zona infra-estruturadas e não conseguem dar utilidade, acabando por parcelar e/ou vender a terceiros	-	X	-	-	-
	▪ Decisões e contratos de concessão de espaços nos pólos é centralizada em Luanda	-	-	X	-	-
	▪ Excesso de directrizes ou normas para fornecimento do financiamento por parte dos Bancos comerciais/ muitas barreiras no acesso ao crédito (burocracia e garantias)	X	X	X	X	X
	▪ Dificuldades em usar terrenos/terras como garantia para financiamento	X	X	X	X	X
	▪ Falta de comprometimento do Governo para com os empresários e produtores locais não facilitando a sua integração nas cadeias produtivas e de escoamento	-	X	X	-	-
	▪ Grande déficit de capital humano que requer reforço da capacitação, incluindo na elaboração de estudos de viabilidade	-	X	X	X	X
▪ Baixa maturidade das empresas (especialmente as que estão mais afastadas dos centros económicos historicamente mais dinâmicos)	-	-	X	X	X	

Componente	Risco / Constrangimento	Luanda	Benguela	Huambo	Bié	Moxico
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de serviços de apoio às empresas em locais mais remotos (serviços físicos e digitais) ▪ Centralização elevada da aprovação dos financiamentos para as MPME ▪ Inexistência de instrumentos e formação sobre inclusão financeira os projectos ▪ Custos altos em assessoria, na maior parte das vezes após término da assessoria os projectos não têm continuidade ▪ Falta da cultura de acesso ao crédito e as exigências documentais para além da necessidade de avalistas e seguros para acesso ao crédito. 	-	X	X	X	-
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de rede de saneamento (esgotos) e tratamento de águas residuais ▪ Inundação das áreas industriais ▪ As vias estão em mau estado onerando o transporte de mercadorias que necessitam de ser escoadas para os centros de consumo ▪ Dificuldade no escoamento de produtos particularmente os agrícolas, resultando da deterioração dos mesmos ▪ Apesar de haver excedente à nível dos municípios do litoral há dificuldade no acesso à electricidade (particularmente no interior, Dombe Grande – onde existe potencial agro-industrial) 	-	X	X	X	X
2. Investimentos catalíticos em infra-estruturas produtivas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento desordenado da população e invasão das zonas industriais (PDIC) e agrícolas ▪ Falta de rede de saneamento (esgotos) e tratamento de águas residuais ▪ Inundação das áreas industriais ▪ As vias estão em mau estado onerando o transporte de mercadorias que necessitam de ser escoadas para os centros de consumo ▪ Dificuldade no escoamento de produtos particularmente os agrícolas, resultando da deterioração dos mesmos ▪ Apesar de haver excedente à nível dos municípios do litoral há dificuldade no acesso à electricidade (particularmente no interior, Dombe Grande – onde existe potencial agro-industrial) 	-	X	X	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de rede de saneamento (esgotos) e tratamento de águas residuais ▪ Inundação das áreas industriais ▪ As vias estão em mau estado onerando o transporte de mercadorias que necessitam de ser escoadas para os centros de consumo ▪ Dificuldade no escoamento de produtos particularmente os agrícolas, resultando da deterioração dos mesmos ▪ Apesar de haver excedente à nível dos municípios do litoral há dificuldade no acesso à electricidade (particularmente no interior, Dombe Grande – onde existe potencial agro-industrial) 	-	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de rede de saneamento (esgotos) e tratamento de águas residuais ▪ Inundação das áreas industriais ▪ As vias estão em mau estado onerando o transporte de mercadorias que necessitam de ser escoadas para os centros de consumo ▪ Dificuldade no escoamento de produtos particularmente os agrícolas, resultando da deterioração dos mesmos ▪ Apesar de haver excedente à nível dos municípios do litoral há dificuldade no acesso à electricidade (particularmente no interior, Dombe Grande – onde existe potencial agro-industrial) 	-	X	X	X	X

Componente	Risco / Constrangimento	Luanda	Benguela	Huambo	Bié	Moxico
	▪ Falta de água – não há regularidade no fornecimento de água para determinadas actividades. Custos elevados com projectos de irrigação	-	X	X	X	X
	▪ Inadequada gestão dos espaços/terrenos já existentes. Há espaços ocupados	-	X	-	-	-
	▪ Debilidades no fornecimento de água e de energia vias de acesso deficientes	-	X	X	X	X
	▪ Inexistência de ramais de ligação à linha férrea e estações de transferência de produtos	-	X	X	X	X
	▪ Desmatação dos terrenos/ obras que geram ravinas por debilidade no planeamento territorial e má execução	-	-	X	X	X
	▪ Existência de minas terrestres em zonas de potencial expansão industrial, agrícola e vias de acesso	-	-	-	X	X
	▪ Falta de infra-estruturas sociais para dar apoio, por exemplo, escolas e postos de saúde	-	-	X	X	X
	▪ Inexistência de brigadas de mecanização agrícola que poderiam ajudar na abertura de campos agrícolas, na regularização dos solos (por exemplo, fornecimento de calcário) e na formação dos camponeses e MPME	-	X	X	X	X
	▪ A interligação dos projectos do Estado é muito reduzida particularmente em termos de infra-estruturas	-	X	X	X	X
	▪ Reduzidas oportunidades de emprego associadas à falta de mão-de-obra qualificada, debilidades no ensino e população nas zonas rurais sem documentos de identificação	X	X	X	X	X

Componente	Risco / Constrangimento	Luanda	Benguela	Huambo	Bié	Moxico
	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência do Instituto de Cereais de Angola como instituição catalisadora e de apoio ao sector dos cereais, particularmente na calibração de produtos, selecção de sementes, processos de embalamento 	X	-	-	-	-
3. Reforço das capacidades e acesso ao financiamento das empresas	<ul style="list-style-type: none"> Em termos de acesso ao financiamento, há preferência por investidores estrangeiros pois possuem crédito dos seus países com juros baixos ou à fundo perdido 	X	X	-	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de confiança no investidor e incentivo ao investidor nacional 	X	X	-	X	-
	<ul style="list-style-type: none"> Excesso de burocracia para a criação de empresas e para acesso à financiamento 	X	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> Dependência de combustível para operação das indústrias que não estão ligadas à rede eléctrica 	-	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> Baixa literacia digital e débil funcionamento das plataformas digitais 	X	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> Descapitalização do investidor com gastos em infra-estruturas (o empreendedor fica rapidamente descapitalizado devido ao esforço que tem de fazer com as infra-estruturas) 	X	-	X	X	-
	<ul style="list-style-type: none"> Baixa formação dos técnicos das micro, pequenas e médias empresas 	X	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> Pouca apetência da banca comercial ao financiamento de micro, pequenas e médias empresas 	-	X	X	X	X
<ul style="list-style-type: none"> Burocracia e exigências administrativas para acesso ao financiamento (por exemplo, o estudo de viabilidade) 	X	X	X	X	X	

Componente	Risco / Constrangimento	Luanda	Benguela	Huambo	Bié	Moxico
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de investimento nos negócios e empresas geridas por mulheres Inexistência de bancos específicos para outros sectores uma vez que o BDA apenas deveria actuar no sector agro-pecuário A Banca comercial não tem técnicos suficientes para avaliar e apoiar projectos na área da agricultura, pescas, pequena indústria Sistemas de microcrédito não chegam às comunidades mais necessitadas e esperam que as MPME no campo venham até à banca comercial Reduzida aposta na criação de parcerias ao invés da criação de novas empresas. 	X	X	X	X	X
		X	-	X	-	X
		X	-	X	X	X
		X	-	X	X	X
		-	-	-	X	X
4. Gestão de Projectos e Monitorização & Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> Insuficiência de técnicos capacitados para gestão de projectos Grande dependência de técnicos estrangeiros Baixa literacia digital Poucos técnicos com conhecimentos e experiência sobre salvaguardas ambientais e sociais 	X	-	-	-	-
		X	X	X	X	-
		X	X	X	X	X
		X	X	X	X	X

Tabela 9 – Resumo dos pontos fortes e pontos fracos identificados nas consultas de partes interessadas institucionais/sectoriais

Aspectos	Descrição	Luanda	Benguela	Huambo	Bié	Moxico
Pontos Fortes	▪ Excedente de produção de energia eléctrica	X	X	X	X	X
	▪ Grande produtividade agrícola	-	-	-	-	-
	▪ Rios e fontes de água superficiais e subterrâneas	-	-	-	-	-
	▪ Bom ambiente de negócios	X	X	X	X	X
	▪ Disponibilidade de mão-de-obra, particularmente na área da agricultura, construção civil e serviços	X	X	X	X	X
	▪ Recursos naturais e minerais disponíveis (agricultura, madeira e minério), de terras aráveis e bom clima propício para a agricultura	-	-	-	-	-
	▪ Existência de Fundos que podem ajudar a alavancar a economia e projectos estruturados (FACRA, FGC)	X	X	-	-	-
	▪ Associações e grupos com capacidade de negociação com o Estado em nome dos seus associados (AIA, Ecodima, GTE) para identificar melhores condições de empréstimo e apoio	X	X	-	-	-
	▪ Existência dos Caminhos-de-Ferro de Benguela e estações em funcionamento	-	X	X	X	X
▪ Pólos têm como meta para além do mercado local a exportação dentro e fora do país.	-	X	X	-	X	
Pontos Fracos	▪ Distribuição da energia eléctrica fora das cidades e nas zonas rurais	-	X	X	X	X
	▪ Dificuldade no escoamento dos produtos, pouca população para o consumo e inexistência de indústria transformadora	-	X	X	X	X
	▪ Baixa disponibilidade da água é necessária para o consumo e para a agricultura de irrigação	-	X	X	-	-

Aspectos	Descrição	Luanda	Benguela	Huambo	Bié	Moxico
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldade na aquisição de financiamento, exigência de comparticipação de 10 a 20% por parte do empresariado local e favorecimento a cidadãos estrangeiros por conta das condições de acesso ao crédito nos países de origem 	X	X	-	-	X
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vias de acesso em mau estado e pouco investimento na construção de picadas 	X	-	-	-	X
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Saneamento básico deficiente e inexistência de estações de tratamento de águas residuais 	-	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa disponibilidade de água e energia havendo necessidade da instalação de subestações 	-	X	-	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixos índices de empregabilidade e deficientes serviços digitais 	X	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de investimento na investigação e na reserva de sementes 	X	X	-	X	-
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento desordenado da população resultando na ocupação ilegal de terrenos para projectos agro-pecuários e industriais 	-	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Débil aproximação da banca comercial aos investidores/produtores locais/rurais 	-	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Actual modelo dos pólos de desenvolvimento não é eficaz nem eficiente (ausência de diagnóstico e avaliação do actual modelo) 	X	X	X	-	-
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencialização das fazendas e investimento na agro-pecuária 	X	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de pólos de desenvolvimento agro-pecuário e outras infra-estruturas afins 	X	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ligação Lobito-Luau-Congo Democrático para escoar alguns produtos produzidos em solo Angolano 	X	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento da indústria alimentar transformadora e investimentos na cadeia produtiva 	X	X	X	X	X

Aspectos	Descrição	Luanda	Benguela	Huambo	Bié	Moxico
	<ul style="list-style-type: none"> Investimento na capacitação de recursos humanos com destaque para quadros locais Crescimento e modernização dos Caminhos de Ferro de Benguela Melhoria do acesso à infra-estrutura, ao investimento e melhor atractividade dos pólos que possuem melhores condições (energia, água, acessos) 	-	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> Baixa maturidade empresarial das micro, pequenas e médias empresas locais Falta de serviços de apoio aos empresários (físicos e digitais) e de aconselhamento Mecanismos de acesso ao crédito são complexos e muito burocráticos Insuficiências no ambiente logístico e de infra-estruturas de alguns pólos industriais e plataformas logísticas Problemas relacionados com os acessos havendo apenas projectos para estradas nacionais e pouco apoio para a construção de estradas com baixo custo de construção e manutenção (picadas) Modelo de formação dos principais beneficiários de projectos na área agro-pecuária, pescas, cooperativismo, empreendedorismo e gestão de projectos não corresponde aos actuais desafios e contexto individual de cada província 	X	X	X	X	X
Fraquezas		X	X	X	X	X
		X	X	X	X	X
		X	X	X	X	X
		X	X	X	X	X
		X	X	X	X	X
		X	-	X	-	X

Aspectos	Descrição	Luanda	Benguela	Huambo	Bié	Moxico
	<ul style="list-style-type: none"> Elevada taxa de informalidade de muitos negócios e actividades agro-pecuárias que não viabilizam o acesso ao crédito e o relacionamento banca-empendedor 	X	-	X	-	-

Fase local e comunitária

A segunda fase de consultas às partes interessadas teve em conta o local e a área de influência onde as componentes do projecto vão ser desenvolvidas, em particular a componente 2, pelo efeito catalisador que terá a nível regional. Esta fase de consultas foi realizada com base em grupos de discussão a lideranças e residentes dos locais (homens e mulheres) onde vão ser construídos os polos industriais e as plataformas logísticas e a comerciantes (formais e informais) representantes das áreas de influência do projecto, nomeadamente zona litoral (Catumbela), zona central (Huambo) e zona interior, junto à fronteira (Luau).

Foram realizados 17 grupos de discussão, conforme resumo patente na Tabela 10.

No total foram auscultados 252

Os grupos de discussão cobriram os seguintes temas:

- a) Lideranças e residentes locais (homens e mulheres): caracterização das comunidades, análise do sector do comércio e da indústria ao nível local, papel das mulheres na comunidade, evolução do emprego e das empresas ao nível local, acesso ao crédito e percepção sobre o projecto que será desenvolvido a nível local;
- b) Comerciantes: Evolução do comércio e das vendas, caracterização do comprador, desafios que se colocam ao comércio, ligação ao sector do comércio, produtos comercializados, ameaças ao negócio, complementaridade com outras actividades, associação de outros familiares ao comércio, relações comerciais para além do local de residência, formações de apoio ao negócio, acesso ao crédito, infra-estruturas de apoio ao negócio e comerciantes provenientes de outros países.

Tabela 10 - Consultas de partes interessadas realizadas na fase local e comunitária (segunda fase) do projecto DIVERSIFICA+

Província	Município	Local	Dia	Tipo de GD	Composição	Moderador(a)
Bié	Cunje	Km 12	15-04-2023	Líderes comunitários	19 participantes, com idade compreendida entre os 30 e os 70 anos, todos do sexo masculino	Roque Umbar (Consultor)
			15-04-2023	Residentes do sexo feminino	17 participantes, com idade compreendida entre os 27 e os 56 anos	Madalena Satoñole (Consultor)
			15-04-2023	Residentes do sexo masculino	9 participantes, com idade compreendida entre os 30 e 54 anos	Roque Umbar (Consultor)
Benguela	Catumbela	Vila de Catumbela, Escola Dangereux	07-05-2023	Residentes do sexo masculino	10 homens, com idade compreendida entre os 24 e 44 anos	Manuel Paulo (Consultor)
	Catumbela		07-05-2023	Residentes do sexo feminino	8 participantes, com idade compreendida	Manuel Paulo (Consultor)

Província	Município	Local	Dia	Tipo de GD	Composição	Moderador(a)
					entre os 21 e 55 anos	
	Catumbela		07-05-2023	Comerciantes formais	8 participantes, com idade compreendida entre os 20 e 50 anos (5 homens e 3 mulheres)	Manuel Paulo (Consultor)
	Catumbela		06-05-2023	Comerciantes informais	9 participantes, com idade compreendida entre os 26 e 55 anos, todos do sexo feminino	Manuel Paulo (Consultor)
Huambo	Caála	Cangoti	15-04-2023	Residentes do sexo feminino	16 participantes, com idade compreendida entre os 25 e 45 anos	Delma Monteiro (Consultor)
			15-04-2023	Residentes do sexo masculino	26 homens, com idade compreendida entre os 18 e 44 anos	Moisés Festo (Consultor)
			15-04-2023	Lideranças comunitárias	12 participantes, 3 do sexo feminino e 9 do sexo masculino, com idade compreendida entre os 33 e 63 anos	Delma Monteiro (Consultor)
	Huambo	Bairro São Pedro/ Mercado da Alemanha	23-11-2023	Comerciantes formais	25 participantes, com idade compreendida entre os 25 e 56 anos (16 homens e 9 mulheres)	Manuel Paulo (Consultor)
	Huambo	Bairro São Pedro/ Mercado da Alemanha	23-11-2023	Comerciantes informais	19 participantes, com idade compreendida entre os 22 e 61 anos (9 homens e 10 mulheres)	Manuel Paulo (Consultor)
	Moxico	Luau	Tchinhemba	13-05-2023	Residentes do sexo feminino	17 participantes, com idade compreendida entre os 26 e os 64 anos
13-05-2023				Residentes do sexo masculino	17 participantes, com idade compreendida entre os 36 e os 72 anos	Delma Monteiro (Consultor)
13-05-2023				Lideranças comunitárias	13 participantes, com idade compreendida entre os 25 e os 75 anos (12	Jeremias Ntyamba (Consultor)

Província	Município	Local	Dia	Tipo de GD	Composição	Moderador(a)
					homens e 1 mulher)	
		Luau	13-05-2023	Comerciantes formais	14 participantes, com idade compreendida entre os 20 e 64 anos	Roque Umbar (Consultor)
			13-05-2023	Comerciantes informais	13 participantes, com idade compreendida entre os 22 e 50 anos	Roque Umbar (Consultor)

Independentemente do contexto em que se encontram as comunidades afectadas pelo projecto, mais urbanas ou mais rurais, o nível de pobreza e a falta de oportunidades em termos de emprego são notórios.

O comércio e a agricultura são as duas principais actividades de subsistência e a integração de jovens, entre os 12 a 14 anos, faz-se frequentemente nessas actividades como apoio à estratégia de sobrevivência familiar.

Há uma grande expectativa da população em relação à criação de empregos locais, com a criação das infra-estruturas produtivas preconizadas no projecto.

A capacidade de empreender existe, sobretudo ao nível comercial, mas a maturidade de desenvolvimento do negócio dos nacionais é baixa comparativamente à dos comerciantes estrangeiros, que estão mais capitalizados e organizados em forma de rede, cooperando mais entre si.

O acesso ao crédito em instituições bancárias não é uma prática corrente nos comerciantes. O mais comum é o crédito entre amigos/conhecidos/familiares, que não tem mais adesão devido às obrigações inerentes. Em relação ao crédito das instituições bancárias, é também reportada a dificuldade de os comerciantes terem garantias reconhecidas pelos bancos.

Devido ao desenvolvimento empresarial, a população da Catumbela apresenta maior propensão para o negócio e reconhece que o ambiente de negócios melhorou substancialmente nos últimos anos, sendo hoje fácil constituir empresa.

À medida que percorremos o corredor para o interior constata-se que as dificuldades aumentam, quer em termos de oportunidades e dinâmicas produtivas, quer em termos de condições económicas e sociais de base, incluindo educação e saúde.

O desenvolvimento do projecto é reconhecido por todas as partes envolvidas como uma vantagem, desde que sejam asseguradas as devidas compensações pela perda das lavras.

As oportunidades de formação ao nível do empreendedorismo têm sido limitadas, o que também não ajuda os comerciantes a desenvolverem os seus negócios.

4.3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE PARTES INTERESSADAS

As tabelas 11 a 15 apresentam as partes interessadas identificadas, até ao momento, no projecto DIVERSIFICA+ nas Províncias de Luanda, Benguela, Moxico, Bié e Huambo e o tipo de participação/contributo das mesmas.

O tipo de participação/contributo das partes interessadas teve em conta aspectos relacionados com:

- Gestão de projecto: partes que vão estar dedicadas à gestão de projecto e à coordenação geral de actividades e de equipas;
- Coordenação de actividades: partes que vão estar associadas à coordenação de actividades do projecto;
- Execução de actividades: partes que vão estar associadas à execução de actividades do projecto;
- Supervisão: partes que vão estar associadas à supervisão técnica do projecto;
- Mobilização: partes responsáveis pela mobilização de beneficiários;
- Comunicação: partes responsáveis pela comunicação de informação apropriada;
- Salvaguardas ambientais: partes implicadas em temas de salvaguardas ambientais;
- Salvaguardas sociais: partes implicadas em temas de salvaguardas sociais, incluindo a gestão de mão-de-obra;
- Questões de género: partes especificamente dedicadas ao acompanhamento e tratamento de questões de género;
- Grupos vulneráveis: partes especificamente focadas no acompanhamento de grupos vulneráveis;
- Gestão de mão-de-obra: partes concentradas na implementação de procedimentos de mão de obra;
- Experiência/ Lições aprendidas: partes com experiência e lições aprendidas que podem servir de exemplo ao projecto;
- Advocacia: partes que podem exercer recomendação do projecto.

A par das partes interessadas listadas nas tabelas seguintes, sobretudo associadas aos domínios institucional e sectorial, deve-se considerar igualmente como principais beneficiários do projecto:

- Micro, pequenas e médias empresas;
- Jovens mulheres empresárias;
- Jovens empreendedores;
- Comunidades locais.

Tabela 11 – Identificação das PIPA do projecto DIVERSIFICA+ – Província de Luanda (fase de concepção – institucional e sectorial)

Designação	Tipo de parte interessada	Tipo de participação/contributo												
		Gestão de projecto	Coordenação de actividades	Execução de actividades	Supervisão	Mobilização	Comunicação	Riscos/impactos ambientais	Riscos/impactos sociais	Questões de género	Grupos vulneráveis	Gestão de mão-de-obra	Experiência/ Lições aprendidas	Advocacia
Ministério do Planeamento	PI	x												
Ministério da Indústria e Comércio	PI		x	x	x	x	x							
Ministério dos Transportes	PI		x	x	x	x	x							
Ministério do Interior	PI		x		v	x	x							
Ministério das Finanças	PI		x	x	x	x	x							
Ministério da Justiça e Direitos Humanos	PI		x	x	x	x	x							
Ministério das Obras Públicas	PI		x	x	x	x	x							
Ministério de Energia e Águas	PI		x	x	x	x	x							
Instituto Nacional de Estradas de Angola	PI		x			x	x							
Ministério do Ambiente	PI			x	x									
Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social	OPI										x			
INAPEM	PI		x	x	x	x	x							
CNFC	PI		x	x	x	x	x							
BNA	PI		x	x	x	x	x							
ARCCLA	PI		x	x	x	x	x							
FGC	PI		x	x	x	x	x							
Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola	OPI					x	x		x	x	x			
ZEE – E.P.	OPI												x	
Pólo Industrial de Viana	OPI												x	
Câmara de Comércio e Indústria Angola	OPI					x	x						x	x

Designação	Tipo de parte interessada	Tipo de participação/contributo												
		Gestão de projecto	Coordenação de actividades	Execução de actividades	Supervisão	Mobilização	Comunicação	Riscos/impactos ambientais	Riscos/impactos sociais	Questões de género	Grupos vulneráveis	Gestão de mão-de-obra	Experiência/ Lições aprendidas	Advocacia
Instituto Angolano da Juventude	OPI										x		x	x
Comunidade de Empresas Exportadoras e Internacionalizadas de Angola	OPI					x	x						x	x
Associação Industrial de Angola	OPI					x	x						x	x
Associação para o Progresso e Desenvolvimento das Comunidades	OPI					x	x		x	x	x			
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário	PI					x	x						x	x

Tabela 12 – Identificação das PIPA do projecto DIVERSIFICA+ – Província de Benguela (fase de concepção – institucional e sectorial)

Designação	Tipo de parte interessada	Tipo de participação/contributo												
		Gestão de projecto	Coordenação de actividades	Execução de actividades	Supervisão	Mobilização	Comunicação	Riscos/impactos sociais	Riscos/impactos ambientais	Questões de género	Grupos vulneráveis	Gestão de mão-de-obra	Experiência/ Lições aprendidas	Advocacia
Governo Provincial/ GPDEI	PI		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Administração Municipal da Catumbela	PI		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Administração Comunal da Catumbela	PI		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Administração Municipal do Lobito	PI					x	x							
Administração Municipal do Caimbambo	PI					x	x							
Administração Municipal do Cubal	PI					x	x							
Administração Municipal da Ganda	PI					x	x							
CFB	PI		x	x										
Lobito Atlantic Railway, S.A.	PI		x	x										
PDIC	PI		x	x	x	x	x						x	
Câmara de Comércio e Indústria Benguela	PI					x	x						x	x
Juventude Ecológica Angolana	OPI								x				x	x
Organização Otchiva	OPI							x	x				x	
Associação dos Amigos de Defesa do Meio Ambiente	OPI								x				x	x
ADRA	OPI							x	x	x	x		x	x
DW	OPI							x	x	x	x		x	x
Organização de Interação Comunitária	OPI							x	x	x	x		x	x
Cooperativas agrícolas: Cooperativa Onjyaci, Cooperativa Tatuqueve, A.E.B, Cooperativa Silivoli e Cooperativa Produtora de Abacaxi	PI					x	x						x	x

Tabela 13 – Identificação das PIPA do projecto DIVERSIFICA+ – Província do Moxico (fase de concepção – institucional e sectorial)

Designação	Tipo de participação/contributo												
	Gestão de projecto	Coordenação de actividades	Execução de actividades	Supervisão	Mobilização	Comunicação	Riscos/impactos sociais	Riscos/impactos ambientais	Questões de género	Grupos vulneráveis	Gestão de mão-de-obra	Experiência/ Lições aprendidas	Advocacia
Governo Provincial/ GPDEI	PI	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Câmara de Comércio e Indústria do Moxico	PI				x	x							
Administração Municipal do Luau	PI	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Administração Comunal do Luau	PI	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Administração Municipal de Léua	PI				x	x							
Administração Municipal de Cameia	PI				x	x							
Administração Municipal do Luacano	PI				x	x							
Federação Luterana Mundial	OPI						x		x	x		x	x
Hallo Trust	OPI						x			x		x	
Minas Advisor Group	OPI						x			x		x	
Associação dos Direitos Humanos Laulenu	OPI						x		x	x		x	x

Tabela 14 – Identificação das PIPA do projecto DIVERSIFICA+ – Província do Bié (fase de concepção – institucional e sectorial)

Designação	Tipo de participação/contributo													
	Tipo de parte interessada	Gestão de projecto	Coordenação de actividades	Execução de actividades	Supervisão	Mobilização	Comunicação	Riscos/impactos ambientais	Riscos/impactos sociais	Questões de género	Grupos vulneráveis	Gestão de mão-de-obra	Experiências/ Lições aprendidas	Advocacia
Governo Provincial/ GPDEI	PI	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Administração Municipal do Chinguar	PI					x	x							
Administração Municipal de Cunhinga	PI					x	x							
Administração Municipal do Cuito	PI	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Administração Comunal do Cuito	PI	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Administração Municipal da Catabola	PI					x	x							
Administração Municipal de Camacupa	PI					x	x							
Administração Municipal de Cuemba	PI					x	x							
A.N.V.A- Associação Nacional dos Vendedores Ambulantes do Bié	OPI						x			x	x		x	x
People in Need	OPI								x	x	x		x	x
World Vision Angola	OPI								x	x	x		x	x
ADAC	OPI								x	x	x		x	x
UNICEF	OPI								x	x	x		x	x
Associação de Jovens Empreendedores de Angola (AJEA)	OPI								x				x	x
Associação das Jovens Mulheres do Bié (ASSOJON)	OPI								x	x	x		x	x
Conselho Provincial DA Juventude (CPJ)	OPI								x	x	x		x	x

Tabela 15 – Identificação das PIPA do projecto DIVERSIFICA+ – Província do Huambo (fase de concepção – institucional e sectorial)

Designação	Tipo de parte interessada	Tipo de participação/contributo												
		Gestão de projecto	Coordenação de actividades	Execução de actividades	Supervisão	Mobilização	Comunicação	Riscos/impactos ambientais	Riscos/impactos sociais	Questões de género	Grupos vulneráveis	Gestão de mão-de-obra	Experiência/ Lições aprendidas	Advocacia
Governo Provincial/ GPDEI	PI	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Câmara de Comércio e Indústria do Huambo	PI				x	x								
Administração Municipal da Caála	PI	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Administração Comunal da Caála	PI	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Administração Municipal do Tchindjenje	PI					x	x							
Administração Municipal do Ukuma	PI					x	x							
Administração Municipal do Longonjo	PI					x	x							
Administração Municipal do Huambo	PI					x	x							
Administração Municipal de Tchicala-Tcholoanga	PI					x	x							
Administração Municipal de Catchiungo	PI					x	x							
DW	OPI							x	x	x	x		x	x
ADRA								x	x	x	x		x	x
Visão Mundial	OPI							x	x	x	x		x	x
Associação da Mulher Empresária do Huambo (ASSOMEHUA)	OPI								x	x			x	x
Conselho Provincial DA Juventude (CPJ)	OPI								x	x	x		x	x

4.3. ESTRATÉGIA PARA A INTEGRAÇÃO DE INDIVÍDUOS OU GRUPOS DESFAVORECIDOS/ VULNERÁVEIS

A identificação das partes interessadas, especialmente grupos ou indivíduos vulneráveis que não são altamente visíveis ou bem representados, é um primeiro passo importante em qualquer processo de envolvimento, bem como um aspecto contínuo do envolvimento ao longo da vida do projecto.

Os grupos vulneráveis ou desfavorecidos são um segmento da população que apresenta algumas características específicas que a colocam em maior risco de cair na pobreza do que outros que vivem em áreas visadas por um projecto.

Portanto, é particularmente importante entender se os impactos do projecto podem recair desproporcionalmente sobre indivíduos ou grupos desfavorecidos/ vulneráveis, que muitas vezes não têm voz para expressar suas preocupações ou compreender os impactos de um projecto e para garantir uma compreensão completa das actividades e benefícios do projecto.

Neste projecto, os grupos vulneráveis ou desfavorecidos podem incluir, mas não se limitam aos seguintes:

- **Mulheres/ mulheres chefe de agregados familiares/ viúvas:** estas mulheres são tradicionalmente excluídas dos processos de tomada de decisão devido às estruturas socioculturais e políticas patriarcais e patrilineares;
- **Mães solteiras:** mulheres solteiras com filhos que estão exclusivamente responsáveis pelo rendimento mensal do agregado familiar;
- **Crianças e crianças chefes de família:** crianças enfrentam vulnerabilidades devido não só a falta de canais através dos quais possam ser ouvidas, exclusão, violência psicológica e as vezes física, ficando seus interesses aquém de serem assegurados;
- **Idosos e idosos chefes de agregados familiares:** pessoas idosas constituem agregados vulneráveis por diversos factores e podem necessitar de assistência técnica associadas as vulnerabilidades durante a implementação do Projecto;
- **Pessoas com deficiência:** enfrentam dificuldades ligadas as limitações físicas;
- **Pessoas com doença crónica:** particularmente vulneráveis a situações de mudanças estruturais;
- **Indivíduos ou Grupos de Minorias Etnolinguísticas/Vulneráveis:** barreiras linguísticas ou inibição no acesso a serviços devido ao seu estatuto na comunidade e estilo de vida, por vezes, nómada);
- **Jovens em idade escolar e crianças sujeitas a trabalho infantil/ exploração:** jovens que são inseridos em estratégias de sobrevivência por parte do agregado familiar para criar complementaridade no rendimento familiar.

Adicionalmente a estes é preciso ter em consideração outros grupos vulneráveis, nomeadamente pessoas sujeitas a reassentamentos físicos e económicos, nomeadamente pessoas com habitações ou terrenos onde exercem a sua actividade agrícola que precisam de ser reassentadas, e comerciantes informais, que frequentemente estão sujeitos a perdas devido a determinadas actividades do projecto.

Nas áreas de influência do projecto será importante considerar as populações que ergueram as suas casas ilegalmente e em locais inadequados (zonas propensas à erosão, poeiras, dentro de pólos industriais) e que por este motivo têm um maior grau de vulnerabilidade. Este facto ocorre devido a ausência de locais economicamente acessíveis para a construção das suas habitações resultado na ocupação de terrenos do Estado definidos para outras actividades como por exemplo para o desenvolvimento industrial.

Outros grupos que poderão ser marginalizados são os comerciantes informais que não possuem estrutura nem documentação para beneficiarem de apoio e crédito por meio dos mecanismos bancários convencionais e que por este motivo não conseguem expandir o seu negócio nem fornecer os seus serviços de forma mais abrangente.

Por outro lado, existem as famílias de camponeses cuja sua sobrevivência ao longo do corredor do Lobito depende da sua produção agrícola e escoamento dos seus produtos. O grau de vulnerabilidade deste grupo aumenta com o surgimento de pragas, dificuldades de escoamento dos seus produtos e a imprevisibilidade das condições climatológicas.

O envolvimento com os grupos e indivíduos vulneráveis frequentemente requer a aplicação de medidas específicas e assistência visando a facilitação de sua participação na tomada de decisão relacionada ao projecto, de modo que sua consciência e contribuição para o processo geral sejam proporcionais às das outras partes interessadas.

Dadas as especificidades destes grupos, para a sua integração ao projecto as abordagens recomendadas estão listadas na Tabela 16.

Tabela 16 – Estratégia para integração dos grupos desfavorecidos/ vulneráveis

Grupos vulneráveis	Estratégia de integração
Mulheres, Raparigas, Viúvas, Adolescentes (Meninas e Meninos), Idosos, Mães solteiras	<p>Sessões de consulta separadas (por exemplo, reuniões e discussões em grupos focais) e identificar mulheres como facilitadoras.</p> <p>Discussões em grupos focais com menores e de género, onde mulheres e meninas e idosas estão à vontade para falar e em horários adequados para eles, apos os seus compromissos e com grupos vulneráveis distintos (por exemplo, reuniões e discussões em grupos focais) e identificar mulheres como facilitadoras.</p> <p>Envolvimento das ONGs locais que trabalham com pessoas vulneráveis ao nível da comunidade para ajudar a disseminar a informação e organizar consultas (caso existam), para se conseguir formar grupos femininos e sensibilizá-las a se expressarem.</p> <p>Recurso a métodos de envolvimento menos alargados, quando há questões mais sensíveis (entrevistas individuais em vez de grupos de discussão).</p>
Pessoas com Deficiência	<p>Consultas individuais e ao domicílio.</p> <p>Garantir a acessibilidade aos locais de reunião.</p> <p>Garantir a interpretação em Língua Gestual Angolana (LGA) ou em Braille para as pessoas surdas ou cegas.</p>
Pessoas com Doença Crónica	<p>Consultas individuais e ao domicílio.</p> <p>Garantir a acessibilidade aos locais de reunião, sempre que necessário.</p>
Indivíduos ou Grupos de Minorias Etnolinguísticas/ Vulneráveis	<p>Informação traduzida para a língua local.</p> <p>Disseminação da informação através das rádios comunitárias em língua local.</p> <p>Envolvimento das ONGs locais que trabalham com pessoas vulneráveis ao nível da comunidade para ajudar a disseminar a informação e organizar consultas (caso existam).</p> <p>Envolvimento a nível comunitário e das autoridades tradicionais (sobas).</p>
Jovens em idade escolar e crianças sujeitas a trabalho infantil/ exploração	<p>Campanhas de sensibilização junto dos pais e dos jovens através de ONG.</p> <p>Envolvimento a nível comunitário e das autoridades tradicionais (sobas).</p>

Grupos vulneráveis	Estratégia de integração
Pessoas sujeitas a reassentamentos físicos ou económicos	Assegurar que são consultadas sobre as compensações e podem manifestar a sua opinião. Envolvimento a nível comunitário e das autoridades tradicionais (sobas).
Comerciantes informais	Capacitar para potenciar a inserção na economia formal.
Camponeses	Assegurar que são informados sobre os riscos existentes e como podem solicitar apoio.

As partes interessadas identificadas podem classificar-se em quatro grupos:

- Partes interessadas que podem ser afectadas, directa ou indirectamente, pelos resultados da implementação do projecto: ou seja, pessoas, entidades ou comunidades que vão ser beneficiadas ou penalizadas pelas actividades do projecto, de forma directa ou por via de acções induzidas por actividades complementares às actividades principais;
- Partes interessadas que participam na implementação do Projecto: pessoas, entidades ou comunidades que participam activamente na realização das actividades do projecto e sem as quais o projecto não é concretizado;
- Partes interessadas com influência na implementação do Projecto: pessoas, entidades ou comunidades que, não estando directamente envolvidas na implementação do projecto, podem exercer poder sobre a execução do mesmo;
- Grupos vulneráveis: pessoas, entidades ou comunidades que, em virtude da execução do projecto, podem ficar expostos a ou agravar situações de vulnerabilidade que prejudicam o seu bem-estar e/ou o seu modo de vida.

Tabela 17 – Classificação das partes interessadas identificadas

Província	As partes interessadas que podem ser afectadas, directa ou indirectamente, pelos resultados da implementação do Projecto	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto	Grupos vulneráveis
Luanda	Ministério do Planeamento Ministério da Indústria e Comércio Ministério dos Transportes Ministério do Interior Ministério das Finanças Ministério da Justiça e Direitos Humanos Ministério das Obras Públicas Ministério de Energia e Águas Instituto Nacional de Estradas de Angola Ministério do Ambiente Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social INAPEM CNFC BNA ARCCLA FGC Federação de Mulheres	Promotor do Projecto Ministério do Planeamento Ministério da Indústria e Comércio Apoio na melhorias das infra-estruturas Ministério dos Transportes Ministério do Interior Ministério das Finanças Ministério da Justiça e Direitos Humanos Ministério das Obras Públicas Ministério de Energia e Águas Instituto Nacional de Estradas de Angola Ministério do Ambiente Ministério da	Beneficiários directos Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola Câmara de Comércio e Indústria Angola Comunidade de Empresas Exportadoras e Internacionais de Angola Associação Industrial de Angola Opinião Pública Instituto Angolano da Juventude Associação para o	Mulheres, Raparigas, Viúvas, Adolescentes (Meninas e Meninos), Idosos, Mães solteiras Pessoas com Deficiência Pessoas com Doença Crónica Indivíduos ou Grupos de Minorias Etnolinguísticas/ Vulneráveis

Província	As partes interessadas que podem ser afectadas, directa ou indirectamente, pelos resultados da implementação do Projecto	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto	Grupos vulneráveis
	<p>Empreendedoras de Angola ZEE – E.P. Pólo Industrial de Viana Câmara de Comércio e Indústria Angola Instituto Angolano da Juventude Comunidade de Empresas Exportadoras e Internacionalizadas de Angola Associação Industrial de Angola Associação para o Progresso e Desenvolvimento das Comunidades Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário</p>	<p>Administração Pública, Trabalho e Segurança Social</p> <p>Reforço do ambiente regulamentar e institucional para o comércio, criação, entrada e operação de empresas, e financiamento INAPEM CNFC BNA ARCCLA FGC ZEE – E.P. Pólo Industrial de Viana Câmara de Comércio e Indústria Angola Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário</p>	<p>Progresso e Desenvolvimento das Comunidades</p>	<p>Jovens em idade escolar e crianças sujeitas a trabalho infantil/ exploração</p> <p>Pessoas sujeitas a reassentamentos físicos ou económicos</p> <p>Comerciantes informais</p> <p>Camponeses</p>
Benguela	<p>Governo Provincial/ GPDEI Administração Municipal da Catumbela Administração Comunal da Catumbela Administração Municipal do Lobito Administração Municipal do Caimbambo Administração Municipal do Cubal Administração Municipal da Ganda CFB Lobito Atlantic Railway, S.A. PDIC Câmara de Comércio e Indústria Benguela Juventude Ecológica Angolana Organização Otchiva Associação dos Amigos de Defesa do Meio Ambiente ADRA DW Organização de Interação Comunitária Cooperativas agrícolas: Cooperativa Onjyaci, Cooperativa Tatuqueve, A.E.B,</p>	<p>Apoio na melhoria das infra-estruturas Governo Provincial/ GPDEI Administração Municipal da Catumbela Administração Comunal da Catumbela Administração Municipal do Lobito Administração Municipal do Caimbambo Administração Municipal do Cubal Administração Municipal da Ganda CFB Lobito Atlantic Railway, S.A. PDIC Câmara de Comércio e Indústria Benguela</p>	<p>Beneficiários directos Cooperativas agrícolas: Cooperativa Onjyaci, Cooperativa Tatuqueve, A.E.B, Cooperativa Silivoli e Cooperativa Produtora de Abacaxi</p> <p>Opinião Pública Juventude Ecológica Angolana Organização Otchiva Associação dos Amigos de Defesa do Meio Ambiente ADRA DW Organização de Interação Comunitária</p>	

Província	As partes interessadas que podem ser afectadas, directa ou indirectamente, pelos resultados da implementação do Projecto	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto	Grupos vulneráveis
	Cooperativa Silivoli e Cooperativa Produtora de Abacaxi			
Moxico	Governo Provincial/ GPDEI Câmara de Comércio e Indústria do Moxico Administração Municipal do Luau Administração Comunal do Luau Administração Municipal de Léua Administração Municipal de Cameia Administração Municipal do Luacano Federação Luterana Mundial Hallo Trust Minas Advisor Group Associação dos Direitos Humanos Laulenu	Apoio na melhoria das infra-estruturas Governo Provincial/ GPDEI Câmara de Comércio e Indústria do Moxico Administração Municipal do Luau Administração Comunal do Luau Administração Municipal de Léua Administração Municipal de Cameia Administração Municipal do Luacano	Opinião Pública Federação Luterana Mundial Hallo Trust Minas Advisor Group Associação dos Direitos Humanos Laulenu	

Província	As partes interessadas que podem ser afectadas, directa ou indirectamente, pelos resultados da implementação do Projecto	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto	Grupos vulneráveis
Bié	<p>Governo Provincial/ GPDEI Administração Municipal do Chinguar Administração Municipal de Cunhinga Administração Municipal do Cuito Administração Comunal do Cuito Administração Municipal da Catabola Administração Municipal de Camacupa Administração Municipal de Cuemba A.N.V.A- Associação Nacional dos Vendedores Ambulantes do Bié People in Need World Vision Angola ADAC UNICEF Associação de Jovens Empreendedores de Angola (AJEA) Associação das Jovens Mulheres do Bié (ASSOJON) Conselho Provincial DA Juventude (CPJ)</p>	<p>Apoio na melhoria das infra-estruturas Governo Provincial/ GPDEI Administração Municipal do Chinguar Administração Municipal de Cunhinga Administração Municipal do Cuito Administração Comunal do Cuito Administração Municipal da Catabola Administração Municipal de Camacupa Administração Municipal de Cuemba</p>	<p>Beneficiários directos Associação de Jovens Empreendedores de Angola (AJEA) A.N.V.A- Associação Nacional dos Vendedores Ambulantes do Bié</p> <p>Opinião Pública People in Need World Vision Angola ADAC UNICEF Associação das Jovens Mulheres do Bié (ASSOJON) Conselho Provincial DA Juventude (CPJ)</p>	
Huambo	<p>Governo Provincial/ GPDEI Câmara de Comércio e Indústria do Huambo Administração Municipal da Caála Administração Comunal da Caála Administração Municipal do Tchindjenje Administração Municipal do Ukuma Administração Municipal do Longonjo Administração Municipal do Huambo Administração Municipal de Tchicala-Tcholoanga Administração Municipal de Catchiungo DW ADRA Visão Mundial Associação da Mulher Empresária do Huambo</p>	<p>Apoio na melhoria das infra-estruturas Governo Provincial/ GPDEI Câmara de Comércio e Indústria do Huambo Administração Municipal da Caála Administração Comunal da Caála Administração Municipal do Tchindjenje Administração Municipal do Ukuma Administração Municipal do Longonjo Administração Municipal do Huambo Administração Municipal de Tchicala-Tcholoanga Administração</p>	<p>Beneficiários directos Associação da Mulher Empresária do Huambo (ASSOMEHUA)</p> <p>Opinião Pública DW ADRA Visão Mundial Conselho Provincial DA Juventude (CPJ)</p>	

Província	As partes interessadas que podem ser afectadas, directa ou indirectamente, pelos resultados da implementação do Projecto	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto	Grupos vulneráveis
	(ASSOMEHUA) Conselho Provincial DA Juventude (CPJ)	Municipal de Catchiungo		

5. ESTRATÉGIA DE ENVOLVIMENTO DE PI

5.1. ABORDAGENS DE ENVOLVIMENTO

Pelo grau de risco do projecto, as partes interessadas e afectadas identificadas através da participação informada e auscultada sobre o projecto, deverão ser chamados a contribuir nas fases de preparação e implementação do projecto. Quanto às formas de envolvimento, as PIPA terão de ser engajadas de acordo com as especificidades de cada um em aceder e envolver-se no processo.

No âmbito do projecto DIVERSIFICA+ propõem-se os seguintes métodos de envolvimento:

- **Reuniões institucionais:** São reuniões elaboradas com base numa agenda estruturada com representantes de várias instituições, normalmente suportadas por apresentações ou documentação de apoio. O uso de uma agenda focada garantirá que os principais itens estratégicos e de risco possam ser discutidos com os tomadores de decisão e influenciadores, em um esforço para mitigar os riscos de forma proactiva;
- **Reuniões comunitárias:** São reuniões elaboradas com base numa agenda estruturada com representantes locais e das comunidades, sem que estejam associados a algum órgão ou mecanismo de participação pública. O uso de uma agenda focada garantirá que os principais itens estratégicos e de risco possam ser discutidos com os tomadores de decisão e influenciadores, em um esforço para mitigar os riscos de forma proactiva;
- **Grupos focais:** São dinâmicas de grupo que congregam pessoas representativas de diferentes perfis ou interesses, com vista à identificação de padrões, tendências e consensos. A moderação de grupo focal é realizada com base num guião, que aborda, de forma aberta, os temas necessários, solicitando a opinião dos participantes;
- **Entrevistas em profundidade:** São abordagem personalizadas de participação, aplicadas a contextos mais sensíveis ou que exigem um ambiente de partilha de informação mais restrito, pelo tipo de assunto, ou pelo tipo de pessoa envolvida;
- **Workshops:** Dinâmicas de grupo baseadas em apresentações e participação através de perguntas interactivas ou exercícios de participação que visam a obtenção de opiniões.
- **Consultas públicas:** Reuniões alargadas, com representantes multi-sectoriais, que visam a apresentação de projectos ou actividades que necessitam do feedback de indivíduos ou grupos interessados, para o seu bom desenvolvimento e sustentabilidade, conforme previsto na legislação nacional;
- **Conselhos Municipais de Auscultação Social:** Estas reuniões podem permitir uma maior divulgação do projecto e das suas acções possibilitando a participação e contribuição dos representantes neste importante órgão de consulta.

Para a interacção com cada um dos grupos das PIPA deve considerar-se a selecção de técnicas de envolvimento apropriadas e clareza na apresentação do propósito de envolvimento. Antes de qualquer evento de envolvimento, as seguintes etapas devem ser seguidas:

- Preparação de “perguntas e respostas” padrão adaptadas para tipos de partes interessadas específicas com base na análise e questões comuns levantadas em envolvimento anterior, se houver;
- Acordar sobre os papéis das partes durante as actividades de envolvimento;
- Selecção de partes interessadas individuais/de grupo com as quais o envolvimento ocorrerá com base na significância do impacto do subprojecto sobre o grupo/categoria de partes interessadas, ou o nível de influência de uma determinada parte interessada no subprojecto;

- Selecção de métodos para envolvimento e divulgação de informações (incluindo tópicos como formato, idioma e tempo);
- Selecção de local e horário para actividades de envolvimento, para Partes interessadas e afectadas, evitando horários de trabalho ocupados quando actividades especiais podem estar ocorrendo; e
- Acordar mecanismos para garantir a participação das partes interessadas nas actividades de envolvimento.

As pessoas afectadas e vulneráveis devem ser priorizadas tendo em conta o tipo de participação das partes afectadas exigidas por lei e outros requisitos, e quem exactamente será negativamente afectado pelos potenciais impactes ambientais e sociais. Desta forma, dependendo das Partes interessadas e afectadas, devem ser identificadas formas apropriadas para notificação, divulgação de informação e auscultação, para que todas as partes afectadas e interessadas tenham acesso à informação e oportunidade de participação sobre as várias formas de envolvimento propostas incluindo os meios para a consulta apropriada.

Assim, diferentes métodos de envolvimento são propostos e cobrem diferentes necessidades das partes interessadas, conforme descrito na Tabela 18.

Tabela 18 – Abordagens de envolvimento com partes interessadas

Grupos de partes interessadas	Abordagem	
Instituições do Governo Administrações Municipais Pólos de Desenvolvimento Industrial Plataformas Logísticas	Idioma	Idioma oficial (Português)
	Meios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Notas direccionadas, reuniões colaborativas, fórum de consulta as partes interessadas, envio de relatórios periódicos ▪ Meios de comunicação social (Rádios, TV jornal), redes sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn) e-mail, workshop de consultas, Linha Verde ▪ Reuniões de trabalho ▪ Rádios comunitárias visitas das estruturas ao local do projecto, capacitações
	Requisitos específicos	Locais para reunião
	Método de envolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões institucionais ▪ Consultas públicas ▪ Entrevistas em profundidade ▪ Workshops
Comunidades, incluindo grupos vulneráveis	Idioma	Idioma oficial e língua local
	Meios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rádio, e Estações televisivas. Avisos em rádios comunitárias, quadro de aviso da comunidade, cartazes e folhetos ▪ Mobilização comunitária ▪ Reuniões Comunitárias
	Requisitos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Encontros em horário oportuno ▪ Reuniões com os grupos específicos ▪ Local acessível para as reuniões ▪ Tradução para o idioma local

Grupos de partes interessadas	Abordagem	
	Método de envolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões comunitárias ▪ Grupos focais ▪ Entrevistas em profundidade ▪ Workshops
Sector Privado incluindo MPME	Idioma	Idioma Oficial (Português)
	Meios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Notas direccionadas, reuniões colaborativas, fórum Meios de comunicação social (Rádios, TV jornal), redes sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn) e-mail, workshop de consultas, Linha Verde ▪ Reuniões de trabalho ▪ Rádios comunitárias visitas das estruturas ao local do projecto, capacitações de consulta as partes interessadas, envio de relatórios periódicos
	Método de envolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões institucionais ▪ Workshops
Sociedade Civil ONGs Cooperativas e Associações Órgãos de Comunicação Social Agentes Económicos Autoridades tradicionais	Idioma	Idioma Oficial (Português)
	Meios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Meios de comunicação (Rádios, TV jornal) social, email, workshop de consultas, telefones ▪ Notas de imprensa, conferências de imprensa, visita a área de implementação do projecto ▪ Meios de comunicação (Rádios, TV jornal) social, Workshop de consulta, telefone e reuniões comunitárias
	Método de envolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões comunitárias ▪ Grupos focais ▪ Entrevistas em profundidade ▪ Workshops ▪ Conselhos Municipais de Auscultação Social
Mídia	Idioma	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Idioma Oficial (Português)
	Meios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Telefone e email
	Método de envolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões institucionais ▪ Consultas públicas ▪ Workshops

5.2. PRINCÍPIOS DE ENVOLVIMENTO

A fim de atender às abordagens de melhores práticas, o projecto aplicará os seguintes princípios para o envolvimento das partes interessadas:

1) Partilha de Informação

As consultas para o projecto serão organizadas durante todo o ciclo de vida do projecto, realizadas de forma aberta, livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação.

O PEPI apoiará a concepção de instrumentos e informará o envolvimento das partes interessadas durante o período de implementação do projecto. As reuniões planeadas de consulta às partes interessadas que ocorrerão durante a preparação do projecto em 2023 produzirão uma série de recomendações e medidas que serão incorporadas a este documento.

O Plano deve ser revisado e actualizado durante todo o ciclo de vida do Projecto. Durante esse processo, o foco e o escopo do PEPI podem mudar para reflectir os vários estágios da implementação do projecto e abranger quaisquer mudanças no projecto.

2) Participação Activa

As informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em um formato apropriado, oportunidades são fornecidas para comunicar o feedback das partes interessadas, para analisar e abordar comentários e preocupações.

3) Isenção na Análise

A identificação das partes interessadas é realizada para apoiar melhores comunicações e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nos subprojectos é inclusivo. Todas as partes interessadas são incentivadas a se envolver no processo de consulta. Acesso igual à informação é fornecido a todas as partes interessadas. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à selecção de métodos de envolvimento.

4) Não Discriminação

Atenção especial deve ser dada aos grupos vulneráveis: em particular, mulheres, pessoas com deficiência, jovens, idosos e pessoas com doenças crónicas. Ao planificar o envolvimento devem ser tidos em conta:

- diferentes níveis de educação e analfabetismo, falta de compreensão de um processo de consulta;
- consultas com consciência de género e também consultas culturalmente apropriadas.

É necessária atenção para garantir a representatividade de diferentes grupos socioeconómicos, classes, grupos étnicos e religiosos. O estado civil e a idade também podem ser factores importantes. Pode também ser considerada a possibilidade de as colaboradoras do sexo feminino realizarem consultas com mulheres, meninas e famílias chefiadas por mulheres. Também pode ser útil identificar e consultar ONGs ou organizações comunitárias que representam mulheres ou grupos minoritários.

5.3. AVALIAÇÃO DE PARTES INTERESSADAS

Uma vez identificados os grupos pela sua relevância é necessário avaliar as partes interessadas em função do seu posicionamento, interesse e influência.

Os critérios para avaliação do posicionamento a aplicar no projecto são apresentados na Tabela 19.

Tabela 19 – Avaliação dos Critérios de Posição

Avaliação	Posição
A favor	A posição do grupo em relação ao projecto é favorável, dado que percebe que tem ou terá um desempenho positivo em relação aos seus tópicos de interesse

Avaliação	Posição
Neutro	A posição das partes interessadas em relação ao projecto é neutra. Pode ter a expectativa de que terá uma posição para minimizar impactes existentes. No entanto, precisa de mais informação, uma vez que não é claro para ele como o projecto será desenvolvido no futuro
Contra	A posição do grupo em relação ao projecto é desfavorável, uma vez que identifica aspectos mais negativos do que os positivos no desenvolvimento actual ou futuro do projecto

O interesse foi definido como o grau de interesse partes interessadas e potencialmente afectadas. Os critérios de avaliação a aplicar no projecto são apresentados na Tabela 20.

Tabela 20 – Critério de Avaliação de Interesse

Avaliação	Posição
Baixo	O interessado não conhece ou reconhece algumas ligações entre o projecto e os seus próprios interesses e mostra pouco interesse em saber mais sobre o mesmo
Médio	A parte interessada reconhece algumas relações entre o projecto e os seus interesses
Alto	A parte interessada reconhece um conjunto de interesses comuns com o projecto e mostra um forte interesse em saber mais informações sobre o mesmo

Finalmente, a influência foi definida como o grau de articulação com outros intervenientes e a capacidade de gerar mobilização, como se pode constatar na Tabela 21.

Tabela 21 – Critérios de Avaliação de Influência

Avaliação	Posição
Baixo	O interessado tem pouca capacidade para a mobilização e/ou poucas redes e relações com as partes interessadas locais
Médio	O interessado tem a capacidade de articular e mobilizar os meios de comunicação social, exerce influência nas redes sociais com importantes ligações com actores locais como habitantes, trabalhadores, turistas, políticos, entre outros
Alto	O interessado tem uma elevada capacidade de articulação e mobilização com redes locais significativas e actores, como habitantes, trabalhadores, turistas, políticos, entre outros

A análise das partes interessadas é essencial, uma vez que fornece as bases para a concepção das estratégias de relacionamento com cada grupo de interesse, para alcançar a maior participação e aceitação social possível. Também permite definir métodos de comunicação mais adequados a utilizar envolvendo-se com diferentes partes interessadas/grupos de partes interessadas. À medida que a participação e aceitação crescem, os impactes sociais e os riscos podem ser minimizados em maior proporção. Da mesma forma, o mapeamento ajuda a definir quais os grupos de interesse que o Projecto deve contactar e como gerir os riscos.

5.4. DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A divulgação de informação deve ter em conta os aspectos seguidamente abordados.

1) Mensagens-chave

Mensagens-chave precisarão ser desenvolvidas à medida que as actividades do Projecto são realizadas com mais detalhe durante a implementação. A seguir apresentam-se mensagens-chave relevantes para as diferentes componentes do Projecto e para informar as partes interessadas do projecto sobre a actividade planeada durante todo o ciclo do projecto:

- O que é o Projecto?
- Quais são as componentes do Projecto?
- Como as pessoas podem participar das actividades do Projecto?
- Fazer parte do planeamento do Projecto - participar das consultas do Projecto.
- Apresentar e discutir impactos ambientais e sociais durante as diferentes fases do projecto e as respectivas medidas de mitigação.
- Informação sobre a disponibilidade e o acesso ao Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR).
- A colaboração da comunidade com o projecto durante a sua implementação.

2) Documentos do projecto

Os seguintes documentos de projecto devem informar e evidenciar sobre o envolvimento de partes interessadas para cada das infra-estruturas produtivas:

- 1) AIAS: uma sistematização sobre o envolvimento de partes interessadas deve ser incluída no ESIA, conforme requisitos definidos no Regulamento sobre Consultas Públicas dos projectos sujeitos à Avaliação de Impacte Ambiental (Decreto Executivo n.º 87/12, de 24 de Fevereiro);
- 2) PGAS: uma sistematização sobre o envolvimento das partes interessadas ao longo de todas as fases do projecto deve ser integrado neste plano, com a respectiva clarificação do plano de monitorização;
- 3) RAP: uma sistematização sobre o envolvimento das partes afectadas pelo reassentamento, com vista a informar as comunidades, explicar como se processam os levantamentos, analisar as compensações e explicar o mecanismo de reclamação.

3) Métodos de disseminação da informação

O projecto combinará diferentes métodos de disseminação de informações, conforme Tabela 22.

Tabela 22 – Estratégia de disseminação

Tipo de comunicação	Estratégia
Escrita e visual	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sumário Executivo: resumo não técnico com informações do projecto de forma concisa, sem uso de linguagem técnica. ▪ Quadros de aviso: aplicável principalmente em comunidades rurais e periurbanas e envolvem a disseminação de informação por meio de corredores comunitários, escolas locais e entradas de locais de trabalho. Bom método para disseminar informações relacionadas ao tempo e duração das actividades, próximas reuniões, relatórios de progresso e outras informações.

Tipo de comunicação	Estratégia
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cartas: para transmitir mensagens muito específicas. Alternativamente, é usado como um método formal para solicitar informações e convidar as partes interessadas a participar de eventos de consulta. ▪ Emails: amplamente utilizado para comunicação com agências governamentais, ONGs e outras Instituições. Além disso, a comunicação por e-mail fornece acesso directo às partes interessadas ao organizar reuniões. ▪ Jornais: Os jornais geralmente são adequados para anúncios formais ou para alcançar rapidamente um amplo espectro de partes interessadas. O projecto divulgará informações importantes (incluindo anúncios de reuniões de consulta). ▪ Website: site na internet dedicado à divulgação da informação do projecto. ▪ Apresentações: síntese do projecto, ou de partes do projecto, com os principais aspectos a ter em conta na análise do mesmo sob a forma de apresentação. ▪ Relatórios: síntese do projecto, ou de partes do projecto, com os principais aspectos a ter em conta na análise do mesmo sob a forma de relatório.
Comunicação social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os principais componentes da comunicação social incluem rádio e televisão. O rádio e a televisão são bons meios para estimular a conscientização e preparar as partes interessadas para que eventos maiores ou comunicação refinada ocorram. Útil para alertar o público sobre reuniões comunitárias planeadas.
Outros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Telefone - O uso do telefone / celular ainda é considerado o método preferido de comunicação devido a acessibilidade e velocidade.

5.5. ANÁLISE DE INFORMAÇÃO

Ao longo do projecto, os membros da equipa técnica de implementação do Projecto nas suas diferentes subcomponentes irão reunir todos os comentários e contribuições provenientes dos vários métodos de envolvimento previstos e elaborar relatórios mensais, trimestrais, semestrais ou anuais sobre o envolvimento de partes interessadas.

Os relatórios deverão ser divulgados às partes interessadas através dos meios de disseminação identificados anteriormente.

6. MODELO DE EXECUÇÃO

6.1. APLICAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ENVOLVIMENTO

O envolvimento de partes interessadas na fase de concepção permitiu o desenvolvimento da estratégia de envolvimento a aplicar nas fases seguintes do projecto, conforme explicado neste capítulo.

O modelo de execução do PEPI do projecto DIVERSIFICA+ considera 3 fases:

- Fase de Pré-construção: descrita no QGAS como preparação e pré-construção, equivalente a 12 meses;
- Fase de Construção: descrita no QGAS como aquisição e construção, equivalente a 34 meses;
- Fase de Operação: descrita no QGAS como operação e manutenção, equivalente a 26 meses.

O modo detalhado de execução para cada uma das fases encontra-se resumido na Tabela 23, Tabela 24 e Tabela 25, tendo em conta os métodos de envolvimento identificados: reuniões, grupos focais, entrevistas, workshops, CMAS e Rádio.

Tabela 23 – Modo de execução do PEPI na fase de pré-construção (número de eventos)

Pré-construção (12 meses)	Reuniões	Grupos focais	Entrevistas	Workshops	CMAS	Rádio
Micro, pequenas e médias empresas		12				
Jovens mulheres empresárias		8				
Jovens empreendedores		8				
Comunidades locais		4		8		
PI e OPI Luanda	48		24			
PI e OPI Benguela					2	3
PI e OPI Moxico					2	3
PI e OPI Bié					2	3
PI e OPI Huambo					2	3
Grupos desfavorecidos/ vulneráveis		32				

Tabela 24 – Modo de execução do PEPI na fase de construção (número de eventos)

Construção (34 meses)	Reuniões	Grupos focais	Entrevistas	Workshops	CMAS	Rádio
Micro, pequenas e médias empresas		12				
Jovens mulheres empresárias		12				
Jovens empreendedores		12				
Comunidades locais		8		12		
PI e OPI Luanda	48					
PI e OPI Benguela					6	18
PI e OPI Moxico					6	18
PI e OPI Bié					6	18
PI e OPI Huambo					6	18
Grupos desfavorecidos/ vulneráveis		32				

Tabela 25 – Modo de execução do PEPI na fase de operação (número de eventos)

Pós-construção (26 meses)	Reuniões	Grupos focais	Entrevistas	Workshops	CMAS	Radio
Micro, pequenas e médias empresas		12				
Jovens mulheres empresárias		12				
Jovens empreendedores		12				
Comunidades locais		8		8		
PI e OPI Luanda	48					
PI e OPI Benguela					4	9
PI e OPI Moxico					4	9
PI e OPI Bié					4	9
PI e OPI Huambo					4	9
Grupos desfavorecidos/vulneráveis		32				

Cada uma das acções de envolvimento deve ser documentada e analisada como contributos para a avaliação e para realização de melhorias ao projecto.

6.2. RECURSOS E DISPONIBILIDADES

Para a execução do PEPI, o MINPLAN assegurará técnicos habilitados para a realização de pesquisa qualitativa, conforme explanado no capítulo 8, bem como, os recursos financeiros necessários para a mobilização da equipa.

A estimativa para a execução do PEPI do projecto consta da Tabela 26.

Tabela 26 – Estimativa para a execução do PEPI do DIVERSIFICA+

Eventos/Fases	Pré-construção (12 meses)	Construção (34 meses)	Pós-construção (26 meses)	Total
Reuniões	48	48	48	144
Grupos focais	64	76	76	216
Entrevistas	24	--	--	24
Workshops	8	12	8	28
CMAS	8	24	16	48
Rádio	12	72	36	120
Orçamento (USD)	231 000,00	298 000,00	267 000,00	796 000,00

Esta estimativa foi elaborada com base nos preços praticados no mercado⁷ e considera os seguintes aspectos:

- Reuniões: Deslocação e alojamento;
- Grupos focais: Deslocação, alojamento, sala, catering e gratificação para participantes;
- Entrevistas: Deslocação e alojamento;
- Workshops: Deslocação, alojamento, sala e catering;
- CMAS: Deslocação e alojamento;
- Rádio: Spot de rádio e participação em programas.

A estimativa engloba apenas as actividades necessárias para o envolvimento de partes interessadas ao longo do projecto, excluindo, portanto, medidas específicas do projecto, como seja o caso da concessão de crédito.

⁷ Valor unitário por acção considerado: Reuniões 500 USD; Grupos focais 2500 USD; Entrevistas 500 USD; Workshops 2500 USD; CMAS 1500 USD e Rádio 250 USD.

7. SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES

Os Mecanismos de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR) são uma maneira de fornecer uma via eficaz para apresentar preocupações e obter soluções para as comunidades, promover um relacionamento mutuamente construtivo e melhorar o alcance dos objectivos de desenvolvimento do projecto:

- Sugestão: aquilo que se sugere, se propõe, se aconselha; proposta. O que incita a realização de algo; inspiração.
- Reclamação: trata-se de uma expressão de insatisfação relacionada a um impacto causado por uma actividade de projecto, que afectou um indivíduo ou um grupo de indivíduos (por exemplo, problemas relacionados a emissão de poeiras, ruídos ou vibração). Normalmente uma reclamação é de natureza menos grave do que uma queixa.
- Queixa: trata-se de uma reivindicação levantada por um indivíduo ou grupo de indivíduos que foram afectados por uma actividade do projecto de forma negativa. Essa afectação negativa pode ser, na obtenção do seu sustento, em questões de saúde e segurança, no bloqueio de acessos, em comportamentos inaceitáveis por parte de trabalhadores dos projectos (por exemplo, violência de género) bem como no seu património e nas suas normas culturais. Caso uma queixa não seja tratada de maneira eficaz, pode representar um risco para as operações da Unidade de Implementação do Projecto.

Apesar do nome do mecanismo adoptado não incluir a palavra queixa, o instrumento descrito neste documento inclui tanto reclamações quanto queixas. Neste instrumento, tanto as reclamações quanto as queixas, serão apenas referidas como sugestões e reclamações. As reclamações e sugestões levantadas por indivíduos ou grupos de indivíduos deverão ser geridas de forma transparente e aceitável para todos os segmentos das comunidades afectadas. O mecanismo de reclamações deve ser proporcional aos impactos e riscos apresentados por um projecto ou subprojecto e benéfico tanto para um proponente quanto para partes interessadas.

O projecto terá o seu próprio MSGR que irá estabelecer as etapas a serem seguidas para resolver as sugestões e reclamações dos afectados, o papel de diferentes intervenientes envolvidos no processo de resolução e prazos para tomar uma decisão sobre as mesmas. Os tipos de sugestões e reclamações que as partes podem levantar incluem, mas não se limitam a:

- Impactos negativos em comunidades ou indivíduos, que podem incluir: perdas financeiras, danos físicos e transtornos causados pelas actividades de construção, demolição ou de operação.
- Riscos de saúde e segurança resultantes da implementação do projecto.
- Impactos negativos no ambiente.
- Comportamento inaceitável dos trabalhadores, incluindo violência baseada no género, abuso e exploração sexual e assédio sexual (incluindo o envolvimento de comportamentos sexuais com menores de idade, conforme definido no Código de Conduta do Projecto).

É fundamental que as partes afectadas estejam informadas que todas as sugestões e reclamações apresentadas, independentemente da fase ou actividade do projecto e do canal usado para o registo, serão tratadas por um único mecanismo. Não apenas as pessoas afectadas, devem poder levantar suas sugestões e reclamações e receber um atendimento adequado, mas também devem ser encontradas soluções satisfatórias que beneficiem mutuamente as pessoas afectadas e o projecto.

O MSGR assegura que as pessoas afectadas tenham acesso aos mecanismos institucionais legítimos, confiáveis, transparentes e eficientes que respondam às suas sugestões e reclamações sem impactes sobre o reclamante (custo, discriminação, retaliação, etc.) em todas as fases do Projecto (pré-construção, construção e pós-construção).

O MSGR será igualmente implementado ao nível da UIP, de forma a assegurar a sua acessibilidade a todos os trabalhadores contratados pelo projecto, e disponibilizado externamente, de forma a qualquer parte afectada directa ou indirectamente pelo projecto, tenha possibilidade de usar esta via de interacção com o mesmo.

No caso das reclamações relacionadas com a Exploração e Abuso Sexual/Assédio Sexual (EAS/AS), o MSGR tem um protocolo específico de encaminhamento e gestão destes casos. A UIP deve fiscalizar o registo das reclamações feitas pelos moradores locais, e deve verificar se as acções são tomadas rapidamente e se o número de reclamações não aumenta significativamente. A UIP deverá igualmente monitorar o número de reclamações ligadas a Exploração e Abuso Sexual/Assédio Sexual.

7.1. OBJECTIVOS

O MSGR permitirá ao projecto melhorar o seu desempenho a nível da implementação das salvaguardas ambientais e sociais e da melhoria da qualidade dos projectos em tempo hábil, de modo a satisfazer tanto as partes externas interessadas como os objectivos de implementação do projecto.

O mecanismo está a ser projectado para tratar das sugestões e reclamações de forma imediata e transparente, sem impactos ou custo associados. Pretende-se com o MSGR proporcionar uma oportunidade para resolver as sugestões e reclamações ao nível do local de implementação dos subprojectos, tendo sempre em conta as estruturas legais e culturais existentes. Os principais objectivos do mecanismo são:

- Registrar, categorizar e priorizar as sugestões e reclamações;
- Resolver as sugestões e reclamações;
- Informar aos interessados sobre as soluções encontradas;
- Encaminhar os casos não resolvidos para as entidades competentes para o efeito.

Considerando as estruturas legais e culturais existentes, o MSGR terá diferentes níveis para o fluxo de informações e a resolução das reclamações.

7.2. DESTINATÁRIOS

Os destinatários deste mecanismo incluem todas as partes interessadas e potencialmente afectadas, nomeadamente autoridades nacionais, regionais e provinciais, instituições privadas e/ou de investimento, organizações, meios de comunicação social e, particularmente, as comunidades locais existentes na envolvente das áreas de inserção do projecto e trabalhadores associados ao projecto. Para estes dois últimos grupos, os meios de acesso a este mecanismo são muito importantes, pois estes grupos serão, à partida, as principais partes interessadas e potencialmente afectadas, em paralelo com os investidores e industriais. No entanto, os recursos socioeconómicos que estes apresentam serão bem mais limitados e, portanto, este mecanismo deverá estar preparado para facilmente atender às necessidades destes grupos.

7.3. ETAPAS

Será desenvolvido um formulário para registar as sugestões e reclamações/queixas e usado durante a implementação do projecto. Este mecanismo será desenvolvido pela unidade de implementação do projecto e irá incluir procedimentos específicos para tratar de reclamações relacionadas à Violência Baseada no Género (VBG) e para tratar das reclamações ou queixas dos trabalhadores (de acordo com a Lei Geral do Trabalho).

As etapas do MSGR encontram-se resumidas na Tabela 27.

Tabela 27 – Etapas do MSGR

Etapa	Estratégia
1	<p>Receber e registar a sugestão/reclamação</p> <p>Todas as partes interessadas do projecto poderão comunicar por meio de diversos canais de aceitação (por escrito, por telefone, e-mail, carta, por meio de líderes tradicionais da comunidade, etc.). Independentemente de como serão comunicadas, a equipa do projecto deve garantir que todas as sugestões/reclamações sejam bem registadas e inseridas numa base de dados para acompanhamento, monitorização e relatórios.</p>
2	<p>Reconhecer, avaliar e atribuir</p> <p>Os membros da equipa do projecto que receberem a sugestão/reclamação, ou um escritório local, fornecerão uma comunicação oportuna ao interessado de que sua intervenção foi recebida, serão registadas e revisadas para elegibilidade e, se elegíveis, gerarão uma resposta organizacional inicial. O reconhecimento inicial deve ocorrer normalmente dentro de 15 dias após a recepção. As reclamações relacionadas com EAS/AS serão tratadas através de um protocolo específico e o Projecto deverá informar o BM num prazo de 24 horas.</p>
3	<p>Desenvolver uma resposta proposta</p> <p>O MSGR tipicamente gera três tipos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acção directa para resolução ▪ Avaliação e envolvimento adicional com o reclamante e outras partes interessadas para determinar conjuntamente a melhor maneira de resolução ▪ Determinação de que a sugestão/reclamação não é elegível para o mecanismo, porque não atende aos critérios básicos de elegibilidade, ou porque outro mecanismo (dentro ou fora da organização, incluindo o processo judicial) é o canal mais apropriado para o reclamante usar
4	<p>Comunicar a resposta proposta e buscar um acordo sobre a resposta</p> <p>O MSGR é responsável por comunicar a resposta proposta ao reclamante atempadamente (num prazo não superior a 15 dias), por escrito e utilizando uma linguagem facilmente acessível ao autor da sugestão/denúncia</p>
5	<p>Implementar a resposta para resolver a reclamação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quando houver um acordo entre um reclamante e a equipa do MSGR para avançar com a acção proposta ou processo de partes

Etapa	Estratégia
	<p>interessadas, uma resposta (quando possível, com resolução) deve ser fornecida dentro de um mês.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Em caso de o reclamante não estar de acordo com a resolução da queixa, poderá recorrer pela via judicial se aplicável ou aos mecanismos do Banco Mundial⁸.
6	<p>Rever a resposta se não for bem-sucedida</p> <p>Como mencionado acima, em alguns casos pode não ser possível fornecer ao queixoso uma resposta satisfatória. Em alguns casos, os esforços de boa-fé podem não conseguir resolver as queixas. Em tais situações, a equipa do MSGR deve rever a resposta com o queixoso e explorar se uma modificação na resposta pode atender às suas preocupações (ver Passo 4). Caso contrário, a equipa do MSGR deve informar o reclamante sobre outras alternativas que possam estar disponíveis, incluindo o uso de mecanismos judiciais ou outros mecanismos administrativos para o recurso. Qualquer que seja a alternativa escolhida pelo reclamante, é importante que a equipa do MSGR documente a sua discussão com o reclamante, bem como a escolha informada do reclamante.</p>
7	<p>Encerrar ou encaminhar a reclamação</p> <p>O passo final é encerrar a sugestão/reclamação. Caso a resposta tenha sido satisfatória, a equipa deve documentar a resolução satisfatória. Documentação escrita do reclamante indicando satisfação com a resposta deve ser obtida</p> <p>Caso a resposta não tenha sido satisfatória, o reclamante pode recorrer ao sistema judicial, sendo uma escolha e uma acção a empreender pelo próprio.</p>

7.4. CANAIS

O MINPLAN determinará como as reclamações podem ser apresentadas.

Espera-se que este processo inclua:

- Colocar caixas de reclamação do projecto nos Governos Provinciais de Benguela, Huambo, Bié e Moxico. Os reclamantes podem apresentar uma reclamação escrita (anónima ou não) usando o modelo apresentado no Anexo 6;
- Pontos Focais formados e comprometidos com a implementação do MSGR e com o registo e encaminhamento das reclamações/sugestões. Estes podem ser funcionários alocados nas instituições parceiras/ entidades envolvidas na implementação do projecto a nível das províncias e membros da comunidade/comerciantes locais caso se justifique.
- Através de mecanismos disponíveis nas plataformas logísticas e pólos industriais afectos ao projecto, que deverão indicar uma pessoa responsável pelo contacto regular com as partes interessadas locais (apresentado oralmente, por exemplo, durante eventos de envolvimento das partes interessadas, ou por escrito);
- Via formulário disponível no website dedicado (<https://diversificamais.ao/>);

⁸ <http://www.worldbank.org/en/projectsoperations/products-and-services/grievance-redress-service>

- Por telefone e SMS/WhatsApp para um número de telefone dedicado (+244 921986767) e correio electrónico sugestoes.reclamacoes@diversificamais.ao
- Os canais do mecanismo de queixas e do painel independente de investigação do Banco Mundial:

Email: grievances@worldbank.org;

Fax: +1-202-614-7313 ;

Carta: Banco Mundial Grievance Redress Service (GRS) MSN MC 10-1018 1818 H St
NW Washington, DC 20433, USA.

Na sua divulgação do MSGR, o MINPLAN e seus parceiros irão explicar os meios a utilizar para apresentar sugestões e reclamações e tomarão medidas imediatas para garantir que estes meios estejam em vigor e funcionem. Importa realçar que a divulgação é um aspecto chave na implementação e operacionalização do MSGR e que para a sua implementação adequada deve ser elaborado um Plano de Acção com metas, indicadores e orçamento.

No Anexo 6 é apresentado um formulário para o MSGR, no Anexo 7 um exemplo de formulário para compilar as reclamações recebidas e no Anexo 8 é apresentado um formulário de rastreio e encerramento de reclamações.

7.5 RESPONSÁVEIS

O projecto terá o seu próprio MSGR que irá estabelecer as etapas a serem seguidas para resolver as sugestões e reclamações dos afectados, o papel de diferentes intervenientes envolvidos no processo de resolução e prazos para tomar uma decisão sobre as mesmas

O MSGR será implementado ao nível da UIP, de forma a assegurar a sua acessibilidade a todos os trabalhadores contratados pelo projecto, e disponibilizado externamente, de forma a qualquer parte afectada directa ou indirectamente pelo projecto, tenha possibilidade de usar esta via de interacção com o mesmo.

8. RESPONSABILIDADES

8.1. RECURSOS

1) Recursos Humanos

No presente PEPI, o MINPLAN será responsável pela implementação geral das actividades do projecto, baseando-se na Unidade de Implementação do Projecto (UIP) e estes serão responsáveis por documentar o processo, garantindo que seja eficaz e trabalhando com a gestão do projecto para integrar as entradas das partes interessadas no projecto e fornecer feedback sobre as questões levantadas de forma contínua e transparente.

O pessoal da UIP, incluirá especialista ambiental e especialista social e de género, e em monitorização e avaliação, estes especialistas darão assistência na implementação do PEPI.

A UIP será responsável pela realização de actividades de envolvimento das partes interessadas, enquanto trabalha em estreita colaboração com outras entidades governamentais, bem como com as unidades governamentais locais, os meios de comunicação social, etc. As actividades de envolvimento das partes interessadas serão documentadas por meio de relatórios trimestrais que serão partilhados com o BM.

2) Recursos Financeiros

Os recursos financeiros afectos ao projecto serão geridos pelo Mutuário, com a supervisão do Consultor de Gestor de Projecto, e sujeitos a relatórios mensais e controlo financeiro semestral por parte do financiador.

Mecanismos bancários de gestão financeira específicos podem ser criados para situações que envolvam a indemnização ou compensação de pessoas afectadas, no âmbito do Quadro Política de Reassentamento (QPR), bem como, a atribuição de financiamento a micro, pequenas e médias empresas.

8.2. RESPONSABILIDADES

A responsabilidade geral de supervisão pela implementação deste Plano de Envolvimento reside no MEP. No entanto, na implementação do PEPI durante a fase de construção será repartida entre o MINPLAN e os seus parceiros institucionais e beneficiários directos.

Uma tarefa fundamental consiste em assegurar um registo adequado dos comentários das partes interessadas e a existência de um claro rasto auditável que mostre os comentários, a sua fonte e a forma como foram considerados ao longo da fase de construção. O MINPLAN irá indicar um representante para ter a responsabilidade global pela gestão operacional da implementação do PEPI incluindo o MSGR. Este representante assegurará que as actividades delineadas no PEPI sejam implementadas de forma eficaz e dentro do prazo.

O MINPLAN estabelecerá uma base de dados sobre as partes interessadas que inclua detalhes das principais partes interessadas, a sua participação nos processos de consultas e questões levantadas. A base de dados será concebida para permitir a montagem, recolha e análise de informações. A base de dados das partes interessadas é uma ferramenta dinâmica que será revista e actualizada, se necessário, para permitir a sua utilização na fase operacional do Projecto uma vez concluída a construção.

As responsabilidades gerais são descritas abaixo:

1. Especialista Ambiental e Social da UIP:

- Coordenar a implementação do plano de envolvimento das partes interessadas;
- Assegurar que os grupos vulneráveis são envolvidos e as suas opiniões e sugestões tidas em conta na tomada de decisão na execução dos subprojectos;
- Garantir a coordenação dos especialistas ambientais e sociais de cada subprojecto para que efectivamente coordenem e implementem as actividades que exigem interacção intensiva com as PIPA (exemplo actividades de consulta pública, actividades de carácter sensível relacionadas com o envolvimento em questões como expropriação e aquisição de terras, compensações, data-limite, abuso e exploração sexual na implementação de subprojectos, entre outras);
- Coordenar a gestão do MSGR;
- Desenvolver e conduzir pesquisas de linha de base e pesquisas de feedback/avaliação de beneficiários para os subprojectos caso seja necessário;
- Coordenar a avaliação do PEPI integrando várias categorias de PIPA, e reformular abordagens e actividades se necessário.

2. Especialista Ambiental e Social de cada subprojecto:

- Implementar o PEPI a nível local e da comunidade, implementando as abordagens, metodologias e actividades propostas e outras consideradas aplicáveis, e reportar à equipe dos especialistas ambientais e sociais da UIP numa base mensal.
- De forma contínua, identificar novas categorias de PIPA e manter a base de dados actualizada, assim como formas de engajamento específicas.
- Garantir que os protocolos estabelecidos para o envolvimento das PIPA sejam efectivamente compreendidos e aplicados em coordenação com consultores (em caso de planos ou estudos adicionais).
- Implementar o MSGR do projecto a nível local, em coordenação com os consultores contratados, pontos focais institucionais e comunitários, e reportar mensalmente à UIP.
- Avaliar a implementação do PEPI a nível local em articulação com diversas categorias de PIPA.

3. Especialista de Monitorização e Avaliação:

- Responsável pela monitorização e a implementação do presente PEPI.

4. Especialista de comunicação:

- Apoiar na elaboração e implementação da estratégia de comunicação do PEPI.
- Produzir materiais de informação, educação e comunicação sobre o projecto e temas de implementação (MSGR, reassentamento, gestão da terra, etc.).

9. AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

9.1. AVALIAÇÃO

As PIPA terão a oportunidade de indicar se estão satisfeitas ou não com o processo de envolvimento no projecto e o que deve ser alterado no processo de implementação do Plano de envolvimento das partes interessadas, para torná-lo mais eficaz. Isto inclui igualmente a definição de melhores estratégias de consulta principalmente aos beneficiários directos e comunidades.

A avaliação do projecto incluirá aspectos do PIPA (os principais indicadores e actividades do plano de envolvimento das partes interessadas) e recomendará melhorias. A monitorização e a avaliação do processo de envolvimento e gestão das PIPA são bastante importantes para garantir que o projecto seja capaz de responder aos problemas que possam surgir de modo a permitir que alterações aos planos do projecto, cronogramas e as actividades no âmbito do envolvimento das partes interessadas e afectadas possam ser realizadas e ao mesmo tempo para torná-las mais eficazes. Um conjunto de compromissos e/ou actividades concorrem positivamente para o sucesso do envolvimento, nomeadamente:

- Abordagens devidamente definidas e transparentes em relação a todas as actividades no âmbito do plano de envolvimento das partes interessadas, para promover o envolvimento efectivo das PIPA.
- Ter em conta a inclusão efectiva dos diferentes grupos (mulheres, idosos, vulneráveis, marginalizados, entre outros) nas interações com as PIPA.
- Mobilização de recursos suficientes para realizar o envolvimento de todos os intervenientes directos e indirectos no Projecto incluindo as identificadas no âmbito do quadro de gestão ambiental e social.
- Retorno das PIPA em relação ao plano de envolvimento das partes interessadas, deve demonstrar confiança no Projecto.

Caso se aplique a monitorização externa, a unidade de implementação do projecto irá contratar uma entidade externa para uma revisão operacional independente de monitorização e avaliações da implementação, verificação de todos os resultados do projecto, a aderência em todos os níveis de implementação aos procedimentos estabelecidos no Manual de Operações do Projecto e, que irá simultaneamente monitorar e avaliar a implementação do plano de envolvimento das PIPA. Os termos para realização da monitorização e avaliação externa serão acordados com o BM e relatórios de monitorização serão partilhados.

9.2. MONITORIZAÇÃO

Os especialistas em questões ambientais e sociais da UIP serão responsáveis por coordenar e monitorar a implementação do PEPI junto as partes interessadas e cuja informação será divulgada adequadamente. Poderá ser contratada a monitorização externa do PEPI que será feita juntamente com a monitorização do Projecto numa base mínima anual. No Projecto a monitorização deve ser um processo contínuo e deve estar alinhado com os objectivos do PEPI.

O objectivo geral do processo de monitorização é o de garantir que todas as actividades previstas para o envolvimento das PIPA no projecto sejam cumpridas e verificadas a todos os níveis e fases do ciclo de vida do projecto. Os objectivos específicos de monitorização incluem:

- Garantir que são implementados e controlados os critérios de envolvimento das PIPA definidos neste plano.
- Fornecer orientação para o envolvimento das PIPA tendo em conta os padrões previstos nas normas ambientais e sociais do Banco Mundial e na legislação angolana aplicável.
- Verificar a identificação e distinguir as categorias de partes interessadas e afectadas, e que podem influenciar o projecto.
- Verificar a efectividade dos métodos e alcance dos meios usados para disseminação de informação do projecto e envolvimento das PIPA;
- Monitorar o envolvimento dos grupos vulneráveis na disseminação da informação do projecto e no processo de envolvimento.
- Monitorar a cumprimento de conformidade dos mecanismos de envolvimento com padrões culturais e sociais das PIPA.

Tendo em conta os métodos de envolvimento definidos para PAPI a monitorização será realizada ao longo do ciclo de projecto com diferentes frequências. Para o efeito o MINPLAN terá em conta os Indicadores de Desempenho Chave (IDC) patentes na Tabela 28.

A fase de pré-construção coincide com o início do projecto e o desenvolvimento de actividades preparatórias, como seja o caso da elaboração de instrumentos de base, das primeiras consultas pública, da concretização dos primeiros procedimentos e mecanismos, da realização de estudos de viabilidade e de projectos gerais e específicos e da concertação do quadro institucional de apoio ao projecto.

A fase de construção contempla as actividades de gestão e construção com vista à preparação das condições normativas, técnicas e infra-estruturais para o arranque efectivo do projecto, podendo já incluir a autonomização de certas actividades antes da conclusão da construção de infra-estruturas.

A fase de pós-construção corresponde à autonomização total ou quase total de todas as actividades do projecto. Esta fase caracteriza-se pelo reforço do acompanhamento e supervisão do projecto, visando a sua sustentabilidade futura em termos de funcionamento.

Tabela 28 – Indicadores de Desempenho-Chave

Método	Ciclo do projecto (6 anos)			Meio de monitorização
	Pré-construção	Construção	Pós-Construção	
Reuniões institucionais	À medida (ad hoc)	Mensal	Trimestral	Acta
Reuniões comunitárias	À medida (ad hoc)	Mensal	Trimestral	Acta
Grupos focais	À medida (ad hoc)	Mensal	Trimestral	Relatório
Entrevistas em profundidade	À medida (ad hoc)	Mensal	Trimestral	Relatório
Workshops	À medida (ad hoc)			Relatório
Consultas de partes interessadas	1.º fase e 2.º fase	3.º fase	--	Relatório
Conselhos Municipais de Auscultação Social	À medida (ad hoc)			Acta
Mecanismo de sugestões e gestão de reclamações	Trimestral	Mensal	Mensal	Relatório
Programas de rádio	Trimestral	Mensal	Trimestral	Relatório

Especificamente no que diz respeito às consultas de PI, o MINPLAN considera que deve existir três momentos distintos, após a fase de concepção do projecto:

- a) Na fase de pré-construção, inerente à avaliação de riscos e impactes;
- b) Na fase de construção, decorrente da obrigatoriedade das normas nacionais associadas ao licenciamento de projectos e dos Códigos de Conduta que serão desenvolvidos para as empresas contratadas e subcontratadas pelo projecto;
- c) Na fase de pós-construção, associada à avaliação de benefícios e constrangimentos do projecto.

Considerando as partes interessadas identificadas no Capítulo 4, a avaliação e monitorização ao longo do ciclo do projecto deve considerar a abordagem patente na Tabela 29.

Tabela 29 – Avaliação e Monitorização de PAPI ao longo do projecto DIVERSIFICA+

PAPI por província	Fases do projecto (6 anos)		
	Pré-construção	Construção	Pós-construção
Província de Luanda			
Ministério do Planeamento	x	x	x
Ministério da Indústria e Comércio	x	x	x
Ministério dos Transportes	x	x	x
Ministério do Interior	x	x	x
Ministério das Finanças	x	x	x
Ministério da Justiça e Direitos Humanos	x	x	x
Ministério das Obras Públicas	x	x	
Ministério de Energia e Águas	x	x	
Instituto Nacional de Estradas de Angola	x	x	
Ministério do Ambiente	x	x	
Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social	x	x	
INAPEM	x	x	x
CNFC	x	x	x
BNA	x	x	
ARCCLA	x	x	x
FGC	x	x	x
Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola	x	x	
ZEE – E.P.	x		
Pólo Industrial de Viana	x		
Câmara de Comércio e Indústria Angola	x	x	
Instituto Angolano da Juventude	x	x	
Comunidade de Empresas Exportadoras e Internacionalizadas de Angola	x	x	x
Associação Industrial de Angola	x	x	x
Associação para o Progresso e Desenvolvimento das Comunidades	x	x	x
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário	x	x	x
Província de Benguela			
Governo Provincial/ GPDEI	x	x	x
Administração Municipal da Catumbela	x	x	x
Administração Comunal da Catumbela	x	x	x
Administração Municipal do Lobito		x	x

PAPI por província	Fases do projecto (6 anos)		
	Pré- construção	Construção	Pós- construção
Administração Municipal do Caimbambo		X	X
Administração Municipal do Cubal		X	X
Administração Municipal da Ganda		X	X
CFB	X	X	X
Lobito Atlantic Railway, S.A.	X	X	X
PDIC	X	X	X
Câmara de Comércio e Indústria Benguela	X	X	X
Juventude Ecológica Angolana	X	X	
Organização Otchiva	X	X	
Associação dos Amigos de Defesa do Meio Ambiente	X	X	
ADRA	X	X	X
DW	X	X	X
Organização de Interação Comunitária	X	X	X
Cooperativas agrícolas		X	X
Província do Moxico			
Governo Provincial/ GPDEI	X	X	X
Câmara de Comércio e Indústria do Moxico	X	X	X
Administração Municipal do Luau	X	X	X
Administração Comunal do Luau	X	X	X
Administração Municipal de Léua		X	X
Administração Municipal de Cameia		X	X
Administração Municipal do Luacano		X	X
Federação Luterana Mundial	X	X	
Hallo Trust	X	X	
Minas Advisor Group	X	X	
Associação dos Direitos Humanos Laulenu	X	X	
Micro, Pequenas e Médias Empresas	X	X	X
Jovens mulheres empresárias	X	X	X
Jovens empreendedoras	X	X	X
Comunidades locais afectadas	X	X	X
Província do Bié			
Governo Provincial/ GPDEI	X	X	X
Administração Municipal do Chinguar		X	X
Administração Municipal de Cunhinga		X	X
Administração Municipal do Cuito	X	X	X
Administração Comunal do Cuito	X	X	X
Administração Municipal da Catabola		X	X
Administração Municipal de Camacupa		X	X
Administração Municipal de Cuemba		X	X
A.N.V.A- Associação Nacional dos Vendedores Ambulantes do Bié	X	X	
People in Need	X	X	
World Vision Angola	X	X	
ADAC	X	X	
UNICEF	X	X	

PAPI por província	Fases do projecto (6 anos)		
	Pré- construção	Construção	Pós- construção
Associação de Jovens Empreendedores de Angola (AJEA)	X	X	
Associação das Jovens Mulheres do Bié (ASSOJON)	X	X	
Conselho Provincial DA Juventude (CPJ)	X	X	
Micro, Pequenas e Médias Empresas	X	X	X
Jovens mulheres empresárias	X	X	X
Jovens empreendedores	X	X	X
Comunidades locais afectadas	X	X	X
Província do Huambo			
Governo Provincial/ GPDEI	X	X	X
Câmara de Comércio e Indústria do Huambo	X	X	X
Administração Municipal da Caála	X	X	X
Administração Comunal da Caála	X	X	X
Administração Municipal do Tchindjenje		X	X
Administração Municipal do Ukuma		X	X
Administração Municipal do Longonjo		X	X
Administração Municipal do Huambo		X	X
Administração Municipal de Tchicala-Tcholoanga		X	X
Administração Municipal de Catchiungo		X	X
DW	X	X	
ADRA	X	X	
Visão Mundial	X	X	
Associação da Mulher Empresária do Huambo (ASSOMEHUA)	X	X	
Conselho Provincial DA Juventude (CPJ)	X	X	
Micro, Pequenas e Médias Empresas	X	X	X
Jovens mulheres empresárias	X	X	X
Jovens empreendedores	X	X	X
Comunidades locais afectadas	X	X	X

10. REFERÊNCIAS

EPFIs (2020). Os Princípios do Equador: Uma referência da indústria financeira para determinar, avaliar e gerir o risco social e ambiental no financiamento de projectos. Grupo do Banco Mundial

GOVERNO DE ANGOLA. (1998). **Lei de Bases do Ambiente** (Lei n.º 5/98 de 19 de Junho). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2004). **Lei de Terras** (Lei n.º 9/04 de 9 de Novembro). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2010). **Constituição da República de Angola** (Diário da República n.º 23 de 5 de Fevereiro). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2011). **Regulamento sobre Responsabilidade por danos ambientais** (Decreto Presidencial n.º 194/11 de 7 de Julho). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2012). **Regulamento sobre a Gestão de Resíduos** (Decreto Presidencial n.º 190/12 de 24 de Agosto). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2012). **Regulamento sobre Consulta Pública** (Decreto Executivo n.º 87/12 de 24 de Fevereiro). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2013). **Regime Jurídico da Gestão de Resíduos de Construção e Demolição** (Decreto Executivo n.º 17/13 de 22 de Janeiro). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2018). **Regulamento de Transferência de Resíduos Destinados à Reutilização, Reciclagem e sua Valorização** (Decreto Presidencial n.º 265/18 de 15 de Novembro). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2018). **Regulamento Sobre As Dividas Internas E Externas** (Decreto Executivo n.º 508/18 de 20 de Novembro). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2021). **Regulamento da Lei das Zonas Francas** (Decreto Presidencial n.º 4/21, de 4 de Janeiro). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2016). **Regulamento do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI)** (Decreto Executivo conjunto n.º 326/16 de 26 de Julho). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2014). **Programa de Reconversão da Economia Informal** (Decreto Presidencial n.º 84/14 de 24 de Abril). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2017). **Plano Nacional de Desenvolvimento 2018 - 2022**. Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA (2011a). **Lei das Transgressões Administrativas** (Lei n.º 12/11 de 16 de Fevereiro). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA (2012). **Regulamento de Gestão de Resíduos** (Decreto Presidencial n.º 190/12 de 24 de Agosto). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2022a). **Estatuto Orgânico do Ministério do Ambiente** (Decreto Presidencial n.º 278/22 de 7 de Dezembro). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2023). **Estatuto Orgânico do Ministério do Planeamento** (Decreto Presidencial n.º Decreto Presidencial 1/23 de 3 de Janeiro). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA. (2020). **Estatuto Orgânico do Ministério da Indústria e Comércio** (Decreto Presidencial n.º 157/20 de 3 de Junho). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA (2004a). **Lei das Terras** (Lei n.º 9/04 de 9 de Novembro). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA (2004b). **Lei das Actividades Industriais** (Lei n.º 5/04 de 7 de Setembro). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA (2005). **Regulamento de Licenciamento Industrial** (Decreto n.º 44/05 de 6 de Julho). Governo de Angola. Luanda.

GOVERNO DE ANGOLA (2015). **Lei Geral do Trabalho** (Lei n.º 7/15 de 15 de Junho). Governo de Angola. Luanda.

INE (2022) Plano de Envolvimento das Partes Interessadas Projecto de Fortalecimento de Capacidade Estatística. GOVERNO DE ANGOLA

IFC. (2007). Stakeholder involvement: A good practice manual for companies doing business in emerging markets, 2007. International Financial Corporation. World Bank Group.

IFC. (2020). **Social & Environmental Sustainability Performance Standards**. International Financial Corporation. World Bank Group.

11. ANEXOS

ANEXO 1 – RESUMO DO FEEDBACK DA CONSULTA DE PI REALIZADA NA PROVÍNCIA DE BENGUELA

Fase institucional e sectorial – Província de Benguela		
Tema	Tipo de stakeholder	Feedback
Agricultura/ Infra-estruturas	Empresário	A Província apresenta excesso de produtos, observando assim problemas ao mercado para a absorção dos mesmos. Há perspectivas para escoar alguns produtos para o Congo, uma vez que existe a ligação Lobito-Luau-Congo?
Indústria	Empresário	Visando a maior produtividade das indústrias transformadoras sugiro o financiamento de pequenas empresas e pequenos projectos.
Financiamento	Empresário	O banco fornece uma serie de linhas de orientação para obtenção de financiamento. O grande problema é que entre 10 á 15% do capital é compartilhado e as empresas ficam descapitalizadas. São exigidas as garantias e ainda assim há comparticipação.
Financiamento	Empresário	Há maior facilidade na capitalização ou fornecimento de financiamento a estrangeiros, em relação aos angolanos.
Saneamento/ Ordenamento do território	Empresário	Devido ao crescimento desordenado da população, houve fecho nas vias de escoamento e drenagem naturais, nas áreas industriais e tem se registado inundações das mesmas no tempo chuvoso.
Agricultura	Empresário	A indústria da agricultura só se desenvolve com fomento da indústria consumidora, então se aumentar a produção, quem consumiria os produtos desta indústria?
Financiamento	Empresário	O Banco fornece linhas de orientações, mas há muita desconfiança do mesmo pelo investidor, é necessário que seja dado um maior voto de confiança. Enquanto tudo for considerado risco, não haverá progresso.
Ordenamento do território	Empresário	É necessário reforçar as vedações das fazendas para evitar a invasão por parte das comunidades, como se tem verificado nos últimos anos.
Energia e Águas	Empresário	É necessário que haja uma facilitação do comércio. As deficiências registadas nas plataformas logísticas, no sector das águas e energia dificulta a aquisição de financiamento.
Agricultura/ Investigação	Agricultor	A maior plataforma para a diversificação da economia é a agricultura, por isso, é necessário que seja feito um estudo de direccionamento e desenvolvimento agrário, que sejam criadas áreas agrícolas e Pólos de desenvolvimento agro-pecuário.
Água	Agricultor	É necessária a criação de mecanismos para o melhor aproveitamento da água doce de forma a criar uma reserva de água para a agricultura.

Fase institucional e sectorial – Província de Benguela

Tema	Tipo de stakeholder	Feedback
Infra-estruturas de Transporte	Agricultor	É necessário a criação de vias e estradas secundárias e terciárias, para a melhoria no escoamento dos produtos e das trocas comerciais.
Agricultura/Investigação	Agricultor	É necessário dinamizar o sector da investigação agrícola, criar uma rede de produção, reservas e distribuição de sementes, reactivação da subestação zootécnica, da subestação do Autocapaca, e da estação experimental do café.
Tecnológica	Agricultor	É necessário criar um programa digital de inclusão e alfabetização.
Indústria	Empresário	Como se terá acesso o PDIC, quais as infra-estruturas encontradas no Pólo? O investidor deve construir a sua própria infra-estrutura?
Energia e Águas	Funcionário Público_ Governo da Provincial	O maior problema do sector da energia na província é a sua fraca distribuição principalmente em Dombe Grande, e além desta não existem condições para a irrigação das culturas.
Energia	Agricultor	É necessário que as comunidades sejam electrificadas para fomentar o desenvolvimento das mesmas, uma vez que já existem linhas condutoras de energia no Cavaco, mas não há electricidade nas comunidades a acerca de 50 km.
Energia e Águas	Empresário	A minha sugestão para a melhoria do sector da energia e águas, é que sejam sempre envolvidos nos projectos representantes deste sector.
Energia e Águas	Empresário	Nos projectos que necessitam de climatização a electrificação é um grande problema o que resulta em gastos avultados com combustível para manter funcional o projecto.
Financiamento	Funcionário Público Administração Municipal	Muitos projectos acabam por não ter os resultados esperados por falta de maquinarias e meios, e o investidor acaba por gastar o capital fornecido para investir nas infra-estruturas.
Indústria	Funcionário Público Administração Municipal	A província possui dois Pólos e duas reservas, ao pé da Leonor Carrinho.
		É necessário dar espaço aos empresários com capacidade para a promoção do sector imobiliário, pois temos visto muitas empresas que recebem espaços não conseguem dar utilidade e acabam por parcelar e vender. O Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela não está em funcionamento.
Emprego	Empresário	Há um grande problema na empregabilidade e sustentabilidade a nível da província.
Ordenamento de território	Empresário	Existem muitos problemas, devido ao crescimento desordenado da província e constantes migrações do interior para o centro ou litoral da província.
Agricultura	Empresário	Uma grande quantidade de produtos agrícolas é desperdiçada por falta de escoamento. É necessária a comercialização dos mesmos para as fábricas transformadoras.
Financiamento/ Investimento	Empresário	Benguela tem um bom ambiente de negócios, porém os investidores gastam muito investindo nas infra-estruturas eléctricas.
Energia/	Empresário	

Fase institucional e sectorial – Província de Benguela

Tema	Tipo de stakeholder	Feedback
Ambiente		O grande consumo de combustível é um problema no país, pois com o seu uso estamos a prejudicar o estado devido a subvenção dos combustíveis e estamos a aumentar a poluição devido as emissões.
Socio-economia	Empresário	É necessário não apenas financiar situações individuais e resolver os problemas económicos e sociais colectivos.
Agricultura	Empresário	É urgente a descentralização dos serviços e dar maior atenção para o sector agrícola.
Água/ Saneamento	Empresário	É necessário resolver o problema da água e do saneamento na província, pois o sistema de saneamento existente foi criado quando na cidade habitavam 250-300 mil pessoas, neste momento estimo que na cidade de Benguela existem agora cerca de 1 000 000 de habitantes e os sistemas não são adequados a situação actual.
Água	Empresário	A população está a consumir água não tratada pois não há capacidade para atender a demanda devido a escassez de reagentes para o tratamento.
Tecnologia	Empresário	A internet da província não funciona e devemos procurar outros mecanismos de trabalho.
Projecto	Empresário	Recomendo que o projecto seja criado e esteja assente sobre um ambiente de sustentabilidade.
Recursos Humanos	Funcionário Público Governo da Provincial	É necessário que as decisões sejam descentralizadas e que sejam formados técnicos tomadores de decisão. Recomendo a criação de um plano de capacitação, formação e desenvolvimento local, para ampliação da capacidade e recepção de críticas.
Indústria	Funcionário Público Governo da Provincial	É necessário identificar aonde estarão as oportunidades e introduzir os projectos a quem trabalha na indústria de transformação alimentar.
Electricidade	Empresário	A falta da electrificação na Baía Farta, não favorece o investimento devido aos altos consumos de combustível.
Recursos Humanos	Empresário	Quem irá gerir os projectos a serem desenvolvidos? São necessários técnicos capacitados. Temos verificado vários projectos que não têm continuidade por falta de técnicos.

Fase local e comunitária – Província de Benguela

Província:	Benguela	Município:	Catumbela
Local:	Vila de Catumbela, Escola Dangereux.		
GD:	População Residente; Comerciantes formais e Comerciantes informais.		
Dia:	07-05-2023	Hora de início:	Hora de término:
Moderador:	Manuel Paulo		
População residente (Homens e Mulheres)			
<p>A população residente na Catumbela cresce anualmente a um ritmo significativo devido ao número de nascimentos e de população proveniente de outros municípios, principalmente do Huambo e do Bié. Devido à forte pressão populacional, os terrenos anteriormente localizados na chamada “cintura verde” da Catumbela, estão a ver vendidos para construção, o que contribui para a redução das parcelas de apoio à agricultura familiar de subsistência, vulgarmente designadas como “lavras”, em áreas urbanas.</p> <p>No passado, a Catumbela tinha um polo agrícola muito forte, com cana-de-açúcar, mandioca, batata-doce e banana, entre outras culturas. Hoje os empresários já não apoiam o sector agrícola na Catumbela e a agricultura é feita em pequenas lavras, essencialmente pelas mulheres e como complemento a outras actividades, nomeadamente o comércio. Na Catumbela, o comércio tem um forte peso na estrutura de emprego e nas fontes de rendimento.</p>			

Fase local e comunitária – Província de Benguela

A estrutura ocupacional do município está essencialmente associada à agricultura, ao comércio e aos biscates, incluindo serviços de apoio e construção.

O PDIC é muito importante para o município e tem estado a empregar população, mas a população vem sobretudo de Benguela e do Lobito. As oportunidades de trabalho para a população local no PDIC são muito reduzidas. Por outro lado, constatou-se que nem todas as condições de trabalho criadas no PDIC não são justas para os trabalhadores, registando-se casos de horas excessivas e salários muito baixos. Por exemplo, há trabalhadores com horários de trabalho das 6h às 19h que recebem 24.000,00 AKZ.

O crescimento populacional que se observa no município não está a ser acompanhado pelo aumento das oportunidades de trabalho, o que conduz a níveis de desemprego elevados, principalmente nos jovens. A falta de trabalho leva as famílias a desenvolverem estratégias de sobrevivência que consideram a integração de crianças de 8 a 10 anos em actividades de apoio à obtenção de meios de subsistência, como seja o caso do apoio na lavra ou a venda nos mercados informais conjuntamente com as mães. A integração de crianças no trabalho em idade precoce não está apenas relacionada com o apoio económico ao agregado familiar. Em alguns casos, os jovens têm vícios e os pais optam por colocá-los a trabalhar, como forma de ocupá-los e, também assim, ajudar nos rendimentos familiares.

Devido ao elevado desemprego, as famílias vivem em condições económicas precárias e recorrem à agricultura e ao comércio para obtenção de meios de subsistência e rendimentos. O comércio é visto como uma forma de arranjar ocupação e de subsistência.

A agricultura praticada nas lavras é essencialmente para obtenção de produtos para o agregado. O que sobra é para vender na praça. A população depara-se com dificuldades em termos de adubos e fertilizantes, devido ao preço praticado no mercado.

Embora o comércio seja a actividade mais importante no município, os negócios não são lucrativos, nem sustentáveis.

Os grupos mais vulneráveis no bairro são as crianças, os jovens e os mais velhos.

Recorrentemente há casos de VBG, nomeadamente violência doméstica em relação às mulheres e abusos em relação às raparigas que namoram. Muitas vezes estes casos de abusos durante o namoro na adolescência não são reportados pelas raparigas por receio de represálias.

Na opinião da população que vive ao redor do PDIC onde será desenvolvido o Diversifica+, os principais desafios do bairro são: saneamento básico (lixo e falta de água), emprego, iluminação pública, delinquência e escolas. Os jovens deparam-se com grandes dificuldades em arranjar emprego e singrar na vida. Não lhes falta vontade, mas não têm oportunidades.

Comércio formal

Os comerciantes formais auscultados na Catumbela estão associados ao comércio porque gostam de empreender e por falta de outras oportunidades. Na família não são os únicos. De algum modo, todos na família estão ligados ao comércio: filhos, esposa/esposo, sobrinhos, irmãos e mães.

Reconhecem que o difícil não é começar, mas manter-se no sistema por causa da sustentabilidade do negócio. Os negócios sofrem flutuações e alguns comerciantes não conseguem permanecer ou posicionar-se. A flutuação dos preços nos fornecedores também não ajuda na sustentabilidade do negócio.

Na opinião dos comerciantes, apesar dos avanços feitos na obtenção de documentação no Guiché da Empresa, mantêm-se os constrangimentos em relação à obtenção de crédito, ao espaço para instalar o negócio e armazenar os produtos, e à falta de abertura para a realização de parcerias entre as empresas (fornecedoras de produtos) e os pequenos empreendedores.

Há pessoas que têm empresas criadas, mas não tem financiamento e, por essa razão, não conseguem avançar com o negócio.

Fase local e comunitária – Província de Benguela

Por outro lado, as pessoas que recorrem ao crédito vêm-se sujeitas ao pagamento de um seguro para assegurar o espaço, o que dificulta muito o arranque do negócio.

As experiências que tiveram com o Kixicrédito não são boas, devido às taxas de juro e garantias solicitadas. Como não há emprego, não há forma de cumprir com as garantias.

Em relação aos documentos, reconhecem que o tratamento de documentos melhorou muito e que com 20.000 AKZ consegue-se empreender no Guiché da Empresa em Benguela.

Não há falta de vontade em empreender e o acesso aos produtos não é um constrangimento, desde que haja dinheiro. A obtenção dos produtos é feita nos armazéns. A compra de produtos directamente na indústria não é viável, porque não há relações de parcerias criadas.

As principais dificuldades financeiras são o acesso ao crédito e o espaço para colocar o negócio a funcionar, e também armazenar. Localmente funcionam as “casas de processo”, ou seja, são casas onde armazenam os produtos dos comerciantes que não têm capacidade de armazenar em casa ou no estabelecimento.

O acesso ao crédito é muito difícil e, na opinião da população, tem de ter apoio e acompanhamento.

A população auscultada conhece poucas associações de comerciantes locais, mas considera que as associações podem facilitar muito o diálogo. Apesar de serem organizações não lucrativas, podem ajudar na capacitação. Alguns dos comerciantes estão ligados a associações de empreendedorismo, como a Associação de Jovens Empreendedores Angolanos (AJEA), e receberam formações relevantes para o negócio como planos de negócio, gestão financeira, marketing e vendas, e Microsoft Excel.

Em relação aos estrangeiros, como seja o caso dos libaneses, entre os factores que levam ao maior sucesso no comércio destaca-se o facto de estarem associados, funcionarem em “sistema de rede”, terem mais capital, conseguirem financiamento a partir do país de origem e estarem mais associados ao comércio a grosso e menos ao comércio retalhista.

Entre os factores que podem apoiar o desenvolvimento do comércio na Catumbela destacam-se a localização do município, a existência do PDIC, a agricultura (que pode fornecer produtos para transformação) e a capacidade de escoamento dos produtos.

De um modo geral, destacam três aspectos importantes para o desenvolvimento do comércio localmente: reduzir a burocracia, criar infra-estruturas e facilitar o acesso ao crédito.

Comércio informal

Os comerciantes informais da Catumbela, maioritariamente mulheres, decidiram dedicar-se a esta actividade por falta de emprego. Complementam a venda com as práticas agrícolas de subsistência desenvolvidas na lavra. Quando não vão à praça, vão à lavra.

De um modo geral, queixam-se da falta de clientes, da volatilidade dos preços e das condições dos espaços de venda. Não têm dificuldade em aceder aos produtos que vendem e consideram que o que mais prejudica o negócio é a falta de dinheiro dos clientes.

Na opinião das comerciantes informais auscultadas, os preços estão sempre a alterar e torna-se difícil aumentar o preço de venda. Pagam uma taxa diária, mais os homens que ajudam a carregar as mercadorias e frequentemente os sítios onde têm de armazenar os produtos, pernoitando junto da mercadoria durante a noite. Não sobra muito dinheiro de margem.

A praça onde vendem está cheia de delinquentes. Por outro lado, as condições de higiene são más (muita poeira) e quando chove fica muito difícil. Não compreendem a falta de higiene quando pagam uma taxa pelo espaço que ocupam.

Nunca tiveram formações e não estão associadas. O recurso ao crédito é feito através de empréstimos pessoais, sujeito a juros estabelecidos por quem empresta. Como o juro é alto, é difícil pedir este tipo de empréstimo. O recurso ao crédito bancário nunca foi uma opção.

Fase local e comunitária – Província de Benguela

A sua actividade comercial pode melhorar se houver mais ajuda financeira. Em termos de condições, e uma vez que pagam uma taxa de ocupação, consideram essencial que haja melhorias ao nível da energia, da higiene (manter a praça limpa), mais bancadas e pavimento.

ANEXO 2 – RESUMO DO FEEDBACK DA CONSULTA DE PI REALIZADA NA PROVÍNCIA DE MOXICO

Fase institucional e sectorial – Província do Moxico		
Tema	Tipo de stakeholder	Feedback
Assimetrias	Funcionário público Governo da Província	Só há desenvolvimento no litoral e no interior não?
Protecção Civil	Funcionário público	Incluir a protecção civil na consulta pública do projecto.
Projecto	Funcionário público Governo da Província	Qual a área específica para a implementação para avaliar riscos/impactos ambientais? Ter em atenção os impactos da indústria.
Recursos Humanos	Funcionário público Governo da Província	Elevado risco devido ao déficit de capital humano, em quantidade e qualidade.
Projecto		Alguma burocracia na tramitação dos processos (melhorar a tecnologia de apoio e apostar na simplificação processual). Baixa maturidade das empresas/ falta de preparação (o que cria barreiras no acesso ao crédito).
Assimetrias	Funcionário público Delegação provincial	As empresas estão sediadas em Luena. Porquê o Luau? A distância pode prejudicar.
Projecto	Empresário	Identificar os potenciais produtores para não bloquear o acesso.
Assimetrias		Integração dos demais municípios.
Estradas		Melhorar as vias de acesso.
Assimetrias		Os empresários com maior capacidade estão no Município Sede.
Projecto		Preparar já a privatização.
Projecto	Funcionário público Delegação provincial	A comunicação é um elemento essencial.
Projecto	Funcionário público Delegação provincial	Há ausência dos serviços complementares, por exemplo, imprensa.
Projecto		Ao nível do PAC não há capacidade de decisão local.
Financiamento		Os bancos limitam muito o acesso ao crédito.
Projecto		Fraca presença de grandes empresas na província.
Assimetrias	Funcionário público Delegação provincial	Com a divisão da província em duas, o investimento fica do Moxico Leste
Projecto		Os projectos são elaborados, mas depois ficam abandonados; veja-se o exemplo do aeroporto.
Assimetrias		Moxico não tem muitas empresas que possam dar cereais e minério
Infra-estruturas	Funcionário público Delegação provincial	Dificuldades nas infra-estruturas: energia e águas, ramal, estradas e telecomunicações. As estradas são fundamentais para o escoamento.
Infra-estruturas		O Moxico também carece de um Pólo Industrial no Luau, que funciona como ponto de entrada/ saída.
Recursos humanos	Cooperativa	Não há pessoal qualificado.
Infra-estruturas		O Luau não tem escolas para dar apoio à Plataforma Logística
Recursos humanos		É preciso formação para a população local.
Projecto	Empresário	A ideia é trabalhar com as empresas já existentes ou com novas empresas? Tem de se olhar para as que existem. É preciso ajudar a capacitar as empresas já existentes.
Projecto		É importante que o SEPE funcione.

Fase institucional e sectorial – Província do Moxico		
Tema	Tipo de stakeholder	Feedback
Assimetrias	Funcionário público Governo da Província	As condições de partida das províncias são muito diferentes. O Moxico não teve a sorte de ter no tempo colonial classe empresarial.
Financiamento		No banco pedem as mesmas condições de financiamento, quando há condições de partida desiguais. É preciso criar regras especiais de acesso ao financiamento.
Projecto	Funcionário público Governo da Província	É preciso fazer o estudo de impacto ambiental.
Obras		É preciso prestar muita atenção nas empresas que fazem as obras por causa das ravinas.
Obras		É preciso proteger as árvores e prever o reassentamento porque a maior parte da população dedica-se à agricultura familiar.
Emprego	Empresário	Capacitação para os postos de trabalho que vão ser criados
Emprego		Dar emprego aos locais do Luau, mesmo antes do projecto finalizar. Integrar população local.
Projecto	Funcionário público Governo da Província	O projecto tem de ser aceite pela população. É preciso envolver a comunidade, sensibilizar a comunidade.
Projecto		Pensar em escola e posto de saúde.
Recursos humanos	Funcionário público Governo da Província	Dar formação aos jovens locais
Projecto	Funcionário público Governo da Província	Com a ocupação tem de se ver o tema da expropriação.
Recursos humanos	Empresário	Assegurar o seguro de saúde para os empresários.
Projecto		Os acidentes de trabalho são frequentes. A empresa tem de ter posto de saúde.
Projecto	Funcionário público Governo da Província	Há grupos vulneráveis (idosos, viúvas, crianças) e há grupos de não aceitam sair.
Projecto	Empresário	Comissão multisectorial para acompanhar o projecto.
Género	Funcionário público Governo da Província	Não há grandes riscos de violência doméstica. É preciso criar as mesmas oportunidades no emprego para homens e mulheres. Mulher é pai e mãe ao mesmo tempo. A meta é 52% de mulheres a trabalhar.
Emprego	Funcionário público Delegação provincial	É preciso inserir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
Género	Funcionário público Governo da Província	Na fase da construção há abuso sexual com as comunidades, por causa do poder financeiro. Existe violência de natureza sexual.
Infra-estruturas	Empresário	No Luau não é só a linha férrea; é preciso incluir a estrada (paralela à linha férrea).
Minas terrestres	Funcionário público Governo da Província	Há risco de minas.
Trabalho infantil		O trabalho infantil é uma prática da família porque os jovens ficam pais muito cedo.

Fase local e comunitária – Província do Moxico					
Grupo	População residente – Homens				
Data	13/05/2023	Hora de início	11:50	Hora de término	13:20
Facilitadora	Delma Monteiro				
Local	Bairro da Tchinhemba				
Comuna	Luau	Município	Luau	Província	Moxico
Composição detalhada do Grupo	49 anos – Camponês 72 anos – Camponês 57 anos – Camponês				

Fase local e comunitária – Província do Moxico	
Grupo	População residente – Homens
(Nome, Sexo, Idade, Escolaridade, Ocupação)	52 anos – Camponês 38 anos – Camponês 48 anos – Camponês 39 anos – Camponês 58 anos – Camponês 36 anos – Camponês 44 anos – Camponês 44 anos – Camponês 45 anos – Camponês 54 anos – Camponês 38 anos – Camponês
Tema	Contributo/Feedback/ Questão
Comunidade	<p>A população está a diminuir porque o bairro não desenvolve e não tem emprego. Não tem água e luz, a escola é só até a 6ª classe e se quiser continuar tem de pagar propina e gastar 500kz de transporte todos os dias.</p> <p>A forma de subsistência é basicamente a agricultura familiar. A produção é muito residual e há já alguns anos que a mandioca (principal produto cultivado) apodrece antes do tempo de colheita. Um dos homens do grupo afirmou produzir cebola e couve, suficiente para o consumo e comércio. Um outro participante produz e comercializa blocos de adobe, mas informou que sem dinheiro para investir, fica impraticável produzir.</p> <p>Existe uma cooperativa e 9, dos 14 participante do GD, fazem parte. Os demais não fazem parte porque as cooperativas admitem um número limitado de membro e eles não foram abrangidos. Os que fazem parte da cooperativa afirmaram que a mesma não teve rendimento e perdeu todas as sementes plantadas (Ginguba e Feijão) por causa da chuva.</p> <p>As principais dificuldades da comunidade é a falta de apoio do Governo. Não há emprego e por isso há fome no bairro. O bairro também não tem água. Tendo em conta a proximidade do Congo o Governo deveria investir em placas solares para minimizar algumas situações no bairro. Até os partos, que a sua maioria acontece de noite, são feitos completamente no escuro. As crianças só conseguem frequentar até a 6ª classe e a única sala de aula existente foi deixada pelo colono.</p> <p>As pessoas mais vulneráveis da comunidade são as pessoas com deficiência. “Temos muito deficientes aqui no bairro”.</p> <p>Um dos participantes partilhou que está a passar por um período crítico, porque foi desalojado no processo de desminagem em curso e não sabe para onde ir. Já informou a Administração e não recebeu qualquer resposta.</p> <p>O ritual da circuncisão (Mucanda) é a prática cultural que a comunidade preserva, mas também já não é um acontecimento relevante, que vem gente de fora e se convida o palhaço.</p> <p>Consideram o cemitério um local sagrado e que têm a obrigação de preservar. “Aí estão os nossos mortos, os nossos ancestrais, não vamos deixar destruir”. Também consideram o Jango um local importante que deve ser preservado, assim como a escola, que é herança do colono.</p>
Comércio	<p>Não há actividade comercial regular. Blocos de adobe, cebola e couve são os únicos produtos que circunstancialmente são comercializados.</p> <p>Os proventos da agricultura são tão poucos que não há necessidade de espaços para guardar. Quando não é vendida no mesmo dia, é pendurada nas árvores ou na cozinha de casa.</p>

Fase local e comunitária – Província do Moxico	
Grupo	População residente – Homens
Indústria	Tem uma moagem que fica a 7/10Km. Almejam por uma moagem mais próxima, fabricas de refrigerante, sabão, panela e câmaras frigoríficas para a preservação do peixe.
Emprego	Acreditam que o emprego é um meio para atender as suas necessidades. É muito difícil arranjar emprego. O emprego vai acabar a fome e trazer melhores condições para as famílias.
Empresas	Para os homens do GD, empresa são locais onde a pessoa pode trabalhar e ter um salário para sustentar a família. É também um meio de combater a pobreza.
Créditos	Têm noção do que é um crédito e a suas várias nuances (espécie, monetário, com e sem juros). Afirmam que é mesmo isso (Crédito) que estão a precisar para melhorar de vida. Sabem que é uma responsabilidade grande porque têm de fazer a devolução, mas afirmam que são bem-vindas esse tipo de iniciativas. “Mesmo hoje podemos assinar todos os papeis”.
Infra-estruturas.	Gostam da ideia de ter na proximidade uma Plataforma Logística porque vai gerar emprego e trazer água e luz que beneficiará toda a comunidade.
Recomendações	Recomendam que o Governo não os abandone. Querem escolas, centros de formação profissional e transporte porque está perigoso andar nas motos e táxis de noite por causa da criminalidade que está a aumentar muito. Que o governo dê créditos e emprego para conseguirem enfrentar a pobreza.

Fase local e comunitária – Província do Moxico					
Grupo	População residente – Mulheres				
Data	13/05/2023	Hora de início	08:54	Hora de término	11:37
Facilitadora	Delma Monteiro				
Local	Bairro da Tchinhemba				
Comuna	Luau	Município	Luau	Província	Moxico
Composição detalhada do Grupo (Nome, Sexo, Idade, Escolaridade, Ocupação)	53 anos – Parteira/Camponesa 26 anos – Camponesa 45 anos – Camponesa 64 anos – Camponesa 44 anos – Camponesa 46 anos – Camponesa 64 anos – Camponesa 43 anos – Camponesa 38 anos – Camponesa 31 anos – Camponesa 26 anos – Camponesa/Comerciante 49 anos – Camponesa 62 anos – Parteira /Camponesa 46 anos – Camponesa 52 anos – Camponesa 33 anos – Camponesa 59 anos – Camponesa				
Tema	Contributo/Feedback/ Questão				
Comunidade	A população do bairro Tchinhemba tem estado a reduzir nos últimos tempos. As pessoas que saem do bairro motivadas pela falta de condições básica como água, luz, escola (tem uma sala de aula deixada pelo colono, onde é leccionada em simultâneo a 5ª e 6ª classe; a 3ª e 4ª classe são ministradas na Igreja e a 1ª e 2ª				

Fase local e comunitária – Província do Moxico	
Grupo	População residente – Mulheres
	<p>classe debaixo de uma árvore), assistência sanitária (a grande maioria procura os serviços de saúde no Congo) e também pela falta de emprego.</p> <p>Algumas pessoas que saíram acabaram retornado porque encontraram as mesmas dificuldades nos outros bairros.</p> <p>Todas as mulheres do grupo vivem da agricultura. A produção reduz a cada ano e não há excedente de produção para comercialização, nem é suficiente para o sustento familiar.</p> <p>Existe uma cooperativa no bairro que recebeu apoio de enxadas e semente (feijão e ginguba) do Governo. Apenas 6 pessoas do grupo fazem parte da cooperativa. As demais alegam que não faz sentido pertencer à cooperativa porque a cooperativa planta 50kg e só consegue tirar 3kg e não chega para dividir entre as associadas. A cooperativa perdeu todo o feijão, por causa do excesso de chuva e a ginguba devido ao plantio tardio.</p> <p>As principais dificuldades da comunidade são a falta de água, luz, hospitais, escolas e emprego. Há muitas famílias que enfrentam situação de fome. Os jovens são mais afectados pela falta de emprego, o que tem fomentado a criminalidade, da qual as principais vítimas são as mulheres. As mulheres são mais afectadas pela miséria e pelas dificuldades para gerir o sustento familiar “ainda que vender um balde de bombô a 300kz não chega para comprar nada. Só montinho de peixe seco é mais que 1000kz”.</p> <p>As pessoas mais vulneráveis da comunidade são os órfãos e as pessoas com deficiência.</p> <p>Em termos de bens, todas as mulheres afirmaram ter casa e lavras. Uma dela disse ter muitas bananeiras.</p> <p>As mulheres estão envolvidas na igreja e a “Palavra ensina a não cultuar ídolos. Não podemos fazer mais essas coisas do demónio” por isso se distanciaram das práticas de identificação cultural. “Mesmo a Mucanda (circuncisão) já não é feita como antes e nem vem Palhaço”.</p> <p>Quanto a locais sagrado as mulheres acham que devem ficar na lembrança. “Se o governo quer construir ele pode. Depois vou dizer antes aí era tal coisa... o meu sobrinho foi enterrado aí”.</p> <p>A comunidade está preocupada porque as parteiras tradicionais não recebem nenhum apoio do Governo (como subsídio e insumos) e questões económicas e culturais levam as mulheres a preferirem fazer os seus partos com as parteiras tradicionais.</p>
Mulheres	<p>As mulheres se sentem respeitadas pelos parceiros e pelos filhos “eles entendem que se estão a comer mal é porque a mãe não tem mais”. Afirma que não há casos de violência doméstica, mas relatam que alguns maridos quando bebem se comportam mal e falam coisas que não devem, “mas é só quando bebem”.</p> <p>Na comunidade são vítimas dos jovens que praticam roubos, sobretudo quando vão vender, ao entrar no comboio e mesmo durante a viagem.</p> <p>Foi unânime que seria bom terem autonomia e não depender dos parceiros. Porque se o “homem tem 3 mulheres vai sempre dizer que não tem nada (dinheiro) e é vocês e as crianças que sofrem”. Com um trabalho ou negócio, mesmo da lavra, a mulher pode organizar a família sem depender do homem.</p> <p>O que mais preocupa em relação as mulheres jovens é ter um emprego para começar também a pegar o seu dinheiro.</p>

Fase local e comunitária – Província do Moxico	
Grupo	População residente – Mulheres
Comércio	16 das 17 mulheres presente afirmaram que não fazem qualquer comércio. A única que disse ter experiência de comércio partilhou que não está a vender porque tem bebé e para ir buscar negócio no congo precisa de pagar o termo de responsabilidade 7 mil kz, a passagem 9 mil kz e é muito caro.
Indústria	Não tem indústria para transformar os produtos e a produção também não é suficiente para pensar em transformar. Gostariam de ter moagem (a mais próxima fica a 7km). Também gostariam de ter fábricas para fabrico de painelas, roupas, calçados, medicamentos e detergentes.
Emprego	Acreditam que o emprego é um meio para atender as suas necessidades. É muito difícil arranjar emprego. O emprego vai acabar a fome e trazer melhores condições para as famílias.
Empresas	Não sabem definir empresa.
Créditos	Sabem o que é o crédito. “Não vamos se mentir, aqui nunca vai chegar. Só fica mesmo entre eles, os familiares”. Seria muito bom ter crédito porque assim a pessoa pode começar um negócio e melhorar de vida.
Infra-estruturas.	O grupo gosta do projecto, porque acham que vai trazer emprego. Entendem que um projecto deste precisa de água e energia eléctrica e isso vai ser bom para a comunidade. Receia que possam perder as suas lavras e não serem empregadas, perdendo assim o único meio de subsistência que é a terra.
Recomendações	“Há uma diferença muito grande entre as províncias do norte e sul do país com as províncias do leste, mas somos todos filhos do mesmo pai. Aqui também saiu voto”. O Governo tem de pensar também nas pessoas que estão aqui. Precisam de comer... Queremos ter água, luz, escolas, hospital com médicos e medicamentos (“toda hora ir se tratar no país dos outros é vergonha”) e empregos para sustentar as nossas famílias.

Fase local e comunitária – Província do Moxico					
Grupo	Liderança Comunitárias				
Data	13/05/2023	Hora de início	9h00	Hora de término	11h39
Local	Plataforma Logística do Luau				
Comuna	Tchinhemba	Município	Luau	Província	Moxico
Facilitador	Jeremias Ntyamba				
Composição detalhada do Grupo (Nome, Sexo, Idade, Ocupação)	Sexo	Idade	Ocupação		
	Masculino	35	Soba do Tchinhemba		
	Masculino	25	Representante da cooperativa Tchinhemba		
	Masculino	52	Soba do Bairro Katimba		
	Masculino	56	Soba do Bairro Samaria		
	Feminino	52	Soba do Bairro 11		
	Masculino	64	Secretário		
	Masculino	67	Ancião		
	Masculino	54	2º Secretário		
	Masculino	56	2º Secretário		
	Masculino	60	Ancião		
	Masculino	71	Comité		
	Masculino	52	Comité		
Masculino	52	Pastor			
Tema	Contributo/ Feedback/ Questão				
Comunidade	A população na Comunidade tem vindo a reduzir devido à alta taxa de mortalidade, por falta de medicamentos e à emigração constante dos jovens, foi indicado como				

Fase local e comunitária – Província do Moxico

Grupo	Liderança Comunitárias
	<p>principais causas da emigração: o desemprego, a falta de infra-estruturas, energia e água, escolas, farmácias, hospitais e lojas.</p> <p>A maioria das famílias da comunidade vive da agricultura familiar, construções de casas de adobe e comércio precário de bens alimentares, apenas uma pessoa pratica piscicultura (Tilápia e Landaria). Existe uma cooperativa (Cooperativa do Tchinhemba), sem apoios, através da qual construíram uma espécie de canal de irrigação, mas por falta de meios não conseguem fazer retenção.</p> <p>As principais dificuldades da comunidade são a falta emprego, escolas, hospitais e farmácias, água potável, energia, moagem e transportes públicos.</p> <p>A população tem perdido produção da mandioca devido a uma situação pandémica (a mandioca apodrece antes de ser colhida devido a alguns bichos) e clamam por ajuda na resolução.</p> <p>A falta de apoio e de insumos agrícolas inibe a produção agrícola em grande escala.</p> <p>As crianças começam a trabalhar no campo aos 12 anos e algumas raparigas engravidam nessa idade.</p> <p>As pessoas mais vulneráveis da comunidade são os órfãos, idosos, deficientes físicos, cegos, mudos e surdos.</p> <p>As práticas culturais mais relevantes na comunidade, mas ofuscadas pela religião, são: Danças Tchombé, Tchianda são praticadas durante a circuncisão (Kanandji).</p> <p>Celebram o 24 de Julho em memória dos falecidos na guerra de 1985.</p> <p>O cemitério funciona como memorial e tem valor cultural para a comunidade.</p>
Comércio	<p>A população comercializa parte da produção agrícola (mandioca), que baixou a 70%, e o peixe das chanas.</p> <p>Comercializam bens da cesta básica, bebidas e outros produtos adquiridos no mercado do Luau.</p>
Indústria	<p>Não existe nenhuma fábrica no local.</p> <p>Gostariam que tivesse indústrias para transformar os produtos da comunidade, especialmente o milho e a mandioca.</p>
Mulheres	<p>Não existem casos assinaláveis de violência doméstica na comunidade.</p> <p>As raparigas engravidam aos 12 anos, mas após conversa entre as famílias, na presença do soba, a rapariga passa a viver maritalmente a partir dessa data.</p>
Emprego	<p>Entendem que o emprego é um trabalho com vínculo laboral, remunerado de forma regular.</p> <p>Não há oportunidades de emprego na comunidade.</p>
Empresas	<p>Conhecem minimamente o conceito de empresa e afirmam que a empresa é a fonte de emprego. É importante que haja mais empresas para criação de empregos, dinamização da comunidade e melhorias de vida.</p>
Crédito	<p>Já ouviram falar do crédito e sabem que nas outras localidades há pessoas que já beneficiaram do crédito do Governo, mas o pessoal do Tchinhemba nunca</p>

Fase local e comunitária – Província do Moxico	
Grupo	Liderança Comunitárias
	<p>beneficiou porque a extensão de terra dos camponeses não atinge os requisitos do crédito. Não há crédito, nem adubos, nem sementes melhoradas.</p>
Infra-estruturas	<p>Já se fala da Plataforma de logística, mas o espaço ainda está a ser desminado. Vai trazer desenvolvimento, vai dinamizar a comunidade, atrair mais circulação de pessoas e bens, gerar empregos e consequentemente melhorar as condições de vida local. Mas tem de empregar mão de obra local.</p> <p>Em relação à construção da plataforma logística, há a preocupação com a perda das terras para o cultivo, mas já esta acautelado a solução: o soba vai mostrar o novo sítio para lavoura e a Administração vai dar os insumos agrícolas.</p>
Recomendações	<p>Recomendam a efectividade do projecto no local escolhido o mais breve possível para que eles vejam as mudanças acontecerem.</p> <p>Pedem prioridade aos nativos para preencher as vagas de emprego.</p>

Fase local e comunitária – Província do Moxico					
Grupo	Comerciantes formais – Homens e Mulheres				
Data	13.05.2023	Hora de início	08h55	Hora de término	11h09
Facilitador	Roque Umbar				
Local	Escola Pública em Luau				
Comuna	Sede	Município	Luau	Província	Moxico
Composição detalhada do Grupo (Nome, Sexo, Idade, Escolaridade, Ocupação)	<p>Homem, 36 anos de idade, Dono de uma Farmácia; Mulher, 26 anos, dona de um salão de Beleza; Homem, 31 anos de idade, agente autorizado da UNITEL; Homem, 45 anos, Loja de venda de Plásticos & Hospedaria; Homem, 20 anos de idade, Gerente da Casa de Lubrificantes; Homem, 45 anos, Comércio Geral, Farmácia e Agricultura; Mulher, 20 anos, Cantina; Homem, 32 anos, Cantina de produtos diversos; Mulher, 41 anos, Licenciada em GRH, Gerente da empresa Cawissa e dona de uma empresa de Comércio Geral; Homem, 30 anos de idade, Gerente das Bombas de Combustível; Homem, 64 anos de idade, Técnico Médio, Representante da empresa MAQUEITE; Homem, 31 anos de idade, Gestor de Empresa; Homem, 34 anos de idade, gerente de uma loja; Homem.</p>				
Tema	Contributo/Feedback/ Questão				
Evolução do comércio na cidade/região	<p>Luau é um bom lugar para se desenvolver o comércio devido a sua posição estratégica em termos fronteiriço (tanto com o Congo e Zâmbia, tanto do ponto de vista intermunicipal e interprovincial), podendo afirmar-se que o futuro de Angola passará também pelo Luau. Em termos geográficos Luau é a “segunda porta” de Angola, de saída para o resto de África por via terrestre. “Não é em vão que o colono decidiu edificar a Vila do Luau nesta região. É um Centro estratégico para o comércio”.</p> <p>Hoje pode-se afirmar que a actividade comercial reduziu, primeiro devido a crise económica que afectou o país a partir de 2014/2015 e em segundo lugar devido ao impacto da Covid-19 e suas consequências em termos de mobilidade de pessoas e bens. Antes destes dois episódios havia vários armazéns e uma grande população de compradores vindos do Congo e de municípios vizinhos. A desvalorização da moeda e o acesso difícil às divisas fez reduzir o movimento de compra de produtos nos países vizinhos.</p>				

Fase local e comunitária – Província do Moxico	
Grupo	Comerciantes formais – Homens e Mulheres
	<p>Mas hoje, os que abandonaram o Luau devido à crise económica e/ou devido a Covid-19 e seus efeitos, estão regressando paulatinamente e tentando recomeçar as actividades comerciais anteriormente abandonadas.</p> <p>Muitos optaram por actividades ilícitas (contrabando de combustíveis) e acabaram falidos tão logo o Estado os deteve.</p>
Perfil do comprador (quem compra?)	<p>São vários os clientes/compradores em Luau. Há os estrangeiros, principalmente congolezes que procuram no Luau, o combustível, álcool e produtos da cesta básica (açúcar, arroz, óleo vegetal, trigo, milho, etc.) e estes representam uma vantagem porque trazem USD para a economia local.</p> <p>Outros clientes provêm de municípios vizinhos, incluindo da vizinha província da Lunda Norte.</p>
Desafios que se colocam ao comércio na cidade/ região	<p>As vias de acesso, sobretudo o troço Saurimo-Luanda é o principal desafio. O Aeroporto “General Samba Lango, é um monstro adormecido; se funcionasse traria muita gente ao Luau.</p> <p>Os nacionais estão desenvolvendo apenas pequenos negócios. Os comerciantes estrangeiros é que detêm o monopólio do comércio no Luau, sobretudo de produtos e serviços mais lucrativos como a Construção civil, a venda de combustíveis e gestão de bombas de combustível.</p> <p>Todos grandes armazéns de comerciantes nacionais forem cedidos aos estrangeiros devido a incapacidade de gestão e falta de capital por parte dos nacionais. Estrangeiros são bem-vindos porque têm capital, mas há discriminação no sentido de maior favorecimento ao licenciamento de estrangeiros (Alvarás Comerciais) e não há qualquer iniciativa dos mesmos em termos de investimento local, numa perspectiva de Responsabilidade Social.</p> <p>As políticas nacionais são pouco favoráveis para o comerciante nacional. Dificuldades de exportação por parte dos comerciantes nacionais por limitado capital e devido a imposição legal de licenciamento de mercadorias com valor igual ou superior a USD 5.000.</p> <p>Outro desafio importante e reconhecido pela generalidade dos participantes é a falta de dinamismo, de capacitação e de visão para diversificar a actividade. O turismo em si precisa ser investido.</p> <p>“Não são os estrangeiros que impedem os nacionais. São as políticas nacionais”.</p>
Descrição da profissão que têm como comerciantes	<p>Em termos de “idade” entre os participantes há os comerciantes muito jovens que iniciaram a sua actividade há menos de 1 ano, outros o são há menos de 5 anos e outros mais veteranos chegando a ter cerca de 33 anos de experiência como comerciantes.</p> <p>Para alguns, esta profissão é uma prática familiar, para outros uma aprendizagem em função do contacto com culturas congolezas muito expostas ao comércio.</p> <p>Em 2018 houve no Luau uma iniciativa de criação de uma Associação de Comerciantes, iniciativa que chegou a mobilizar cerca de 40 a 50 membros, mas sem consolidação prática. Os participantes entendem que a mesma deve ser revitalizada, olhando para a questão da sua estruturação que ficou adiada devido ao contexto pandémico da covid-19.</p>
Produtos que comercializam	<p>As principais áreas de actuação ditas pelos participantes são: hotelaria (com investimentos muito recentes), comércio geral, principalmente de produtos da cesta básica, farmácia, plásticos, promoção de eventos, panificação, lubrificantes, agricultura familiar do tipo 2 (mandioca, milho, frutas).</p>
Evolução das vendas	<p>A produção e venda de citrinos (laranjas e limões) é uma novidade. Na era colonial havia uma zona verde de produção de hortícolas, mas hoje o Luau depende do Bié. “No passado havia muita fruta. A guerra eliminou tudo”. Hoje para vender têm de comprar em Cazombo, Huambo e Luanda e Saurimo apenas para compra de frescos (carne, peixe, etc.).</p>

Fase local e comunitária – Província do Moxico	
Grupo	Comerciantes formais – Homens e Mulheres
Ameaças ao negócio	<p>Os nacionais precisam de mais organização para actuar em pé de igualdade com os comerciantes estrangeiros. E uma grande ameaça a afirmação dos comerciantes nacionais tem a ver com as facilidades que o estrangeiro tem de iniciar, manter e até mesmo recomeçar o seu negócio em caso de falência, porque eles trabalham em rede/cooperativa.</p> <p>O controlo das fontes e fornecedores de produto (mesmo em Luanda) está nas mãos dos estrangeiros.</p> <p>Outro aspecto é a falência de alguns comerciantes devido ao peso e carga fiscal proveniente da AGT, além da hegemonia dos comerciantes estrangeiros. Uma grande preocupação dos comerciantes locais é a organização da contabilidade das empresas, uma vez que há pouquíssimos contabilistas disponíveis e acessíveis.</p>
Venda fora do local de residência	Não há esta prática.
Relações comerciais com a Zâmbia	Antigamente os comerciantes do Luau compravam produtos na Zâmbia, porque havia facilidade de acesso ao dólar. Hoje não há praticamente movimentos comerciais de ligação à Zâmbia.
Formações específicas	A generalidade dos comerciantes afirma nunca ter feito uma formação para melhorar ou alinha estrategicamente a sua actividade. “O comércio nunca deu formação. Se alguém quiser fazer uma formação só tem de o fazer em Luena ou em Saurimo”.
Crédito entre amigos/conhecidos	Entre os comerciantes nacionais, regra geral não há créditos, mas esta é uma prática muito comum entre comerciantes estrangeiros. Entre os participantes apenas foi relatado um caso do comerciante de lubrificantes que consegue crédito em espécie em Saurimo, devido a boas relações que o mesmo tem com aquele fornecedor.
Crédito bancário	<p>Crédito bancário só no sector agrícola, mas o acesso é muito difícil. Em geral quase não há divulgação de informação sobre os critérios de acesso. Instituições financeiras como o BAD já estiveram no Luau, falaram com os comerciantes, prometeram apoios, mas tudo apenas ficou pelas promessas.</p> <p>Apenas a empresa de lubrificantes chegou a receber um crédito da empresa nacional KIXICRÉDITO, mas no Luena.</p> <p>“o crédito é mal canalizado. Beneficiam pessoas que nem são comerciantes”. Muitas consultas já foram feitas, mas sem qualquer efeito...”</p>
Infra-estrutura de apoio ao negócio	Não há infra-estruturas de apoio ao negócio. Apenas o caminho de ferro e o aeroporto que não funciona.
Desempenho dos comerciantes de outros países	Os comerciantes estrangeiros são unidos, conseguem uniformizar os seus preços, apoiam-se e estabelecem uma boa rede de fornecedores a partir de Luanda e outros pontos estratégicos do país.
Outros temas relevantes	<p>Que visitas como essas sejam regulares e que as ideias levantadas cheguem efectivamente às superestruturas;</p> <p>Que a informação seja transmitida tal como foi dada.</p>

Fase local e comunitária – Província do Moxico					
Grupo	Comerciantes informais – Homens e Mulheres				
Data	13.05.2023	Hora de início	11h20	Hora de término	12h44
Facilitador	Roque Umbar				
Local	Escola Pública em Luau				
Comuna	Sede	Município	Luau	Província	Moxico
Composição detalhada do Grupo (Nome, Sexo, Idade, Escolaridade, Ocupação)	Mulher, 31 anos de idade, vendedora de peixe fresco, 5ª classe; Mulher, 44 anos de idade, venda de farinha, 6ª classe; Mulher, 30 anos, venda de fardo de roupa, Técnica média; Mulher, 22 anos, venda de roupa, PUNIV; Mulher, 40 anos, venda de roupas, 12ª classe; Mulher, 34 anos de idade, venda de peixe fresco, Ensino Médio; Mulher, 34 anos de idade, venda de peixe caqueia seco, PUNIV; Mulher, 39 anos, venda de peixe caqueia, 5ª classe; Mulher, 43 anos de idade, venda de fuba, 6ª classe; Mulher, 28 anos, vendedora de bolinho, 10ª classe; Mulher, 29 anos de idade, venda de óleo alimentar, 9º classe; Mulher, 50 anos, venda de óleo alimentar, professora formada no Congo; Mulher, 24 anos, venda de peixe.				
Tema	Contributo/Feedback/ Questão				
Evolução do comércio na cidade/região	Luau por estar na fronteira permite a troca comercial (importação e exportação). A linha férrea facilita trazer mercadorias desde o Huambo e Bié, Luena e Saurimo. Para a generalidade das participantes o negócio tem vindo a crescer. Antes a falta de dinheiro limitava a iniciativa de muitas mulheres apenas na agricultura, mas com o surgir de responsabilidades familiares várias têm aderido ao comércio, principalmente porque o emprego é muito difícil.				
Perfil do comprador (quem compra?)	Os principais clientes são consumidores locais, uma vez que a maioria dos participantes comercializa produtos da cesta básica. Municípios do Luacano costumam comprar no Luau, roupas e calçados. Congolezes compram essencialmente roupa, farinha e outros produtos da cesta básica. Os principais clientes são compradores com poucos recursos, pois, os que possuem muito dinheiro e grandes necessidades em geral compram nas lojas.				
Desafios que se colocam ao comércio na cidade/região	Huambo é uma das principais fontes de compra de mercadoria para revender no Luau. Porém, vários comerciantes do Huambo também optam em revender no Luau, praticando preços de origem e dificultando a venda dos comerciantes locais. Outro problema é a “disputa” entre quem comercializa dentro do mercado (nas naves) e os que comercializam fora dela. Por exemplo, dentro do mercado o litro de óleo vegetal custa Akz 800,00, mas fora o mesmo produto é vendido a Akz 750,00. Os comerciantes sentem a necessidade de regulação dos preços. A maioria das mulheres comerciantes não possuem capital próprio, tendo de pegar emprestado produtos nos armazéns e câmaras de fresco para vender e devolver o dinheiro ao fim do dia. No mesmo armazém onde solicitam empréstimos em espécie, também comercializam a retalho, a preço competitivo em relação ao que é praticado pelas comerciantes informais. As que possuem capital próprio, o mesmo é limitado.				
Descrição da profissão que têm como comerciantes	A maioria das participantes praticam o comércio informal há menos de 5 anos, mas outras têm bastante experiência chegando a 25 anos de trabalho. A principal motivação é a procura de melhores condições de vida face a exiguidade de oferta de emprego, ou seja, crescer, sustentar a família porque têm crianças e porque vendendo podem investir melhor na agricultura. O que é mais difícil nesta profissão é a qualidade das vias, uma vez que precisam viajar para comprar outros produtos no Huambo, Luanda, no Congo, Alto Zambeze.				
Produtos que comercializam	Roupa do fardo, frescos, peixe seco caqueia, produtos da cesta básica em geral.				

Fase local e comunitária – Província do Moxico	
Grupo	Comerciantes informais – Homens e Mulheres
Evolução das vendas	As mudanças estão relacionadas com a rentabilidade dos produtos. Por exemplo, frescos e roupas são rentáveis. O mesmo não se pode afirmar em relação à venda do peixe, pois, antigamente havia poucas vendedoras, mas hoje são muitas (mais de 100, estimam) e o peixe hoje é caro, sendo que uma caixa pode custar Akz 20.000, para obter um lucro de apenas Akz 500, sem mencionar os custos com o táxi.
Ameaças ao negócio	A concorrência com outras vendedoras que pertencem a províncias de maior fornecimento de mercadorias e os próprios armazéns locais que vendem tanto a grosso como a retalho.
Complementaridade de actividades	A principalmente actividade complementar ao comércio é a agricultura (horticultura, mandioca, milho, ginguba, feijão, arroz).
Familiares associados ao comércio	Em geral, vários membros da família participam dos negócios. Há caso que numa família cerca de 4 membros estão implicados no comércio.
Venda fora do local de residência	A venda é feita apenas no Luau, excepto a comercialização da caqueia (produto sazonal frequente entre Abril e Agosto) que se estende ao Dundo, Saurimo, Lukapa.
Relações comerciais com a Zâmbia	Nenhuma.
Formações específicas	As participantes não possuem e nunca tomaram parte de uma formação específica no domínio das actividades que desenvolvem.
Crédito entre amigos/conhecidos	Existem práticas de economia solidária entre as comerciantes informais, mormente a prática de sócia, o empréstimo sem juros e a Kixiquila (normalmente envolvendo 30 pessoas, com desembolso diário de Akz 1000 por pessoa).
Crédito bancário	A generalidade afirma nunca ter pensado em receber ou pedir um crédito bancário.
Infra-estrutura de apoio ao negócio	Foram destacados apenas o mercado municipal, naves e barracas assim como alguns armazéns e câmaras frigoríficas privadas.
Outros temas relevantes	A maior preocupação é o aumento do capital financeiro para investir melhor nos negócios e ter maior autonomia de decisão sobre as opções de negócio, principalmente sobre a possibilidade de aceder aos grandes mercadores (Luanda, Huambo, etc.). Precisa-se de apoio para alargar os negócios.

ANEXO 3 – RESUMO DO FEEDBACK DA CONSULTA DE PI REALIZADA NA PROVÍNCIA DE LUANDA

Fase institucional e sectorial – Província de Luanda		
Tema	Tipo de stakeholder	Feedback
Projecto	Associação	Os 300 milhões são para os 5 anos?
Projecto		A linha de transporte vai chegar à Tanzânia?
Projecto		Porque apenas o corredor do Lobito?
Género	Associação	É preciso apoiar as mulheres. As mulheres produzem 80% dos alimentos que chegam à nossa mesa.
Financiamento		É preciso criar associações ou instituto das cooperativas, precisamos de um instrumento que apoia as cooperativas.
Recurso humanos		É preciso apostar na formação. Países com liderança económica apostam na formação. Na América, Alemanha Brasil, o jovem começa a trabalhar no Ensino Médio.
Financiamento		A agricultura não pode ir ao Banco. A Banca tem de ir ao campo dar crédito.
Projecto	Gestor	Este financiamento será feito ao Governo ou às Empresa?
	Funcionário público	Outro problema no nosso mercado é a concorrência com os nossos irmãos chineses e outros; devia ser proibido. Esses estrangeiros dormem na cantina, cozinha no armazém. Precisamos de uma lei diferente.
Garantias	Associação	O grande problema é que os angolanos não têm título de propriedade das suas casas.
Infra-estruturas	Associação	O grande problema é o escoamento.
Infra-estruturas	Empresário	Temos dificuldades nas vias de acesso. Temos dificuldades no escoamento. Temos dificuldades de acesso às estradas. As estradas das zonas rurais estão a ser tomadas per capim, quando os agricultores vão à administração local é-lhes dito que a estrada é nacional e que a Administração não tem jurisdição para mexer.
Infra-estruturas	Empresário	A questão das picadas pode se resolver localmente, é só o Estado se comprometer a pagar. Exemplo: Um indivíduo que tenha um tractor, ou que esteja a fazer um trabalho aos arredores, faz a picada e o Estado paga.
Infra-estruturas	Empresário	A questão das dificuldades da internet pode ser ultrapassada com o uso da Startlink.
Infra-estruturas	Empresário	É preciso apostar na formação das pessoas nas plataformas digitais.
Financiamento	Empresário	Considero este financiamento muito interessante, até porque visa atingir as mulheres.
Assimetrias	Funcionário público	O Ministério tem tido muitos e bons programas, como o PRODESI, mas nunca consegue atingir os objectivos. Devem integrar mais as MPME. Neste momento são as grandes que mais têm beneficiando, já as pequenas não podem ir ao Banco por que não tem os recursos que o Banco exige. Tem outros programas como o FADA; quem ganhou neste programa foram as empresas grande.
Recursos humanos	Academia	Falta cultura de empreendedor no comerciante angolano. Competir com estrangeiros também tem a ver com a cultura da empresa de gestão.
Infra-estruturas	Empresário	Incluir pontes e picadas nas infra-estruturas de apoio.
Financiamento		O financiamento tem de ser feito até o negócio florescer.
Impostos		Os impostos estão muito pesados, especialmente para o sector da agricultura.

Fase institucional e sectorial – Província de Luanda		
Tema	Tipo de stakeholder	Feedback
Infra-estruturas	Associação	A degradação das estradas ao nível municipal é notória. Os municípios não têm competência para intervir nessas estradas.
Infra-estruturas	Empresário	É preciso picadas e micro-transformação para incentivar a produção local.
Recursos Humanos	Empresário	A mão-de-obra camponesa não está associada a nenhuma cooperativa.
Financiamento	Empresário	O Estado tem de entrar com financiamento a custo zero ou com insumos.
Associações	Empresário	É preciso apostar na legalização das cooperativas.
Projecto	Empresário	Controlo efectivo dos beneficiários.
Projecto	Empresário	Boa monitorização do projecto.
Associações	Associação	Capacitação institucional das associações
Ambiente		A produção de carvão é muito grave. Há mais carvoeiros e agricultores. É preciso financiamento para a reflorestação.
Ambiente		É preciso apostar na fruticultura e na apicultura.
Infra-estruturas	Empresário	Ter locais onde as pessoas vão ficar. Boa urbanização já com as ruas e árvores plantadas.
Ambiente		Na Catumbela é preciso ver o tipo de indústria.

ANEXO 4 – RESUMO DO FEEDBACK DA CONSULTA DE PI REALIZADA NA PROVÍNCIA DO BIÉ

Fase institucional e sectorial – Província do Bié	
Abertura: Figueiredo Numbi (Director do gabinete provincial para o Desenvolvimento Económico Integrado). Apresentação por parte do MEP: Cláudio Gomes e Vladimir Russo.	
	Data: 27/03/2023
Entidade	Contributo/ Comentário/ Questões
Banca	Como é que o projecto pretende acelerar a diversificação da economia e do emprego? Como é que o projecto vai facilitar o acesso ao crédito e como na prática, vai fazer a diferença em relação aos demais projectos? Como os empresários entrarão em contacto com o projecto?
Academia	<u>Riscos e constrangimentos:</u> A nossa economia tem operadores pequenos, e é uma economia de cooperativas e de empresas de 20 a 30 pessoas e nessa dimensão é impossível alcançar a diversificação. A criação de novas empresas seria um risco, pois 70% das novas empresas deixam de existir no primeiro ano. Custos altos em assessoria, na maior parte das vezes após término da assessoria ninguém consegue dar continuidade.
Governo Provincial	<u>Riscos e constrangimentos:</u> O constante crescimento populacional na zona do Polo do Cunje. Violência doméstica e abuso sexual é constante na comuna do Cunje.
Academia	<u>Riscos e constrangimentos:</u> A falta da cultura de acesso ao crédito e as exigências documental para além de avalistas, seguros para acesso ao crédito.
Sector privado	<u>Riscos e constrangimentos:</u> Existência de minas e ravinas. Embriaguez no final do mês.
Banca	<u>Pontos fracos:</u> Falta de formação (empresários e empregados) inibe o crescimento das empresas (por exemplo, um agricultor tem domínio de nível empírico, e não tem domínio básico de gestão e afins). Falta de financiamento para aumento de produção. Falta de garantias de retorno. Altas taxas de juros e burocracia levam a empresa à falência. Fraca oferta no ramo hoteleiro e restauração. Vias de acesso rodoviário (por exemplo Menongue e Bié) em péssimas condições. Fraca distribuição de água e energia.
N.E.	<u>Pontos fracos:</u> Falta de formação básica em gestão de empresa, gestão agrícola (faz tudo na sua empresa e trabalha na agricultura de forma tradicional).
Sector privado	<u>Pontos fracos:</u> Falta linha de enchimento de gás. Falta de uma circular para desviar o trânsito de pesados dos centros da cidade. Falta de postos de trabalho.
Banca	<u>Pontos fortes:</u> Terras aráveis. Linha férrea. Climas propícios para produção de cereais.
Academia	<u>Pontos fortes:</u>

	<p>Extensão territorial (dos 70 mil e poucos metros quadrados só produz em 6,5 mil quadrados) há necessidade de explorar o restante.</p> <p>A posição geográfica facilita no escoamento da produção.</p> <p>Clima incomparável.</p> <p>Os polos têm como meta para além do mercado local a exportação dentro e fora do país.</p>
Sector privado	<p><u>Pontos fortes:</u></p> <p>Geograficamente bem localizado, com privilégio do corredor do Lobito.</p> <p>Potencial agrícola e produção animal de excelência.</p> <p>Microclima para produção de vinho (alimentado com sol e chuva).</p> <p>Potencial diamantífero.</p>
Academia	<p><u>Recomendações:</u></p> <p>Investir na agricultura, tomando como exemplo países como África do Sul e Brasil.</p> <p>Apostar nas parcerias ao invés da criação de novas empresas.</p> <p>Na perspectiva de sustentabilidade do Governo: perspectivar a passagem de conhecimento para garantir continuidade após término de assessoria desde a manutenção até a gestão. Muitas empresas deixaram de funcionar após término de assessoria e faliram. Devemos trazer expertises para nos potenciarem.</p>
Banca	<p><u>Recomendações:</u></p> <p>Baixar as taxas de juro e desburocratizar o programa de garantias, simplificar os caminhos para alcançar as garantias.</p>
Sector privado	<p><u>Recomendações:</u></p> <p>Criação de parcerias.</p> <p>Transformar Bié numa capital do móvel.</p> <p>Criação de empresas para lapidação na província.</p> <p>Empregabilidade, olhar na responsabilidade que as empresas têm com os funcionários.</p> <p>Criação de um documento de apoio para os empresários por parte das instituições financeiras e exorta às Instituições financeiras a fazer trabalho de campo, visitar o cliente.</p> <p>Recomenda a mesma envolvimento nas várias etapas do projecto.</p>
Academia	<p><u>Recomendações:</u></p> <p>Empresas de seguro deviam oferecer pacotes acessíveis com vista a facilitar o acesso ao crédito.</p> <p>Criar políticas acessíveis e atraentes para o acesso ao crédito.</p>

Fase local e comunitária – Província do Bié					
Grupo	População residente – Homens				
Data	15/04/2023	Hora de início	15h04	Hora de término	16h10
Facilitador	Roque Umbar				
Local	Pólo Industrial do Cunje (reserva)				
Comuna	Cunje	Município	Kuito	Província	Bié
Composição detalhada do Grupo (Nome, Sexo, Idade, Escolaridade, Ocupação)	<p>António Vieira, 33 anos de idade, 12ª classe, mecânico;</p> <p>Pedro Silvestre, 30 anos de idade, 10ª classe;</p> <p>Dias José, 9ª classe, camponês;</p> <p>José Epanda, 35 anos de idade, serralheiro;</p> <p>José Pimenta, 37 anos de idade, camponês;</p> <p>Domingos Culebalala, 34 anos de idade, camponês;</p> <p>José Jacinto, 54 anos de idade, 6ª classe;</p> <p>Henrique Picher, 37 anos de idade, 12ª classe, técnico de alvenaria;</p> <p>Agostinho Joamba, 50 anos de idade, camponês.</p>				
Tema	Contributo/Feedback/ Questão				

Fase local e comunitária – Província do Bié

Grupo	População residente – Homens
Comunidade	<p>A comuna do Cunje actualmente tem mais população apesar de ter cada vez mais dificuldades. Da totalidade de participantes, apenas um não pratica agricultura, mas sim desempenha a função de técnico de electricidade de construção civil. Alguns moradores comercializam o excedente da produção familiar geralmente feijão, milho, batata e soja e outros praticam o comércio informal, que é sobretudo desenvolvido pelas mulheres.</p> <p>Em termos de produção agrícola há cada vez mais produção. Mas a falta de tractor reduz a produtividade.</p> <p>Os participantes não fazem parte de associações e cooperativas, porque desde o início do surgimento das associações no Bié, estas foram dirigidas a antigos combatentes e por isso muitos não manifestam interesse em fazer parte das associações e cooperativas.</p> <p>As principais dificuldades no Cunje são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de emprego. Há jovens com formação, mas sem emprego; - Poucas sementes para o cultivo e falta de charruas e tractores e/ou falta de dinheiro para alugar um tractor; - A agricultura familiar é limitada ao tipo A, ou seja, é essencialmente de subsistência; - Além da delinquência há muitas jovens na prostituição; - Em relação a formação profissional a dificuldade está no acesso, uma vez que só há um centro de formação do INEFOP no Cunje; <p>Em termos de vulnerabilidades, os grupos existentes são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Famílias extremamente pobres, muitas delas dependiam da produção de carvão, mas enfrentam actualmente dificuldades em função da escassez de matéria-prima para fazer o carvão; há várias pessoas e famílias que precisam do Kwenda; - Vários mendigos (crianças e idosos, sobretudo), à semelhança do que há no centro do Kuito; - Crianças que dependem da actividade de peso de metais e recolha de comida no aterro sanitário local.
Comércio	<p>Em relação ao comércio há dificuldades de acesso aos produtos e também de acesso ao crédito/empréstimos.</p> <p>Nos casos em que há algum tipo de crédito/empréstimo informal, os juros são altíssimos, com taxas que variam entre 50% e 100%.</p> <p>Relativamente as formas de armazenamento dos produtos para quem vende congelados (no caso de mulheres implicadas na venda do peixe e outros frescos), o único recurso são algumas casas que alugam espaços em arcas de refrigeração. Seria bom ter lugares acessíveis (baratos), principalmente do Estado para o armazenamento dos produtos, como no caso dos frescos.</p>
Indústria	<p>Embora exista produção de vária ordem e matéria-prima proveniente do vasto capital natural local, não existem meios de transformação de produtos. Os tipos de produção industrial que a comunidade entende serem mais importantes são: a de transformação do tomate, da cebola, de frutas como a manga, goiaba, etc., produção da fuba de milho, do óleo alimentar e descasque do arroz.</p>
Mulheres	<p>Existe a prática de “sócia” entre as mulheres na compra de produto. Mulheres sem emprego, envolvidas em comércio informal ambulante a escala menor. A mulher é o garante do suporte da família, mas enfrenta vários problemas como a gravidez precoce e a pobreza extrema.</p>
Emprego	<p>O emprego é entendido como uma fonte de rendimento necessário para estabilidade das famílias e uma forma de resolver os vários problemas relacionados com a incapacidade económica das mesmas, como a delinquência, o consumo excessivo de</p>

Fase local e comunitária – Província do Bié	
Grupo	População residente – Homens
	álcool, prostituição, etc. Todavia, é difícil arranjar emprego no Cunje devido a existência de jogos de interesse, sendo que quem tem “padrinho” na cozinha é que consegue as vagas.
Empresas	Só havendo empresas haverá mais emprego e, para que possam existir mais empresas tem de se fomentar o comércio e haver crédito para as empresas e pessoas que têm iniciativas de trabalho gerador de emprego. Destacou-se o exemplo de empreendedores locais que investiram em frotas de táxi e que embora empreguem um número relativamente limitado de pessoas, o impacto é grande se visto que cada pessoa empregada representa uma família com meio de vida garantido. Outro exemplo é a fábrica de bloco existente onde é visível a mudança positiva na vida dos trabalhadores da mesma fábrica.
Crédito	A totalidade dos participantes já ouviram falar de crédito. Espera-se que o Governo possa apreciar propostas de negócio dos cidadãos e se forem projectos bons que os mesmos sejam aprovados. Os que puderem beneficiar de crédito, abrindo suas empresas ajudariam outros a terem algum trabalho e uma fonte de rendimento. A comunidade quer apoios para as iniciativas locais e que não sejam limitados aos que já estão bem posicionados. O incentivo ao trabalho de associativismo e cooperativismo é também uma boa forma de fomentar empregos.
Infra-estruturas	A população está expectante quanto a instalação do Polo industrial e louvam a iniciativa do Governo angolano e entendem que uma vez instalados os vários serviços previstos, isto vai beneficiar a população, apesar de que muitas promessas já foram feitas no passado, mas sem qualquer materialização. Para os participantes não se vislumbram possíveis riscos negativos com a instalação do Polo Industrial na zona e estão cientes que numa primeira fase um investimento desta natureza implica altos gastos, mas que os frutos chegam mais tarde. E entendem que o mesmo terá impacto positivo a nível da província.
Recomendações	Que o emprego e o Polo Industrial venham a beneficiar o Cunje. Que venha facilitar a conservação de produtos frescos e outros de maior necessidade de cuidado. Os mercados controlados e fiscalizados pela Administração local devia ter casas de conservação, como são as câmaras frigoríficas.
Outro	A pergunta é se vamos notar mesmo ou teremos algum impacto de tudo que falamos ou se é apenas mais uma auscultação? É o que se diz: “nunca prometa a uma criança... porque é uma dívida e será sempre cobrada”.

Fase local e comunitária – Província do Bié					
Grupo	População residente – Mulheres				
Data	15/04/2023	Hora de início	13:33	Hora de término	15:12
Facilitadora	Madalena Satoñole				
Local	POLO INDUSTRIAL DO KM 12- KUNJE				
Comuna	KUNJE	Município	KUITO	Província	BIÉ
Composição detalhada do Grupo (Nome, Sexo, Idade, Escolaridade, Ocupação)	O grupo é constituído por mulheres com idade compreendida entre 27 – 56 anos. Em termos de ocupação 6 comerciantes e 11 agricultoras e em termos de escolaridade encontramos 6 sem nenhuma escolaridade; 7 entre a 7ª e a 12ª Classe.				
Tema	Contributo/ Feedback/ Questão				
Comunidade	A comunidade reduziu devido as emigrações e mortes causadas pela pobreza extrema.				

Fase local e comunitária – Província do Bié	
Grupo	População residente – Mulheres
	<p>A comunidade vive à base de agricultura e do comércio, mas por causa da crise financeira e da dificuldade de acesso aos créditos estas actividades reduziram. Os que praticam agricultura, produzem apenas para o consumo da família.</p> <p>A comunidade não tem associação, nem cooperativa.</p> <p>De uma forma geral a comunidade tem como principais dificuldades e desafios: a falta de luz, água, escolas, emprego, unidades sanitárias e estradas.</p> <p>As pessoas vulneráveis desta comunidade são: mais velhos/ pessoas de terceira idade, pessoas portadoras de deficiências físicas e visuais.</p> <p>A prática cultural mais relevante desta comunidade é apresentar-se sempre de pano nos óbitos.</p>
Comércio	A comunidade comercializa bens alimentares e vestuário, mas tem dificuldades na aquisição destes bens por causa da distância e da escassez de meios de transporte. Armazenam os seus produtos em casa, mas sentem a necessidade de se construir armazéns junto dos mercados.
Indústria	Não conseguem transformar os recursos da comunidade por falta de indústrias. A comunidade gostaria de ter indústrias próximas para ajudar na transformação dos recursos da comunidade, tais como: moagens, indústria de transformação de tomate, abacate, óleo, sabão, creme e sumo.
Mulheres	<p>Algumas mulheres acham que as mulheres da comunidade são respeitadas porque têm registado comportamentos de respeito, mas as outras acham que não são respeitadas porque têm visto muitas atitudes negativas por parte da sociedade, tais como: violência sexual e física.</p> <p>As mulheres da comunidade acham têm autonomia porque batalham muito e dependem pouco dos homens, tendo em conta que na sua maioria são viúvas e abandonadas por seus maridos.</p> <p>O que mais preocupa em relação as mulheres jovens da comunidade é o desemprego e a falta de formação.</p> <p>A pobreza impede a formação, e para as que se formaram no PUNIV tem muita dificuldade em arranjar emprego.</p>
Emprego,	O grupo acha que emprego é uma ocupação que ajuda na renda familiar. Nesta comunidade e em outras próximas não é fácil arranjar emprego porque as oportunidades são poucas e as autoridades locais não apostam no pessoal local. A comunidade acha que é importante ter mais pessoas com emprego para diminuir a pobreza e a delinquência.
Empresas	Para o grupo, empresa é o lugar onde se busca o emprego. Acham que é importante atrair mais empresas para a comunidade para tirar as pessoas do desemprego. Acham também que a produção e o desemprego são aspectos que podem ajudar a criar mais empresas na comunidade.
Créditos	Já ouviram falar do crédito e acham que o crédito ajuda os seus negócios e o desenvolvimento. Consideram importante ter acesso ao crédito, porque elimina a pobreza.
Infra-estruturas.	O grupo gosta do projecto, porque vai trazer desenvolvimento à comunidade. Acham também que o projecto vai beneficiar a comunidade na diminuição da pobreza.

Fase local e comunitária – Província do Bié	
Grupo	População residente – Mulheres
	<p>Não sabem falar sobre os riscos ou impactos que podem surgir para a comunidade, mas acham que o projecto vai trazer impacto positivo.</p> <p>Já viram construções deste tipo em Benguela, concretamente a fabrica de óleo “Tio Lucas”.</p> <p>Não sentem nenhuma preocupação em relação a obras deste tipo.</p>
Recomendações	Como já ouviram várias vezes falar de muitas promessas, seria bom ver este projecto a ser implementado na nossa comunidade o mais breve possível.

Fase local e comunitária – Província do Bié					
Grupo	Líderes Comunitários				
Data	15/04/2023	Hora de início	13h29	Hora de término	14h50
Facilitador	Roque Umbar				
Local	Pólo Industrial do Cunje				
Comuna	Cunje	Município	Kuito	Província	Bié
Composição detalhada do Grupo (Nome, Sexo, Idade, Escolaridade, Ocupação)	<p>Homem, 34 anos, Técnico Médio, Presidente da Comissão de Moradores;</p> <p>Homem, 33 anos, Técnico Superior, presidente do CNJ no Kunje;</p> <p>Homem, 32 anos, Técnico Médio, Presidente da Comissão de Moradores;</p> <p>Homem, 44 anos, soba do bairro Cardoso;</p> <p>Homem, 37 anos, Soba do bairro Kapeleno;</p> <p>Homem, 37 anos, soba do bairro Aldeia;</p> <p>Homem, 38 anos de idade, soba do bairro Minhango;</p> <p>Homem, 65 anos de idade, Soba do bairro Cemitério;</p> <p>Homem, 37 anos de idade, soba do bairro Kamissamba;</p> <p>Homem, 45 anos de idade, Técnico Superior, Empresário;</p> <p>Homem, 33 anos de idade, 12ª classe, coordenador do bairro Etumba;</p> <p>Homem, 30 anos, 12ª classe, mecânico e presidente da Comissão de Moradores do Bairro Sto António;</p> <p>Homem, 54 anos de idade, 6ª classe, membro da comissão de moradores do bairro Empresa;</p> <p>Homem, 32 anos de idade, Técnico superior, Coordenador do Mercado do bairro Boa Vista;</p> <p>Homem, 70 anos, 1º ano do magistério (10ª classe), Presidente da comissão de Moradores do bairro Empresa;</p> <p>Homem, 67 anos de idade, 11ª classe, Coordenador de Desporto;</p> <p>Homem, 38 anos de idade, 12ª classe, Secretário do bairro Etumba;</p> <p>Homem, soba do bairro Empresa;</p> <p>Homem, 42 anos de idade, universitário, Empresário.</p>				
Tema	Contributos recolhidos				
Comunidade	<p>Cunje já foi uma comuna com vários actores económicos como a EFA, CIBELGA e CFB, empresas que reuniam vários funcionários, porém, uma minoria pertencente ao Cunje. Apesar da inactividade destas empresas, actualmente há mais população, sendo este aumento influenciado pela procura de segurança no período da guerra civil e também pelo serviço ferroviário existente.</p> <p>Para assegurar a subsistência a totalidade dos participantes pratica a agricultura familiar do tipo 1, porém, há também a prática de outros ofícios como a carpintaria, serralharia e o comércio. Relativamente a produção agrícola referiram que a terra é pouco fértil e registam-se dificuldades na aquisição de insumos (sobretudo fertilizantes), no aluguer de tractor (chegando a custar Akz 30.000,00 por uma hora, o que daria apenas uma área de 50m2 de terra trabalhada), situação que leva a que muito apenas pratiquem a agricultura de subsistência e apenas em situações de necessidade pontual os agricultores vendem alguns produtos como a batata, milho, mandioca e feijão, para aquisição de bens de primeira necessidade (ex. óleo alimentar, sal, sabão, etc.).</p> <p>As cooperativas activas são as do Nguli, Cassoma, Sangungo, Tchimboto.</p> <p>As principais dificuldades enfrentadas pela comunidade resumem-se em:</p>				

Fase local e comunitária – Província do Bié

Grupo	Líderes Comunitários
	<ul style="list-style-type: none"> - Desemprego, afectando sobretudo a juventude; - Falta de energia nos bairros próximos ao pólo industrial; - Falta de professores; - Receios em relação à prática de compadrio no acesso ao emprego, tendo em conta experiências passadas. <p>O Cunje é considerado a maior praça académica do Kuito. Além da escola convencional, com vários níveis, possui um Centro do INEFOP que ministra os cursos de Informática, Electricidade, Canalização, Corte e Costura, Alvenaria e Mecânica). O PAPE chegou ao K Cunje e jovens beneficiaram de Kits de auto-emprego.</p> <p>Os grupos vulneráveis são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Idosos em situação de isolamento e/ou sem meios de vida, - Pessoas com deficiência, - Mulheres com lepra, - Doentes de tuberculose e - Crianças envolvidas em trabalho infantil (peso de metais e agricultura). <p>Dois aspectos culturais imateriais locais são o <i>Ulonga</i> (saudação, normalmente aprofundada e longa) e o <i>Utanha wacunho</i> (o sol dos mais velhos - ou seja, a necessidade de os visitantes entregarem uma oferta aos sobas sempre que visitam a comunidade e antes mesmo de solicitar qualquer trabalho ou informação).</p> <p>Há casos de violência contra a mulher, mas também de mulheres que agredem homens, geralmente devido a falta de meios financeiros, chegando a serem registados casos de prostituição e de infidelidade conjugal.</p> <p>Em geral a criança aos 7 ou 8 anos já inicia a sua actividade laboral informal, principalmente na lavra.</p>
Comércio	A população que pratica o comércio enfrenta a dificuldade de escassez de clientes nos mercados informais, a dificuldade com as vias de acesso, sendo que muitos, para poderem chegar ao mercado local percorrem 70 a 100 km no mínimo. Não há incentivos para aumentar a produção agrícola e nem há fábricas que permitam escoar os produtos.
Indústria	Apenas existe uma fábrica de bloco e uma cerâmica. Os participantes foram unânimes em afirmar que seria importante o surgimento de várias indústrias para a transformação do tomate, do milho, para a produção de óleo de girassol e genguba, fábrica de sumo, produção de farinha de trigo e descasque de arroz. Isto porque facilitaria criar mais emprego na comunidade e reduzir a delinquência.
Mulheres	A maioria das mulheres vivem maritalmente, vendem lenha, praticam a venda ambulante e produção de carvão.
Emprego	Na óptica dos participantes o emprego é um meio para tirar os jovens da delinquência, porém, é difícil encontrar emprego no Cunje porque há poucas empresas.
Empresas	Face a escassez de empresas, o que ajudaria a ter mais empresas seria ajudar os empresários locais a abrir mais empresas e também facilitar o crédito para essas pessoas.
Crédito	O crédito é importante porque ajuda muita gente. E no Cunje, até mesmo os empresários têm dificuldades de acesso ao crédito. No tempo colonial se o jovem quisesse fazer um negócio podia recorrer as lojas existentes na altura e depois de comercializar os mesmo devolveria o empréstimo pouco a pouco. Mas actualmente, ainda que os jovens possuam planos de negócio, já não encontram quem possa fornecer um empréstimo.
Infra-estruturas	O Polo Industrial vai ajudar a desenvolver a comuna e o Bié em si, sendo que haverá inclusive atracção de mais população. Por estar isolado da comunidade não haverá riscos e nem impactos negativos.

Fase local e comunitária – Província do Bié

Grupo	Líderes Comunitários
Recomendações	<p>O tractor e o adubo são os elementos essenciais para estimular o aumento da produção agrícola. Tractores podem ser dados a Administração para que os agricultores possam alugar a preço acessível.</p> <p>O melhoramento das vias de acesso para facilitar a venda no mercado local.</p> <p>Para o armazenamento de produtos a população precisaria de chapas e outros meios de cobertura. A construção de celeiros comunitários também seria importante, assim como o acesso a produtos químicos que permitem conservar os alimentos.</p> <p>O Governo deve criar lojas nas zonas onde a população produz para facilitar a comercialização.</p> <p>O Governo deve ajudar os empresários locais a abrir mais empresas e também facilitar o crédito para suas empresas.</p>
Outro	Que o projecto priorize os natos do Cunje no acesso ao emprego.

ANEXO 5 – RESUMO DO FEEDBACK DA CONSULTA DE PI REALIZADA NA PROVÍNCIA DO HUAMBO

Fase institucional e sectorial – Província do Huambo	
Abertura: Angelino Elavoko (Vice para o sector político social e económico) Apresentação do projecto: Claudio Gomes e Vladimir Russo	
Data: 28-03-2023	
Entidade	Contributo/ Comentário/ Questões
Governo Provincial	Qual o montante para a Província Huambo? Qual a possibilidade a possibilidade de transferência de know-how sobre a criação de estudos de impacto ambiental para os técnicos locais? Que componente de facto, o projecto vai trazer para o desenvolvimento do polo da Caala?
Sector privado	Quando começa realmente o projecto? Quais os bancos que farão parte do projecto e onde estará localizada a representação do projecto em Huambo?
Sector privado	Que poderes terá a entidade gestora do projecto a nível local?
Sector privado	Quais os requisitos para aquisição de terra no polo de desenvolvimento?
Banca	Quais os mecanismos de controle exigidos pelo BM para as empresas no projecto?
Banca	Beneficiários: qual o critério de selecção, e que documentação será exigida? Já houve algum estudo de viabilidade nas zonas do projecto?
Governo Provincial	Que medidas de protecção, o projecto tem para crianças que viajam de comboio sem acompanhamentos de adultos e tráfico de seres humanos? Empoderamento da mulher, que medidas viáveis e de vantagens o projecto tem para as mulheres?
Governo Provincial	Como é que o gabinete do ambiente vai actuar em situação de poluição no polo, deverá ser abrangente ou será apenas ao empreendedor? Qual é a garantia e que suporte técnico para aquisição de espaço no polo e acesso ao crédito, os empresários terão, pois se arranca neste ano e a solicitação deve ser feita no ministério do comércio?
Governo Provincial	<u>Riscos e constrangimentos:</u> Burocracia para autorização da solicitação do espaço no perímetro do Polo (os pedidos são autorizados a partir de Luanda).
N.E.	<u>Riscos e constrangimentos:</u> Falta de acessos favoráveis dentro do perímetro retrai investidores convidados. Pouco tempo para tratamento dos documentos necessários, pode levar os jovens no Huambo a não ter acesso ao projecto.
Banca	<u>Riscos e constrangimentos:</u> Burocracia no tratamento dos documentos.
Associação	<u>Riscos e constrangimentos:</u> Problemas na aquisição de títulos de concessão de terra têm levado jovens a perder acesso a financiamentos.
N.E.	<u>Riscos e constrangimentos:</u> Altas taxas de juros e curtos prazos para liquidação inibe a capitalização do empreendedor.
Associação	<u>Pontos fracos:</u> O nível de desemprego é alto (causando frustração que leva ao suicídio em alguns jovens).
N.E.	<u>Pontos fracos:</u> Péssimo estado na via Huambo – Huíla (maior parte das indústrias e produção de cereais estão naquela zona). Poucas grandes empresas na Província.
N.E.	Falta de autonomia local para dar resposta aos diversos problemas locais (centralização de poder em Luanda).

	<p>A não participação do mutuário na definição de contrato. Por exemplo, o mutuário apenas assina as cláusulas definidas pelo financiador sem poder para opinar e assim fica impossível acautelar o financiamento nas épocas mortas de produção agrícola.</p> <p>Falta de apoio dos ministérios aos agricultores no acesso ao crédito, por exemplo, durante o ciclo vegetativo até ao processamento somos acompanhados pela inspecção para aferir se o produto serve ou não para o consumo, seria bom que acompanhassem também no acesso a fundos de garantias entre outros acessos de financiamentos.</p>
Banca	<p><u>Pontos fortes:</u></p> <p>97% de terras aráveis por explorar.</p> <p>Promoção de emprego e com evitar a imigração.</p> <p>Recursos hídricos.</p> <p>Climas propícios para produção de cereais, etc.</p>
Associação	<p><u>Pontos fortes:</u></p> <p>Recursos Humanos com nível de formação superior.</p> <p>Rede rodoviária e ferroviária.</p> <p>Centros de formação, instituições de níveis superiores nas diversas áreas de formação.</p>
Governo Provincial	<p><u>Recomendações:</u></p> <p>Sugere que o projecto beneficie mais os 4 municípios que estão no eixo ou ao longo do caminho de ferro de Benguela na parte do Huambo.</p>
N.E.	<p><u>Recomendações:</u></p> <p>Seria bom que as próximas auscultações incluíssem também mulheres.</p>
N.E.	<p><u>Recomendações:</u></p> <p>Se a apresentação do projecto fosse distribuída com antecedência de 24h haveria mais contribuições.</p> <p>Sugere a avaliação individual ou por Províncias das potencialidades para equidade na divisão do valor.</p> <p>Estabeleçam parâmetros para que os empreendedores possam cumprir com o seu papel havendo negociação contratual, ou seja, permitindo a alteração de cláusulas para salvaguardar o financiamento nas épocas mortas de produção.</p> <p>Criar mecanismos para protecção do produtor local.</p>
N.E.	<p><u>Recomendações:</u></p> <p>Fazer um resumo do existente e o que falta no polo de desenvolvimento.</p> <p>Indicar no polo, os pontos de captação de água e energia e fazer os arruamentos ainda que com divisão de lancil.</p>

Fase local e comunitária – Província do Huambo					
Grupo	População residente – Homens				
Data	15/04/2023	Hora de início	11:30	Hora de término	12:40
Facilitador	Moisés Festo				
Local	Pólo Industrial do Cangoti				
Comuna	Cangoti	Município	Caála	Província	Huambo
Composição detalhada do Grupo (Nome, Sexo, Idade, Escolaridade, Ocupação)	Grupo de 26 homens (6 preferiram não serem inscrito na lista de presença) com idade compreendida entre 18 e 44 anos de idade cujo nível mínimo de escolaridade é de 3ª classe e nível máximo a 9ª classe. A actividade principal de subsistências é a agricultura e em algumas épocas do ano (cacimbo) a prática da pesca fluvial associada a prática de extracção de areia para a venda.				
Tema	Contributo/ Feedback/ Questão				
Comunidade	Há um crescimento da população devido à taxa de natalidade, mas não existem pessoas provenientes de outras localidades para morarem na aldeia de Cangoti devido a falta de vários serviços como energia eléctrica, escolas, posto médico e água potável.				

Fase local e comunitária – Província do Huambo	
Grupo	População residente – Homens
	<p>A actividade de subsistência predominante na comunidade é a agricultura. Os mais jovens da aldeia dedicam-se ao comércio de areia e a pesca fluvial.</p> <p>A prática da agricultura é de subsistência, e é retido uma parte para vender e adquirir outros bens de primeira necessidade (sabão, óleo, sal, etc.) incluindo vestuário.</p> <p>Houve tentativas para criação de cooperativas, mas o processo de legalização é burocrático e oneroso. A legalização não avançou porque os associados da cooperativa não conseguiram contribuir para o alcance de 250.000.00 (duzentos e cinquenta mil kwanzas).</p> <p>Os problemas que enfrentam a comunidade estão relacionados com a falta de emprego, escola, posto de saúde e acesso a água potável.</p> <p>Os mais vulneráveis da comunidade são os velhos da terceira idade, pois estes não conseguem ir a lavra, nem tampouco explorar areia para a sua subsistência.</p> <p>Os jovens da aldeia clamam por oportunidades para aumentar o nível de escolaridade ou mesmo para uma formação técnico – profissional.</p> <p>Os aspectos culturais que ainda preservam é o ritual da circuncisão masculina denominada como “evamba”, onde os rapazes são submetidos a seguirem alguns ensinamentos da cultura “umbundu” e o “otchinganji”.</p>
Comércio	<p>Não existe uma actividade comercial de relevo. Há alguns jovens que quando há rendimento na actividade agrícola, optam por adquirir alguns produtos no mercado da Alemanha no Huambo como sabão, óleo vegetal, sal, arroz e outros produtos de primeira necessidade para comercialização na aldeia a céu aberto. Não existem pequenas “cantinas”.</p> <p>Há mulheres (não mais que 5) que se dedicam a venda de carne no mercado da Alemanha (também designado de mercado da Quissala). Quando não conseguem vender na totalidade são obrigadas a conservar a carne em alguns frigoríficos existente no mercado da Alemanha.</p> <p>Na época das frutas (Dezembro) as crianças vendem-nas ao longo da estrada que liga a cidade do Huambo e Caála.</p>
Indústria	<p>Existe apenas uma moagem para transformar o milho em “fuba”, que é propriedade de uma senhora residente no Huambo.</p> <p>A comunidade clama pela existência de indústrias transformadora, principalmente aquelas vocacionadas à produção de sumo para que possam ter mercado para as frutas como mangas, limão e abacates que são produzidas na localidade.</p> <p>O grupo de homens acha que uma vez que existir indústria na comunidade permitirá que os jovens sobretudo estejam empregados para melhorar a condição de vida actual que consideram de pobre.</p>
Mulheres	<p>Na opinião dos homens, as mulheres enfrentam os mesmos problemas que os homens, que é a falta de emprego e o baixo nível de escolaridade. O sonho dos homens é ver as suas esposas com alguma ocupação para contribuir para a renda da família.</p>

Fase local e comunitária – Província do Huambo	
Grupo	População residente – Homens
Emprego	<p>Os homens têm conceito de emprego como uma ocupação que gera algum rendimento para o sustentar a família.</p> <p>Não há emprego. As poucas empresas que existem no polo industrial não empregam pessoal local, pois as mesmas empresas instalam-se no polo e vêm com os seus trabalhadores do Huambo, Benguela e outras localidades.</p> <p>A importância de ter um emprego na comunidade é para sustentar as famílias e criar desenvolvimento na própria comunidade bem como fortalecer os laços de irmandade.</p>
Empresas	<p>Existe um mínimo conhecimento sobre a definição de empresa e seu contributo para empregabilidade. Entretanto, consideram que as existentes no polo industrial não são empresas, mas sim empreiteiros pelo facto de não oferecerem oportunidades de emprego ao pessoal da comunidade local</p>
Crédito	<p>Quatro (4) jovens que participaram no grupo de discussão afirmaram não terem noção sobre crédito, mas os mais adultos (20) conseguem distinguir o empréstimo do crédito, onde foi possível os mesmos explicar aos menos esclarecidos sobre crédito.</p> <p>Consideram importante aceder à créditos devido ao facto de muitos terem iniciativas de negócio, mas a falta de capital inicial impede-os de se implementarem.</p>
Infra-estruturas	<p>Na comunidade não existem infra-estruturas escolares. Para minimizar o problema da falta de escola, a comunidade por iniciativa própria ergueu uma escola de quatro salas e nesta altura está faltando cobertura. A comunidade está no processo de contribuições para aquisição de chapas.</p> <p>Gostariam de ver a efectividade da implementação do polo industrial, pois faz tempo da sua criação e elevou bastante as expectativas das comunidades, sobretudo dos jovens que viam do polo uma porta aberta para melhorarem a sua condição de vida por via do acesso ao emprego.</p>
Recomendações	<p>Os homens recomendam as empresas instaladas e a instalar a ter cuidado com a poluição do meio ambiente, pois há indícios de contaminação do rio Cuñogamwa que está a impedir a reprodução dos peixes.</p> <p>Recomendam igualmente que as instalações dos polos devem ser precedidas de uma negociação com as populações que usam a terra, evitando assim expropriações sem nenhuma compensação e garantia de emprego das famílias que perdem as suas lavras.</p>

Fase local e comunitária – Província do Huambo					
Grupo	População Residente – Mulheres				
Data	15/04/2023	Hora de início	11h25	Hora de término	12:31
Facilitador	Delma Monteiro				
Local	Pólo Industrial do Cangoti				
Comuna	Congoti	Município	Caála	Província	Huambo
Composição detalhada do Grupo (Nome, Sexo, Idade, Escolaridade, Ocupação)	<p>Grupo de Discussão composto por 16 Mulheres (todas preferiram o anonimato). Grupos etários:</p> <p>25/35 - 10; 36/45 - 3; <45 - 3.</p> <p>Com relação a escolaridade 4 nunca frequentaram a escola; 6 entre a 1ª e a 6ª classe; e 6 entre a 7ª a 11ª Classe.</p>				

Fase local e comunitária – Província do Huambo	
Grupo	População Residente – Mulheres
Tema	Contributo/ Feedback/ Questão
Comunidade	<p>As mulheres afirmam que a população tem crescido devido à taxa de natalidade que é alta.</p> <p>A maioria das famílias da comunidade sobrevivem da lavra. Todas as cooperativas faliram. Fazem biscato nas fazendas, trabalhos domésticos na centralidade e venda de areia.</p> <p>Devido aos empreendimentos nos arredores, o espaço das lavras reduziu muito. Agora as pessoas se revessam nas lavras. 3 a 4 pessoas a cultivar a mesma lavra.</p> <p>As principais dificuldades da comunidade é a falta de dinheiro (pobreza), falta de água e luz. A falta de emprego e formação profissional, hospital e estradas. Pelo nível de pobreza da comunidade todas as pessoas se encontram numa situação de vulnerabilidade, mas são as mulheres e as crianças as que mais sofrem.</p> <p>Os pais da comunidade estão a construir uma escola com recursos próprios. Falta apenas a cobertura e as portas.</p> <p>Tem também uma igreja.</p> <p>O ritual cultural mais praticado é o “otchinganji” e o palhaço. Também tem mulheres que assumem o personagem de palhaço no Ritual.</p>
Comércio	<p>As mulheres da comunidade vendem produtos excedentes da produção familiar como o milho, batata-doce, feijão e batata rena. Nem todas conseguem porque sem adubo a produção é pouca.</p> <p>Não fazem negócio porque não há dinheiro para começar o negócio.</p>
Indústria	<p>Existe a fábrica de massa, fuba e de óleo do polo industrial. Mas não empregou ninguém da comunidade. Existe também uma moagem privada, onde a comunidade pode pagar para moer o milho.</p>
Mulheres	<p>As mulheres sentem que não são consideradas pelo Governo, mas são respeitadas pelas pessoas da comunidade. Acreditam que se trabalhassem e pudessem contribuir financeiramente para as suas famílias teriam mais respeito.</p> <p>Não há violência contra as mulheres. “O homem vem da lavra já cansado, não tem energia para praticar violência”.</p> <p>Todas querem ser autónomas e não depender do marido.</p>
Emprego	<p>Entendem que o emprego é uma forma de ajudar a família. Trabalhar no Estado ou no privado e que não é fácil arranjar emprego na comunidade.</p> <p>As mulheres passam o dia nas centralidades à procura de emprego. Quando conseguem alguma coisa recebem comida (crua ou cozida) como pagamento. É muito importante ter um emprego fixo porque se consegue pagar as despesas da casa, a propina dos filhos e melhorar o nível de vida.</p>
Empresas	<p>Têm dificuldade de definir Empresas. Mas lamentam o facto de não terem condições de criar pequenos negócios. “Nem uma pequena cantina tem no Cangoti. Essa água que estamos a beber veio da cidade”</p>
Crédito	<p>As mulheres da comunidade sabem o que é o crédito e como fazer a devolução do mesmo. A administração havia pedido para fazer a lista das pessoas para receber crédito, mas nunca chegou de dar crédito na população do Cangoti. “O</p>

Fase local e comunitária – Província do Huambo	
Grupo	População Residente – Mulheres
	crédito do Estado não aumenta (não tem juros)”. O crédito é muito bom porque ajuda as pessoas a melhorar de vida.
Infra-estruturas	<p>Apesar de entenderem que as infra-estruturas projectadas vão acelerar o desenvolvimento da área estão apreensivas pelo que isso pode representar para as famílias.</p> <p>“Estão a vir meter empresas, mas não vamos conseguir trabalhar lá. Toda a área está cheia de empresas”. O bairro está no meio. Tudo está aqui perto, mas o bairro não tem nem luz, nem água, me escolas, nem hospital... O Cangati é o primeiro bairro da Caála, mas até agora não tem luz.</p> <p>A terra é nossa herança. Vão nos tirar também este bairro. Vamos perder a nossa infância. O projecto é bom, mas tem de nos dar empregos”.</p>
Recomendações	<ul style="list-style-type: none"> - Energia, água potável e hospital para o bairro do Cangoti; - Garantir emprego para os moradores do Cangoti; - Investir em escolas e cursos profissionalizantes para os jovens poderem aceder ao mercado de trabalho.

Fase local e comunitária – Província do Huambo					
Grupo	Lideranças comunitárias				
Data	15/04/2023	Hora de início	09h15	Hora de término	10h47
Local	Pólo Industrial do Cangoti				
Comuna	Cangoti	Município	Caála	Província	Huambo
Facilitadora	Delma Monteiro				
Composição detalhada do Grupo (Nome, Sexo, Idade, Escolaridade, Ocupação)	<p>Grupo composto por 3 Mulheres e 9 Homens, com identidade declarada. Idade compreendia entre 33 e 63 anos (Grupos etários 25/35=5; 36/45=2; 45<=5). Em termos de escolaridade: 7 licenciados, 1 bacharel, 2 com ensino médio, 1 sem escolaridade.</p> <p>Em termos de ocupação 1 agricultora (a soba), 7 funcionários da administração local, 2 membros da sociedade civil e 2 empreendedores.</p>				
Tema	Contributo/ Feedback/ Questão				
Comunidade	<p>Foi unanime que a Comunidade está a crescer devido à natalidade alta e ao crescimento das infra-estruturas na proximidade, como a construção da centralidade, energia, política de construção de casa e concessão de terrenos.</p> <p>A maioria das famílias da comunidade vive da agricultura familiar. Existe a cooperativa do arroz, mas nenhum dos participantes faz parte. A cooperativa cede 1 saco de adubo para 4 agricultores. As famílias vulneráveis não conseguem comprar nem adubos nem sementes melhoradas o que as impede de sair da condição de vulnerabilidade, sobretudo as que têm crianças.</p> <p>As principais dificuldades da comunidade é a falta de crédito, emprego, escolas de formação profissional e a distância aos serviços mínimos como água potável, energia distância dos hospitais. A legalização das cooperativas da cooperativa é muito cara.</p> <p>Os homens começam a ganhar dinheiro com a enxada aos 14/15 anos e as mulheres aos 13 anos.</p> <p>As pessoas mais vulneráveis da comunidade são os idosos e as crianças que são exploradas (como pedintes).</p> <p>As práticas culturais mais relevantes na comunidade são: Esengo, Otchinganji e o Palhaço. Também é presente na comunidade o desporto de recreação.</p>				

Fase local e comunitária – Província do Huambo	
Grupo	Lideranças comunitárias
Comércio	<p>A Agricultura familiar não gera insumos suficientes para garantir o comércio. Precisa de evoluir para a agricultura mecanizada. A agricultura é só para sobreviver.</p> <p>Comercializam talheres, canecas e outros produtos de cozinha, adquiridos no mercado da Alemanha. Comercializam carne que recebem a crédito e quando não acabam de vender conservam em frigoríficos de aluguer. Também vendem areia do Cuñgamwa.</p> <p>“A falta de energia limita muito. Como investir no peixe sem energia!?”</p>
Indústria	<p>Existe a fábrica de massa e de óleo do polo industrial. Existe também uma moagem privada, onde a comunidade pode pagar para moer o milho. Gostariam que tivesse indústrias para transformar os produtos da comunidade. Fazer sumos, doce e outros produtos.</p>
Mulheres	<p>Os casos de violência contra a mulher são poucos. A Soba e a Direcção Provincial do MASFAMU trabalham em parceria e não há reincidência nos casos de violência doméstica acompanhados.</p>
Emprego	<p>Entendem que o emprego é um trabalho com vínculo laboral, garantias sociais e que gera rendimento de forma regular.</p> <p>Não há oportunidades de emprego na comunidade. Quando aparece uma oportunidade as vagas não são para os locais e isso seria um incentivo para as crianças estudar.</p> <p>Aparece alguns trabalhos domésticos na centralidade.</p>
Empresas	<p>Conhecem minimamente o conceito de empresa e afirmam que as Empresas geram empregos. Se houver mais empresas a comunidade se desenvolve porque as pessoas conseguem se organizar melhor.</p>
Crédito	<p>Já ouviram falar do Crédito e sabem que nas outras localidades há pessoas que já se beneficiaram do crédito do Governo, mas o mesmo ainda não chegou no Cangoti.</p> <p>Não há crédito, nem adubos, nem sementes melhoradas.</p>
Infra-estruturas	<p>Já se fala do Polo industrial desde 2014, mas o projecto não arranca. Vai trazer desenvolvimento, gerar empregos, mas tem de empregar mão de obra local. Precisasse estar atenta as questões ambientais como a contaminação das águas e dos solos.</p> <p>Em relação a construção do Polo Industrial há a preocupação com a perda das terras para o cultivo.</p>
Recomendações	<p>Recomendam um investimento para alavancar a agricultura e a mecanizar e escolas profissionalizantes para preparar os jovens para responder as necessidades de mão de obra das infra-estruturas planificadas.</p> <p>Prioridade aos nativos para preencher as vagas de emprego.</p>

Fase local e comunitária – Província do Huambo			
Grupo:	Comerciantes formais e informais		
Local:	Bairro São Pedro/ Mercado da Alemanha.		
GD:	Comerciantes formais e Comerciantes informais.		
Dia:	23-11-2023	Hora de início:	Hora de término:
Moderador:	Manuel Paulo		

Comércio formal

A maior parte dos comerciantes iniciou a actividade por inerência dos pais ou de familiares associados ao negócio. Os próprios filhos também já fazem negócio. O comércio é uma estratégia da família para a obtenção de rendimentos.

Neste momento o comércio está a correr mal devido à subida de preços. Tira-se pouco lucro.

A subida do dólar americano faz com que o Kuanza tenha o mesmo valor. Por outro lado, o acesso ao dólar está difícil, o que dificulta ainda mais o negócio. Os comerciantes estão a vender neste momento a um preço muito baixo e o lucro que obtêm já não dá para investirem. O acesso ao crédito também não ajuda.

Os comerciantes da cidade do Huambo vendem material a grosso para outras províncias, nomeadamente para o Kuando Kubango, Moxico, Bié e Kuanza Sul.

De um modo geral, compram os produtos que vendem em Luanda, e em menor grau, em Benguela e na Huíla.

Os comerciantes não estão associados entre si. Consideram que seja importante estarem associados, mas há falta de confiança. Cada comerciante trabalha mais por conta própria.

Alguns fizeram formações para ajudar o negócio, sobretudo em empreendedorismo.

Tentaram aceder ao crédito através do PREI, mas não deu certo. Tiveram uma formação, ficaram de explicar como dariam o dinheiro, e ficaram à espera da ligação, mas nunca ligaram.

Relativamente ao crédito no banco não tentaram e não sabem como aceder, nem o que é necessário.

Reconhecem que o crédito pode trazer benefícios. Porém, a pessoa pode ter dinheiro vindo do crédito, mas se o produto na fonte está difícil, há sempre problemas no negócio.

No que concerne aos comerciantes estrangeiros:

Os chineses vendem os produtos com preços mais baixo, o que faz com que a procura nas lojas dos comerciantes nacionais seja menor;

Os libaneses e nigerianos, porque vendem a grosso, conseguem vender mais. Os nacionais vendem essencialmente a retalho.

Para melhorar o ambiente de negócio no comércio precisam de mais iluminação e segurança, bem como, mais bancos com multicaixa. Nem todos os comerciantes têm TPA e há clientes que querem pagar com cartão e têm de se deslocar para o cliente conseguir pagar. Outras aspectos também necessários: fiscalização, acesso ao crédito e formação.

Comércio informal

Há famílias completas que vivem do comércio informal. Algumas famílias complementam com o trabalho na lavra.

O negócio tem vindo a aumentar com o seu próprio esforço.

De um modo geral, os comerciantes informais consideram que a segurança tem vindo a aumentar.

Há comerciantes que foram cadastrados para o crédito e tiveram acesso, mas a maioria não teve acesso. Uma vez trabalharam com o KixiCrédito, mas a taxa é muito elevada (60%).

A maior parte do que vendem, tirando os produtos agrícolas, é adquirido em Luanda e chega até ao Huambo com apoio de transportes particulares.

Localmente vendem para os municípios.

Não há associação que defenda os comerciantes informais.

Consideram que os grossistas estão a estragar o negócio, porque já começaram a vender a retalho. Em relação aos estrangeiros, sofrem concorrência das “catinas dos mamadus” e dos chineses, que estão a invadir o mercado e a ocupar o lugar.

O comboio traz clientes do Moxico que vêm comprar mercadorias no Huambo. Vão comprar nos armazéns, que é mais barato, e prejudica o negócio aos que vendem a retalho.

Precisam de formação em empreendedorismo e de uma instituição de crédito que fique no bairro ou no mercado, junto dos comerciantes.

Entre os problemas que enfrentam, destacam os seguintes:

- Depreciação da moeda (não ajuda nas compras da fronteira);
- Valor da cobrança (deviam reduzir o valor da cobrança, que tem uma quota diária de 200 AKZ);
- Acesso ao crédito;
- Iluminação pública;
- Comportamento dos fiscais (apalpa as comerciantes para ver se têm dinheiro e tratam mal as pessoas portadoras de deficiência).

ANEXO 6 – FORMULÁRIO DE RECLAMAÇÃO

Número de Referência de Preocupação/ Reclamação/Sugestão		(apenas para utilização do MEP): _____	
Nome completo da acção/comunidade individual ou organização (nome de um indivíduo a inserir se o autor da denúncia concordar)		<input type="checkbox"/> Reclamante anónimo	
Tipo de reclamação	<input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Colectiva	Género:	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M
Localidade:		Idade: _____	
Localidade:		Meio de contacto:	
Informações de contacto: Por favor, indique marcando a caixa como deseja ser contactado (pessoalmente, por telefone/SMS, WhatsApp, por e-mail, por correio) e, em seguida, forneça as informações de contacto adequadas		<input type="checkbox"/> Por correio: Por favor, forneça o endereço completo: _____ _____ <input type="checkbox"/> Por telefone/SMS: _____ <input type="checkbox"/> Por e-mail: _____ <input type="checkbox"/> Pessoalmente: Por favor, forneça o nome da aldeia _____	
Língua preferida para a comunicação		<input type="checkbox"/> [Umbundu] <input type="checkbox"/> [Português] <input type="checkbox"/> [Kimbundo] <input type="checkbox"/> [Outra: _____]	
Descrição da sua preocupação/reclamação:		O que aconteceu? Onde é que aconteceu? A quem é que aconteceu? Qual foi a consequência para si? Quando?	
Frequência de causa/s da sua preocupação/ reclamação			
		<input type="checkbox"/> Incidente único (data _____) <input type="checkbox"/> Aconteceu mais de uma vez (quantas vezes? _____) <input type="checkbox"/> Em curso (actualmente com problema)	
O que gostaria que acontecesse para resolver a sua preocupação/queixa?			
Data do incidente		Data de registo da reclamação/ sugestão	
Assinatura do reclamante			
Nome do mediador		Função	

ANEXO 7 – EXEMPLO DE DADOS CHAVES A REGISTRAR

ID da reclamação	Nome/ Endereço	Preocupação ou reclamação	Mecanismo de resposta	Resposta	Estado	Resposta aceite (sim/não?)	Decisão de recurso aceite (sim/não?)
Formato como ano.mm.dd e número de preocupação/reclamação (por exemplo, 21.05.26:#01)	Inserir nome e endereço da pessoa que apresenta uma preocupação ou reclamação (se fornecida)	Resumo da preocupação ou reclamação	Carta pessoal, e-mail, chamada telefónica/SMS, WhatsApp, oralmente apoiada por carta, anúncio do conselho de informação.	Resumo da resposta	Data de resposta, identificar se a queixa é tratada e encerrada	Sim/ Não	Sim/ Não

ANEXO 8 – FORMULÁRIO DE RASTREIO E ENCERRAMENTO DE RECLAMAÇÕES

DETALHES DE REGISTO	
Número de registo de reclamações _____ (N.º a ser retirado do registo de reclamações)	
DATA DE RECEPÇÃO _____	
A LOCALIZAÇÃO _____ (Província, Município, Distrito, Vila, Comunidade)	
Autoria (Nome) _____	
Número de telefone _____	
Endereço (Se aplicável) _____	
PARTE 2: DESCRIÇÃO DA RECLAMAÇÃO/QUEIXA	
CATEGORIA DE RECLAMAÇÃO/QUEIXA (por favor circule a categoria adequada)	
<ul style="list-style-type: none"> • Danos patrimoniais (estruturas construídas) • Invasão de terras • Restrição de acesso • Danos em terras/culturas • Danos aos animais • Disponibilidade/quantidade de água (por exemplo, interrupção do abastecimento) • Qualidade da água (por exemplo, poluição) • Qualidade do ruído/do ar (incluindo pó) • Reinstalação/avaliação/compensação • Comportamento dos funcionários (assédio sexual, violência) • Comportamento do trânsito/veículo (por exemplo, excesso de velocidade) • Outros (Especificar): 	
<u>DETALHES DA RECLAMAÇÃO/QUEIXA:</u> 	
<u>Risco de reclamação (por favor marque conforme apropriado)</u>	
<ul style="list-style-type: none"> • Alto • Média • Baixo 	
PARTE 3: RESPOSTA PROPOSTA/ACÇÃO CORRECTIVA	
Acção imediata	Data de fecho _____
_____ _____	
Pessoa Responsável (Nome): _____	
Assinatura: _____	Data: _____

Acção a longo prazo

Data de fecho _____

Pessoa Responsável (Nome): _____

Assinatura: _____ Data: _____

Outros detalhes da resolução

PARTE 4: VERIFICAÇÃO DA ACÇÃO CORRECTIVA

Detalhes de acompanhamento (Se aplicável)

Fechado (Sim/Não): _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Reclamante: _____ Data: _____

Representante da Projecto: _____ Data: _____

ANEXO 9 – ANEXO FOTOGRÁFICO DA CONSULTA DE PI NO LUENA**Anexo Fotográfico da Consulta de PI no Luena (2 de Março de 2023)**

Figura 1: Abertura da Consulta de PI no Luena.



Figura 2: Vista geral dos participantes na consulta de PI de Luena.



Figura 3: Participantes na consulta de PI de Luena.



Figura 4: Participantes na consulta de PI de Luena.

ANEXO 10 – ANEXO FOTOGRÁFICO DA CONSULTA DE PI EM BENGUELA**Anexo Fotográfico da Consulta de PI em Benguela e Visita (2 de Março de 2023)**

Figura 5: Reitoria da Universidade de Katyavala Bwila, em Benguela.



Figura 6: Momento de abertura da consulta de PI em Benguela.



Figura 7: Apresentação do Projecto DIVERSIFICA+ pelo representante do MEP.



Figura 8: Apresentação das directrizes do Banco Mundial pela Consultora.



Figura 9: Detalhe do Auditório da Consulta.



Figura 10: Sessão de perguntas e contributos.

Anexo Fotográfico da Consulta de PI em Benguela e Visita (2 de Março de 2023)**Figura 11:** Intervenção de participante.**Figura 12:** Encerramento da Consulta de PI.**Figura 13:** Visita ao Pólo de Desenvolvimento Industrial de Catumbela (PDIC).**Figura 14:** Reunião com os Técnicos do PDIC (I).**Figura 15:** Reunião com os Técnicos do PDIC (II)**Figura 16:** Visita a Fase I do PDIC (I).

Anexo Fotográfico da Consulta de PI em Benguela e Visita (2 de Março de 2023)**Figura 17:** Visita a Fase I do PDIC (II).**Figura 18:** Visita a Fase II do PDIC (I).**Figura 19:** Visita a Fase II do PDIC (II).**Figura 20:** Visita a Fase II do PDIC (III).**Figura 21:** Infra-estruturas rodoviárias na Fase II do PDIC.**Figura 22:** Subestação eléctrica do Luongo de apoio a Fase III do PDIC.

ANEXO 11 – ANEXO FOTOGRÁFICO DA CONSULTA DE PI EM LUANDA**Anexo Fotográfico da Consulta de PI em Luanda (7 de Março de 2023)**

Figura 23: Abertura da Consulta de PI em Luanda.



Figura 24: Detalhe dos Participantes na consulta de PI de Luanda.



Figura 25: Apresentação do Projecto DIVERSIFICA+ em Luanda.



Figura 26: Apresentação das 4 componentes e recolha de contributos.



Figura 27: Sessão de perguntas e contributos (I).



Figura 28: Sessão de perguntas e contributos (II).

Anexo Fotográfico da Consulta de PI em Luanda (7 de Março de 2023)

Figura 29: Momento de respostas e encerramento da Consulta de PI em Luanda.

ANEXO 12 – ANEXO FOTOGRÁFICO DA CONSULTA DE PI NO CUITO**Anexo Fotográfico da Consulta de PI no Cuito e Visita (27 de Março de 2023)****Figura 30:** Abertura da Consulta de PI no Cuito.**Figura 31:** Vista geral dos participantes na consulta de PI do Cuito.**Figura 32:** Intervenção de empresária local.**Figura 33:** Intervenção de membro da sociedade civil.**Figura 34:** Sinalização do local do Pólo de Desenvolvimento Industrial do Cunje.**Figura 35:** Visita ao local do Pólo de Desenvolvimento Industrial do Cunje.

Anexo Fotográfico da Consulta de PI no Cuito e Visita (27 de Março de 2023)

Figura 36: Linha férrea nas proximidades do Pólo de Desenvolvimento Industrial do Cunje.



Figura 37: Acessos ao Pólo.

ANEXO 13 – ANEXO FOTOGRÁFICO DA CONSULTA DE PI NO HUAMBO**Anexo Fotográfico da Consulta de PI no Huambo (28 de Março de 2023)**

Figura 38: Abertura da Consulta de PI no Huambo.



Figura 39: Vista geral dos participantes na consulta de PI de Luena.



Figura 40: Intervenção do vice-governador Elmano Francisco.



Figura 41: Apresentação do DIVERSIFICA+.



Figura 42: Visita ao local proposto para a Plataforma Logística da Caála.



Figura 43: Visita ao local proposto para a Plataforma Logística da Caála.

Anexo Fotográfico da Consulta de PI no Huambo (28 de Março de 2023)



Figura 44: Antigas instalações do Papagro na Calenga.



Figura 45: Sub-produtos da cadeia agrícola de empresas privadas na Calenga.



Figura 46: Entrada das instalações do CLOD.



Figura 47: Instalações do CLOD.



Figura 48: Local do Pólo de Desenvolvimento Industrial da Caála.



Figura 49: Substação que alimenta o Pólo.

ANEXO 14 – ANEXO FOTOGRÁFICO DA CONSULTA ÀS COMUNIDADES LOCAIS (RESIDENTES E LIDERANÇAS)



Figura 46: Grupo de discussão com as mulheres residentes no km 11 (Cunje)



Figura 47: Grupo de discussão com os homens residentes no km 11 (Cunje)



Figura 48: Grupo de discussão com as lideranças comunitárias no km 11 (Cunje)



Figura 49: Grupo de discussão com as lideranças comunitárias na aldeia Cangoti (Caála)



Figura 50: Grupo de discussão com os homens residentes na aldeia Cangoti (Caála)



Figura 51: Grupo de discussão com as mulheres residentes na aldeia Cangoti (Caála)

ANEXO 15 – IDENTIFICAÇÃO DE PARTES INTERESSADAS PARA AS CONSULTAS

Stakeholders	Luanda	Benguela	Huambo	Bié	Moxico
Governo da Província	<ul style="list-style-type: none"> Vice-Governador para o Sector Político e Social Vice-Governador para o sector Económico Vice-Governador para a área técnica e infra-estruturas Gabinete Provincial de Serviços Técnicos e Infra-estruturas Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística Gabinete Provincial de Transporte, Tráfego e Mobilidade Urbana Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos Gabinete Provincial de Acção Social, Família e Igualdade do Género Ministério do Planeamento (MEP) Ministério da Indústria e Comercio (MINDCOM) Ministério da Administração Publica, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) 	<ul style="list-style-type: none"> Vice-Governadora Para Sector Político Social e Económico Vice-Governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas Gabinete do Vice-Governador Para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas Gabinete de Estudo Planeamento e Estatística Gabinete do Vice-Governador Para Sector Político Económico e Social Gabinete Provincial dos Transportes Tráfego e Mobilidade Urbana Gabinete Provincial do Ambiente Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários Gabinete provincial de Benguela Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade do Género Gabinete Provincial do Desenvolvimento Económico Integrado 	<ul style="list-style-type: none"> Vice-Governadora Para Sector Político Social e Económico Vice-Governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas Gabinete do Vice-Governador Para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas Gabinete de Estudo Planeamento e Estatística Gabinete do Vice-Governador Para Sector Político Económico e Social Gabinete Provincial dos Transportes Tráfego e Mobilidade Urbana Gabinete Provincial do Ambiente Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade do Género Gabinete Provincial do Desenvolvimento Económico Integrado Gabinete Provincial da Agricultura Ministério do Planeamento (MEP) Gabinete para a Comunicação Social 	<ul style="list-style-type: none"> Vice-Governadora Para Sector Político Social e Económico Vice-Governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas Gabinete do Vice-Governador Para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas Gabinete de Estudo Planeamento e Estatística Gabinete do Vice-Governador Para Sector Político Económico e Social Gabinete Provincial dos Transportes Tráfego e Mobilidade Urbana Gabinete Provincial do Ambiente Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade do Género Gabinete Provincial da Agricultura Gabinete Provincial do Desenvolvimento Económico Integrado Gabinete para a comunicação Ministério do Interior Ministério da Justiça e dos Direitos humanos 	<ul style="list-style-type: none"> Vice-Governador Para o Sector Político, Social e Económico Vice-Governador Para Os Serviços Técnicos e Infra-estruturas Gabinete do Vice-Governador Para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística Gabinete do Vice-Governador Para o Sector, Político, Social e Económico Gabinete Provincial de Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana Gabinete Provincial de Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Gabinete Provincial de Infra-Estruturas e Serviços Técnicos Comunitários Gabinete Provincial de Acção Social, Família e Igualdade de Género Gabinete Provincial da Agricultura Gabinete Provincial do Desenvolvimento Económico Integrado Administração Geral Tributária (AGT) <ul style="list-style-type: none"> Ministério do Interior Governo Provincial do Moxico
Sociedade Civil (representantes da Sociedade Civil)	<ul style="list-style-type: none"> Associação dos Economistas Angolanos Representantes de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) – Homens Caminhos de Ferro de Benguela Representantes de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) – Mulheres Comunidade de Empresas Exportadoras e Internacionalizadas de Angola - CEEIA Associação Jovens Agricultores de Angola - AJANG Associações de Jovens/ Grandes produtores ou industriais (caso existam) 	<ul style="list-style-type: none"> Sociedade de Desenvolvimento do Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela Caminhos de Ferro de Benguela (CFB) Cooperativa Agro-pecuária dos Camponeses De Benguela – CAPCAB Cooperativa de produção de Abacaxi A.E.B CPPMLA Cooperativa Silivali Cooperativa Onjyaci Cooperativa Takuveke ONG: APROFAGRO 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão instaladora do PDI da Caala Caminhos de Ferro de Benguela (CFB) Centro Logístico da Calenga (Centro Logístico de Distribuição dos Produtos do Campo – CLOD) Cooperativa Benvindo - Caála cooperativa agrícola "Longueve Cooperativa Brisa do Centro R.L Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola - UNACA Cooperativa Sementes do Planalto Cooperativa Tuassanjuca Cooperativa Agropecuária de Serviços Muachiena 	<ul style="list-style-type: none"> Cadeia logística do Cunhinga / Ministério dos Transportes Centro Logístico e de Distribuição de Produtos Agrícolas Caminhos de Ferro de Benguela Cooperativa Agropecuária ACBK/Bié Cooperativa Agrícola Produtoras de Mandioca Tchicululo, R.L Cooperativa CADA Cooperativa Gaper grupo Cooperativa Agrícola Cassoma Cooperativa ACBK-BIÉ R.L Cooperativa Santa Rosalina Cooperativa Epongoloko Cooperativa Canha Vusipa Cooperativa Epongoloko Cooperativa Comandante Freita 	<ul style="list-style-type: none"> Centro logístico da DECASA Caminhos de Ferro de Benguela (CFB) Associação Empresarial de Madeiros e Industrial da Província do Moxico (AEMIPM) Cooperativa Freitas Cooperativa R.M.C.R.L Cooperativa Kwata Nhi Akwenu Cooperativa A.H. Hiwetu Cooperativa Ombembua Cooperativa Agro-Pecuário Uussoko hiwetu lutume Cooperativa agr' <ria e pesca solidariedade do Leste

Stakeholders	Luanda	Benguela	Huambo	Bié	Moxico
	<ul style="list-style-type: none"> Grémio dos Comerciantes e Produtores de Milho de Angola-EPUNGU Associação das Indústrias Têxteis e Confeções de Angola -AITECA Associação da Indústria Cimenteira de Angola -AICA Associação de Empresas de Comércio e Distribuição Moderna de Angola (ECODIMA) Associação das Indústrias de Bebidas de Angola (AIBA) Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola (UNACA) Associação Industrial de Angola (AIA) Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo – ADPP Associação de Brigadas de Mecanização Agrícola (Abrimeca) Associação dos Naturais e Amigos da Região (Anarsongo) Associação de Hotéis, Restaurantes, Similares e Catering de Angola (AHORESIA) Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola (FMEA) Associação Industrial das Panificadoras e Pastelarias de Angola (AIPPA) Associação para o Progresso e Desenvolvimento das Comunidades de Angola (APDCA) Instituto Angolano Juventude (IAJ) 		<ul style="list-style-type: none"> Cooperativa Agro-pecuária Vale Tudo Cooperativa Agro-pecuária Ukâi wongunja Cooperativa agro-pecuária chindongo ulundo Cooperativa Agro-pecuária Sacapata Agromentes Agropeo Cooperativa de Agricultores e Camponeses do Vale do Calai Cooperativa Agro-pecuária Kuatoco Cooperativa Agrícola Tuayovoca Cooperativa Agro-Pecuária Sapuile R. L Cooperativa Agrícola – Epongoloko Lio Lomanda S.C.R.L Cooperativa agrícola centro Lufefena Cooperativa Agro-pecuária Ukai Ongunja Associação dos Jovens Empreendedores de Angola (AJEA) Conselho Provincial da Juventude (CPJ) Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) 	<ul style="list-style-type: none"> Associação Tulinga Tchosi Cooperativa Fotraf Cooperativa Agrícola katapi Cooperativa Chieta Cooperativa Salombinza Associação dos Vendedores Associação Medica de Benguela-Asmeb Associação dos Jovens Empreendedores de Angola – AJEA Conselho Provincial da Juventude – CPJ Cooperativa Nharea Diamond S.C.R.L. SA Cooperativa Tchalaza Diamon 	
Indústria	<ul style="list-style-type: none"> Pólo de Desenvolvimento Industrial de Viana (Luanda) Zona Económica Especial Luanda e Bengo – ZEE, EP. Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola (CCIA) 	<ul style="list-style-type: none"> Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela 	<ul style="list-style-type: none"> Pólo de Desenvolvimento Industrial de Caála 	<ul style="list-style-type: none"> Pólo de Desenvolvimento Industrial do Cunje Câmara do Comércio 	<ul style="list-style-type: none"> Pólo de Desenvolvimento Industrial do Luena
Autoridades Locais	<ul style="list-style-type: none"> Sobas Administrações 	<ul style="list-style-type: none"> Sobas Administração Municipal de Benguela Administração Municipal do Lobito 	<ul style="list-style-type: none"> Sobas Administrações 	<ul style="list-style-type: none"> Sobas Administrações 	<ul style="list-style-type: none"> Sobas Administração Municipal do Moxico Administração Municipal do Luau
Instituições Públicas / Banca Comercial	<ul style="list-style-type: none"> Empresa Nacional de Construção de Infra-Estruturas Básicas (ENCIB) Serviço Provincial de Inspeção Geral do Trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> Universidade Katyavala Bwila ISCED-Benguela ISP-PIAGET INAPEM Banco Nacional de Angola (BNA) 	<ul style="list-style-type: none"> Universidade José Eduardo dos Santos ISCED-Huambo <ul style="list-style-type: none"> Instituto Superior Politécnico Lusíada 	<ul style="list-style-type: none"> Escola Superior Pedagógica do Bié Universidade Internacional do Cuanza (UNIC) Escola Superior Politécnica do Bié 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Superior Politécnico do Moxico Câmara de Comércio e Indústria do Moxico Serviço Provincial do INEFOP

Stakeholders	Luanda	Benguela	Huambo	Bié	Moxico
	<ul style="list-style-type: none"> Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda Serviço Provincial do INEFOP Serviço Provincial do INAPEM Serviço Provincial do INE Direcção Regional da ENDE Instituto Angolano da Juventude Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX) Agência Reguladora de Certificação de Carga e Logística de Angola (ARCCLA) Elisal-E.P. Direcção Nacional das Parcerias Público-Privadas IDIA - Instituto de Desenvolvimento Industrial e Inovação e Tecnologia FGC - Fundo de Garantia de Crédito CNFC - Comissão Nacional de Facilitação de Comércio Instituto de Desenvolvimento Florestal - IDF Câmara de Comércio e Indústria de Angola – CCIA Banco Nacional de Angola (BNA) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Poupança e Crédito (BPC) 	<ul style="list-style-type: none"> Serviço Provincial do INEFOP Instituto Superior Politécnico Católico do Huambo - ISPOC Serviço Provincial do INE Instituto Nacional de Segurança Social - INSS 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Poupança e Crédito (BPC) Serviço Provincial do INEFOP Comando Provincial Serviços de Protecção Civil e Bombeiros - CPSPCB/Bié Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) Direcção Regional da ENDE 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Poupança e Crédito (BPC) Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA)
Instituições Privadas	<ul style="list-style-type: none"> Federação Recafé Fazenda Santa Teresa Hebreus Prestação de Serviços ENCIB Universidade Lusíada de Angola 	<ul style="list-style-type: none"> MIAPIA, SUMUA LDA ASP, Lda Jocomar/Kartumgest Rinascita Edlisa, Lda Fripescas, Lda Banco Sol Banco Caixa Angola AMB-Farta B-Search Consulting, Lda Agro Fonseca, Lda Ragazzo.Lda AEB R'Gingas André Peças, comercial Lobito Atlantic Railway, S.A. Ezaaza Aspas 	<ul style="list-style-type: none"> Discovery – Group Minara Lda Genius Mineira Sables Minerals Joaquina Chinossanda Utingo Lda Fábrica Nutrival- Indústria de Nutrição Animal Banco Angolano de Investimentos – BAI Banco de Negócios Internacional – BNI Banco BIC Angola – BIC Banco Caixa Geral Angola Banco de Comércio e Indústria – BCI Namunga, Lda David Trading, Lda Namunga, Lda Nutricampo SA Agromerka 	<ul style="list-style-type: none"> W.N. José e Filhos, Lda Idalina Sacumboio, Lda Nambande, Lda D.F.C.D Comércio Água do Bié JJ e Filhos, Lda Nambande, Lda D.F.C.D Comércio Água do Bié JJ e Filhos, Lda Banco de Fomento Angola (BFA) 	<ul style="list-style-type: none"> Canguia Kazua e Filhos Comércio Geral LIU JCANGUANG, Lda Grupo Mweyeto Candimba Comércio Prestação de Serviços Domidase, Lda. MJ e Filhos

ANEXO 16 – RESUMO DAS NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO BM E SUA APLICABILIDADE

Normas Ambientais e Sociais (NAS)	Objectivos	Relevante (SIM/NÃO)	Justificação da Relevância	Instrumento Aplicável
NAS 1. Avaliação e Gestão dos Riscos e Impactes Ambientais e Sociais: Sublinha a importância do desempenho da gestão social e ambiental durante toda a duração do projecto (qualquer actividade empresarial que esteja sujeita a avaliação e gestão).	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação e Avaliação do Impacto. Identificar e avaliar os impactes sociais e ambientais, adversos ou benéficos para o projecto ou área de influência; - Mitigação. Para evitar, ou quando não for possível, minimizar, mitigar, ou compensar os impactes adversos sobre os trabalhadores, comunidades afectadas e o ambiente. - Compromisso das partes interessadas e/ou afectadas. Assegurar que as comunidades afectadas estejam adequadamente conscientes das questões que as possam afectar potencialmente. - Gestão Eficaz. Promover um melhor desempenho ambiental e social das empresas através da utilização eficaz de sistemas de gestão. 	Sim	<p>O Projecto vai investir na construção civil de Pólos logísticos, reabilitação/ampliação de infra-estruturas existentes nos Pólos da Catumbela, etc. e na construção de plataformas logísticas, nas quatro províncias. As s actividades de construção previstas irão gerar impactes ou riscos ambientais desde insignificantes-altos.</p> <p>Os impactes negativos esperados durante as actividades de construção e operação estarão previsivelmente, relacionados com as seguintes questões: ruído emissões atmosféricas, eliminação e gestão de resíduo, saúde e segurança dos trabalhadores e das comunidades locais, nas áreas de influência do Projecto.</p>	EIA, PGAS; PEPI, QGAS e PGMO, Manual de Boas Práticas Ambientais.
NAS 2. Condições de trabalho e Mão de Obra: Reconhece que a consecução do crescimento económico através da criação de emprego e geração de rendimentos deve ser equilibrada com os direitos básicos dos trabalhadores.	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer, manter, e melhorar a relação entre a gestão dos trabalhadores. - Promover o tratamento justo, a não discriminação e a igualdade de oportunidades para os trabalhadores e cumprir os requisitos das leis nacionais sobre emprego e condições de trabalho. - Proteger a mão-de-obra e informar sobre o trabalho infantil e o trabalho forçado; e - Promover condições de trabalho seguras e saudáveis e a saúde dos trabalhadores. 	Sim	<p>Durantes as distintas fases do projecto serão contratadas mão de obra, e o mesmo gerará postos de trabalho directos e indirectos que inclui: os trabalhadores contratados, os prestadores de serviços e possivelmente trabalhadores migrantes, oriundos de outras províncias e de países vizinhos.</p> <p>Os potenciais riscos estão associados a saúde e segurança dos trabalhadores devido aos acidentes de trabalho e ao contacto dos mesmos com as comunidades locais conforme mencionado no Capítulo 5.</p>	QGAS, PGMO, PSSO.
NAS 3. Eficiência dos Recursos e Prevenção da Poluição: Reconhece que o aumento da actividade	<ul style="list-style-type: none"> - Evitar ou minimizar os impactes adversos na saúde humana e no ambiente, prevenindo ou minimizando a poluição 	Sim	<p>As diferentes fases do projecto gerarão, potenciais impactes ou riscos ambientais que serão de Insignificantes-Altos. Com as obras de construção, operação</p>	EIAS, QGAS; Manual de Boas Práticas Ambientais e

Normas Ambientais e Sociais (NAS)	Objectivos	Relevante (SIM/NÃO)	Justificação da Relevância	Instrumento Aplicável
industrial e a urbanização geram frequentemente níveis crescentes de poluição do ar, água e terra que podem ameaçar as pessoas e o ambiente a nível local, regional e global.	causada por actividades relacionadas com o projecto. - Promover a redução das emissões que contribuem para as alterações climáticas.		das empresas ou indústrias que integrarão os pólos haverá emissão de poeiras e ruído erosão, infiltração, escoamento, e geração de resíduos. A energia e água serão as matérias-primas para o desenvolvimento das actividades do projecto.	Sociais e PGAS.
NAS 4. Saúde, Segurança e Protecção da Comunidade: Reconhece que as actividades, equipamento e infra-estruturas de um Projecto trazem frequentemente benefícios às comunidades, incluindo emprego, serviços e oportunidades para o desenvolvimento económico.	- Evitar ou minimizar os riscos e impactes na saúde e segurança da comunidade local durante o ciclo de vida do projecto, tanto em circunstâncias rotineiras como não rotineiras; e - Assegurar que a salvaguarda do pessoal e dos bens relacionados com o projecto seja levada a cabo de uma forma legítima que evite ou minimiza os riscos para a segurança da comunidade e segurança.	Sim	Possibilidade de existirem assentamentos nas áreas de intervenção do projecto. Assim como não áreas onde serão construídos os novos Pólos e as plataformas poderão estar próximos de comunidades ou levar a migração de comunidades até essa área. As actividades de construção e operação poderão perturbar as comunidades na área de influência do projecto por meio da geração de ruído, emissão de poeiras e GEE, do aumento da produção de resíduos sólidos, também podem ser gerados impactes sociais relacionados a questões de interações de trabalhadores com a comunidade local.	EIAS, PGAS; QGAS; Plano de Acção para Mitigação dos Riscos de Exploração e Abuso sexual e Assédio sexual (SEA/SH), Plano de Gestão de Risco de Comunidades Locais Desfavorecidas e Grupos Vulneráveis
NAS 5. Aquisição e Repovoamento Involuntário de Terras: Descreve a reinstalação involuntária, referindo-se tanto à deslocação física (relocalização ou perda de habitação) como à deslocação económica (perda de bens ou acesso a bens que levam à perda de rendimentos ou meios de subsistência) resultante da aquisição de terrenos do projecto.	- Evitar ou minimizar a deslocação, explorando projectos alternativos. - Evitar a remoção forçada. - Antecipar, prevenir, e minimizar os efeitos sociais e económicos negativos decorrentes da aquisição ou restrição de terrenos. - Melhorar ou restaurar as condições de vida e padrões de vida das pessoas deslocadas.	Sim	Durante as obras de reabilitação do PDIC é possível que haja necessidade de reassentar da comunidade que se encontra dentro do perímetro o PDIC. As outras áreas onde serão implementados os projectos ainda não são conhecidas. Esta NAS será analisada caso a caso quando forem realizados os EIAS para cada subprojecto.	QPR; PEPI; EIAS.
NAS 6. Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos: Reconhece que proteger e conservar a	- Proteger e conservar a biodiversidade; e - Promover a gestão sustentável dos recursos naturais vivos, adoptando	Sim	As infra-estruturas existentes estão em áreas com grande influência antrópica, e fora de áreas de conservação e de áreas sensíveis.	EIAS, PGB, PGP, PGAS, Manual de Boas Práticas de Gestão

Normas Ambientais e Sociais (NAS)	Objectivos	Relevante (SIM/NÃO)	Justificação da Relevância	Instrumento Aplicável
biodiversidade - a variedade de vida em todas as suas formas, incluindo a diversidade genética, espécies e ecossistemas - e a sua capacidade de mudar e evoluir é fundamental para um desenvolvimento sustentável.	práticas que integrem as necessidades de conservação e as prioridades de desenvolvimento.		As outras áreas onde serão implementados os projectos ainda não são conhecidas. Esta NAS será analisada caso a caso quando forem realizados os EIAS para cada subprojecto.	Ambiental e Social.
NAS 8. Património Cultural: Reconhece a importância do património cultural para as gerações presentes e futuras.	<ul style="list-style-type: none"> - Protege o património cultural contra os impactes adversos das actividades do projecto. - Promove a partilha dos benefícios da utilização do património cultural em actividades comerciais. 	Sim	<p>Os locais ou áreas que pertencem ao património cultural conhecido, constam do inventário nacional de sítios do património. O projecto não desenvolverá actividades que possam estar essas locais. Para consulta o mutuário obterá os dados fornecidos pelo Ministério da Cultura e Turismo (MINCULTUR), para garantir, que não haverá impactes em áreas classificadas como património.</p> <p>Também serão respeitados todos os sítios de património cultural os identificados durante o engajamento com as partes interessadas.</p>	Plano de Gestão do Património Cultural (incluindo Achados Fortuitos), PEPI.
NAS 9. Intermediários Financeiros (IF): Reconhece que mercados de capital e financeiro nacionais sólidos, bem como o acesso ao financiamento, são importantes para o desenvolvimento económico, crescimento e redução da pobreza. O Banco assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento sustentável do sector financeiro e a valorização do papel dos mercados de capital e financeiro nacionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Definir de que maneira os IF irão avaliar e gerir os riscos e impactes socioambientais associados aos subprojectos que financia. - Promover as boas práticas de gestão ambiental e social nos subprojectos que financia. - Promover a boa e sólida gestão dos recursos ambientais e humanos no âmbito do IF. 	Sim	O Projecto considera assistência técnica e desenvolvimento de capacidades às instituições financeiras.	EIAS; PEPI; Boas Práticas

Normas Ambientais e Sociais (NAS)	Objectivos	Relevante (SIM/NÃO)	Justificação da Relevância	Instrumento Aplicável
<p>NAS 10: Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações: Reconhece a importância de um processo de envolvimento aberto e transparente das partes interessadas como elemento essencial das boas práticas internacionais. O envolvimento eficaz das partes interessadas pode melhorar a sustentabilidade ambiental e social dos projectos, melhorar a aceitação e oferecer contribuições significativas para a concepção e implementação eficaz do projecto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer uma estratégia sistemática de envolvimento das partes interessadas, que ajudarão os Mutuários a criar e manter uma relação construtiva com as partes interessadas e, em particular, com as partes afectadas pelo projecto. - Avaliar o nível de interesse das partes interessadas e apoio para o projecto e permitir que as suas opiniões sejam consideradas na concepção do projecto e desempenho ambiental e social. - Promover e proporcionar meios para o envolvimento eficaz e inclusivo das partes afectadas pelo projecto durante todo o ciclo de vida do projecto sobre questões que poderiam afectá-las. - Garantir que informação apropriada sobre os riscos e impactes socioambientais do projecto seja divulgada às partes interessadas de modo atempado, acessível, compreensível e adequado. - Garantir que as comunidades afectadas pelo projecto tenham meios acessíveis e inclusivos para apresentar questões e queixas, e permitir que os Mutuários respondam e administrem tais questões e queixas. 	<p>Sim</p>	<p>O Mutuário está engajado em promover o envolvimento das partes interessadas, por meio de consultas públicas para garantia de uma abordagem participativa, inclusiva e culturalmente apropriada.</p>	<p>PEPI; PGAS.</p>